

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
VERÔNICA VASQUE EDWIGES DE OLIVEIRA

**COLETIVISMO UNIVERSITÁRIO: ANÁLISE DIGITAL DO  
COLETIVO NUVEM NEGRA**

RIO DE JANEIRO

2021

VERÔNICA VASQUE EDWIGES DE OLIVEIRA

**COLETIVISMO UNIVERSITÁRIO: ANÁLISE DIGITAL DO  
COLETIVO NUVEM NEGRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ELHajji

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catalina Revollo Pardo

RIO DE JANEIRO

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

VO48c Vasque Edwiges de Oliveira, Verônica  
Coletivismo Universitário: Análise Digital do  
Coletivo Nuvem Negra / Verônica Vasque Edwiges de  
Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2021.  
103 f.

Orientadora: Mohammed Elhajji.  
Coorientadora: Catalina Revollo Pardo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa  
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social, 2021.

1. racismo estrutural. 2. movimento negro. 3.  
coletivo universitário. I. Elhajji, Mohammed ,  
orient. II. Revollo Pardo, Catalina , coorient.  
III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a minha amada vó Irene, por todo apoio, cuidado, amor, carinho e incentivo que me dedica, desde sempre;

À minha querida irmã Sárán, pela inspiração infinita, e pela ajuda incansável ao longo do mestrado e, especialmente, na revisão da formatação desta dissertação;

À minha família toda, por todo apoio e incentivo;

Ao meu companheiro Allan, pelo carinho, atenção, cuidado e por todo apoio nesse processo;

À minha psicóloga Iracema Nobre, pelo atendimento delicado e humano, e por toda força que me faz descobrir em mim mesma;

À minha coorientadora, Prof.<sup>a</sup> Catalina Revollo Pardo, pela dedicação, pela orientação, pelas suas correções e incentivos no desenvolvimento da dissertação, bem como pela generosidade e apoio na pesquisa;

Ao EICOS e a todo corpo docente, pelo aprendizado e pelo apoio concedido, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A todos meus amigos e amigas queridas, que sempre me incentivaram nessa jornada e aceitaram minha ausência em muitos momentos dedicados ao trabalho;

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

OLIVEIRA, Verônica Vasque Edwiges de. Coletivismo universitário: análise digital do coletivo Nuvem Negra. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho investigou a atuação do coletivo Nuvem Negra na rede social Facebook, buscando entender como o grupo usou o discurso nesse canal para aumentar o conhecimento sobre o coletivo, destacar suas agendas e pautas de atuação e promovê-lo, criando e fortalecendo um espaço online de resistência, acolhimento e promoção da diversidade, inclusão e representatividade negra no espaço acadêmico. Para fazer esse estudo de base metodológica cartográfica, investigamos, a partir da Análise do Discurso Mediado por Computador (CMDA), quatro publicações que mais geraram engajamento no canal, identificando temáticas, abordagens, estruturas, formatos usados e os respectivos comentários selecionados das postagens. Também analisamos, no decorrer deste trabalho, nosso lugar de fala diante do tema escolhido; abordamos o racismo que atravessa a sociedade brasileira estruturalmente e em muitos aspectos; bem como mapeamos bases teóricas, marcos e contextos importantes do movimento negro em prol da educação.

**Palavras-chave:** racismo estrutural, movimento negro, coletivo universitário, Negra Negra

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Verônica Vasque Edwiges de. Coletivismo universitário: análise digital do coletivo Nuvem Negra. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The present work investigated the performance of the Nuvem Negra on the Facebook social network, seeking to understand how the group used their discourse on this channel to increase knowledge about the collective, highlight their agendas and demands and promote itself, creating and strengthening a space online of resistance, welcomeness and promotion of diversity, inclusion and black representation in the academic space. In order to carry out this study with a cartographic methodological basis, we investigated, using the Computer Mediated Discourse Analysis (CMDA), four publications that generated the most engagement in the channel, identifying themes, approaches, structures, formats used and the respective comments selected from the posts. In the course of this work, we also analyzed our speaking place regarding the chosen theme; we approach the racism that crosses Brazilian society structurally and in many aspects; as well as we map theoretical bases, milestones and important contexts of the black movement in favor of education.

**Keywords:** structural racism, black movement, university collective, Nuvem Negra

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Análise do Discurso Mediado por Computador (CMDA)	60
Figura 1	Post 1	72
Figura 2	Post 2	73
Figura 3	Post 3	73
Figura 4	Post 4	74



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	09
INTRODUÇÃO .....	12
<b>1 LUGAR DE FALA E RACISMO ESTRUTURAL .....</b>	<b>22</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE NOSSO LUGAR DE FALA.....	22
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	28
<b>2 MOVIMENTO NEGRO PELA EDUCAÇÃO – MAPEANDO MARCOS, CONTEXTOS E AÇÕES AFIRMATIVAS .....</b>	<b>36</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>44</b>
3.1 TRÊS PISTAS PARA O MÉTODO CARTOGRÁFICO.....	46
3.2 A INTERNET E AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ORGANIZAÇÃO EM REDE.....	49
3.3 PERSPECTIVA COMUNITÁRIA.....	52
3.4 DIÁRIO DE CAMPO: PRIMEIRAS IMPRESSÕES COM O CAMPO E CAMINHOS A SEGUIR.....	54
3.5 PRODUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA.....	56
3.6 ANÁLISE DO DISCURSO MEDIADO POR COMPUTADOR COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE (CMDA) .....	58
<b>4 ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>62</b>
4.1 CNN: PISTAS SOBRE A FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIA DO GRUPO .....	62
4.2 PISTAS SOBRE O FACEBOOK DO NUVEM NEGRA .....	66
4.3 CONTEÚDOS SELECIONADOS .....	70
<b>4.3.1 Publicação sobre o racismo nos jogos jurídicos no Rio de Janeiro .....</b>	<b>75</b>
4.3.1.1 Estrutura .....	77
4.3.1.2 Significado .....	78
4.3.1.3 Interação .....	79
<b>4.3.1.2 Publicação premiação na ciência .....</b>	<b>84</b>
4.3.2.1 Estrutura .....	84
4.3.2.2 Significado .....	85
4.3.2.3 Interação .....	86
<b>4.3.3 Post sobre estola com tecido africano .....</b>	<b>87</b>
4.3.3.1 Estrutura .....	87
4.3.3.2 Significado .....	88
4.3.3.3 Interação .....	89

<b>4.3.4 Post sobre o livro da dissertação de Marielle Franco .....</b>	<b>91</b>
4.3.4.1 Estrutura .....	91
4.3.4.2 Significado .....	92
4.3.4.3 Interação .....	93
4.4 COMPORTAMENTO SOCIAL .....	93
4.5 SOBRE TODAS AS PUBLICAÇÕES .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>

## APRESENTAÇÃO

👏👏❤️👏 Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura”. É inevitável revisitar essa passagem de bell hooks no dia de hoje, 1 de abril, e não ser tomado de memórias de luta, sonhos, muito amor e afeto. A 5 anos atrás em plena quarta-feira de Xango e Iansã, como hoje, nascia o Coletivo Nuvem Negra. No céu branco puquiano<sup>1</sup>, uma nuvem negra carregada de axé já se formava preta e bem preta. Naquele dia pretas e pretos se aquilombaram. Pela primeira vez, muitos de nós puderam se olhar no olho e se reconhecer, mais ainda, puderam simplesmente Ser, Sentir e Sorrir, Despertar, Vibrar e Celebrar a nossa Existência Negraafricana. Consigo ainda me lembrar do brilho nos nossos olhos diante do que acontecia. Era de uma intensidade, vitalidade... Tempo e espaço fora recriado a partir da força ancestral trazida por cada pretinha e pretinho presente. E o calor e estrondos dos raios e trovões? Ahhh não houve quem não o sentisse. Falando nisso... Lélia Gonzalez, com toda certeza do Orun dava boas gargalhadas de alegria em “pretuguês” ao ver o que estava acontecendo dentro do Casoc<sup>2</sup>, lugar que conhecia tão bem. A grande Lélia sempre viverá em nós! Jamais te esqueceremos! De lá para cá são tantas memórias a serem celebradas e contadas. Tantos rostos, sorrisos, lágrimas, abraços, debates, aprendizados, trocas, lutas, estratégias, articulações, histórias, conquistas, amizades, muita cerveja, reboação da raba.... Família, Comunidade! O afeto nos guia! Mas não se enganem, afeto entre nós, por nós e para nós, afinal hooks já passou a visão: “nossa recuperação está no ato e na arte de amar”. Vivas ao Coletivo Nuvem Negra! Por nossa cura! Por nossa libertação! Axé!

O trecho acima foi publicado no dia primeiro de abril de 2019 na fanpage do Facebook do Coletivo Nuvem Negra. Trata-se de uma publicação em homenagem aos cinco anos do coletivo que deu vida a este trabalho acadêmico e que nos aproxima, de maneira singular e potente, do que aqui chamamos de coletivismo universitário.

Desde que iniciei meu percurso acadêmico e, paralelamente, a minha caminhada profissional, o interesse por pesquisas e, sobretudo, pela atuação profissional relacionada à promoção e à proteção dos direitos humanos sempre pautou meu caminho e minhas escolhas. Acredito que a ampliação, e até mesmo a garantia, da democracia não pode ser alcançada sem que se coloque em questão os desafios e os obstáculos da participação social e da conquista e concretização de direitos.

Com essa convicção e com uma vontade enorme de conjugar a minha força de trabalho em prol de uma sociedade melhor, mais digna e mais inclusiva para todos e todas, em 2016, comecei a trabalhar no terceiro setor.

À época, tive a oportunidade de estagiar na ONU Brasil e, depois, de trabalhar por quase três anos na Anistia Internacional Brasil, atuando na área de comunicação e de

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

<sup>2</sup> Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC-RIO.

mobilização digital, respectivamente. Hoje, atuo na organização Médicos Sem Fronteiras Brasil.

Esse ativismo, compromisso cívico e social e energia me inspiraram à pesquisa acadêmica e me trouxeram ao programa de mestrado do EICOS, assim como ao tema do qual trata esta pesquisa.

Na ONU, ao longo do meu estágio profissional dentro da equipe de comunicação, pude desenvolver, junto a outros colegas de trabalho, uma reportagem sobre coletivos formados por jovens universitários no Brasil.

Foi a partir deste projeto, que incluiu vários encontros, produção textual e vídeo-reportagem, que tive meu primeiro contato com vários jovens ativistas cheios de coragem, de energia e de vontade de fazer das universidades brasileiras, públicas ou privadas, espaços mais democráticos e inclusivos — do corpo discente até o corpo docente e às disciplinas e referências epistemológicas. Foi nesse momento, também, que conheci o coletivo Nuvem Negra e entendi a importância, urgência e potência desse tipo de ação coletiva no combate ao racismo institucional e estrutural.

No primeiro contato com o grupo, a escuta ativa e a admiração foram imediatas. A partir de alguns encontros com os integrantes e através de diversas mensagens trocadas por e-mails e mensageiros instantâneos à época, tive a oportunidade de aprender muito com o coletivo, de encantar-me pela potência daquele grupo e por suas particularidades de mobilização que combinavam ações na própria PUC-RJ com diversas atuações online em redes sociais; por meio de jornal eletrônico; lives etc.

Vi neste coletivo, em particular, e em outros coletivos universitários, ainda que difíceis de conceituar teoricamente, um tipo de ativismo contemporâneo, jovem, pujante, influente e extremamente importante e necessário, dado o contexto político-social do Brasil atual, que contribui para perpetuação do racismo estrutural na nossa sociedade, e, também, dada a conjuntura ainda pouco inclusiva e democrática das universidades brasileiras, sem falar do descaso das autoridades atuais com as universidades públicas e do escasso investimento e fomento à pesquisa acadêmica.

Foi a partir desse percurso - da reportagem da ONU até o EICOS -, e sob influência de vários outros encontros, que vi surgir esta pesquisa que se desenrola a seguir e que pode contribuir para as novas teorias e perspectivas dos movimentos sociais contemporâneos no país dentro da perspectiva das TICs e da teoria crítica racial.

Foi assim que vi surgir, sobretudo, uma pesquisa que, para além da justificativa acadêmica, tem compromisso, também, com uma sociedade antirracista e com o direito à

educação de qualidade e inclusiva para todos e todas, partindo de um olhar investigativo, holístico e aberto da matéria-prima principal, no nosso entendimento, das instituições de ensino superior: as pessoas, suas relações compartilhadas e suas atuações e ações coletivas.

Acredito que é a partir dos novos tipos de organização em rede; das tecnologias digitais; do diálogo transversal; da colaboração; do afeto; e da identificação entre os pares que novas formas de arranjos sociais e de ativismo ganham fôlego, impulsionando e fortalecendo espaços de resistência, acolhimento e de promoção da inclusão e da diversidade, seja dentro de ambientes acadêmicos, foco deste trabalho, como em demais instituições da sociedade. Fortalecendo, igualmente, a demanda por políticas públicas afirmativas direcionadas às populações subalternizadas, bem como contribuindo para a disputa de novos projetos para o país e para a desestabilização de formas vigentes de produção de conhecimento.

Com esta convicção — e outras que fui descobrindo no parir desta investigação —, apresento, a seguir, este trabalho que visa, além de contribuir teórico-empiricamente para a academia e para os estudos em psicossociologia e movimentos sociais, a ser uma aposta no coletivismo universitário e no ciberativismo enquanto vetores potentes para promoção de uma educação superior inclusiva e, portanto, democrática e comprometida com a interculturalidade.

## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais contemporâneos no Brasil atual têm se configurado através de uma versatilidade de arranjos sociais, demonstrando potência; inovação; repertório; variadas formas de performance; práticas de contestação; e protagonismo em muitas causas e reivindicações novas, antigas e urgentes para a sociedade brasileira.

Em plena crise política, econômica, cultural e social nacional, intensificada pelo governo do Presidente Bolsonaro e, recentemente, pela pandemia da COVID-19, urge-se à população brasileira — parte dela bastante indignada — reinventar formas de ações coletivas e reivindicar por melhores condições de vida; por empregos (há atualmente cerca de 12,8 milhões desempregados no Brasil); pela garantia da democracia; por ações afirmativas contra o racismo estrutural; por equidade de direitos entre homens e mulheres; pela preservação do meio ambiente; por uma educação de qualidade e inclusiva; por representatividade; contra a disseminação de fake news entre outros temas latentes para milhares de brasileiros e, principalmente, para aqueles e aquelas em situações de vulnerabilidade.

Com o apoio das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das novas formas de organização em redes transnacionais, vemos emergir — principalmente após o marco das mobilizações e protestos de 2013 (e de outras primaveras internacionais) — novas lutas e frentes político-ideológico variadas que compartilham algumas características de horizontalidade, de colaboração e de inovação e usam a internet e as mediações tecnológicas como ponto de partida, de manutenção e de consistência para suas organizações, articulações, sensibilização e convocatória de integrantes.

Aqui, nosso olhar recai principalmente para as mobilizações lideradas por jovens que representam a maior faixa etária conectada à rede. De acordo com pesquisa divulgada em 2018 pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>, 85% dos brasileiros e brasileiras entre 18 e 24 anos de idade têm acesso à internet, sendo a comunicação a principal forma de utilização da conexão.

As formas da ação coletiva e do protesto político de jovens devem ser compreendidas no quadro de mudanças importantes observadas nos últimos anos, como é o caso brasileiro. Tais formas de ação vão de um breve ciclo de prosperidade, ainda que marcado pela manutenção de padrões elevados de desigualdade e por índices crescentes de violência, até seu esgotamento após 2012, expresso nos baixos índices de crescimento e na estagnação da economia, cujas consequências afetam, de maneira mais aguda, os segmentos juvenis. (...) Nos últimos anos, a polarização política, a emergência de organizações e grupos com

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/canaltech/brasil-tem-116-milhoes-de-usuarios-de-internet-afirma-ibge,58edd6e2f23135e2ea2656e6456a8391j5n0zrf7.html>>. Acesso em: 10 jun 2020.

orientações conservadoras, liberais e autoritárias trouxeram novos desafios para a investigação sobre as modalidades de ação coletiva de jovens. Esse quadro se torna mais complexo quando consideradas as inflexões e rupturas presentes após as eleições presidenciais de 2018, configurando, na acepção de Bringel (2018) e Bringel e Pleyers (2019), a consolidação do neoliberalismo, conduzindo à constituição de pautas regressivas e a acentuação de desigualdades sociais. (ALMEIDA, CORROCHANO, SPOSITO, 2020, p.2, p.3)

Usando a internet para articular estratégias de planejamento, dinâmicas e ações e conjugando esse potencial com encontros e ocupações de espaços físicos, que acabam por resultar em maior identificação, afeto, interação e acolhimento entre os participantes, esses grupos de jovens organizados promovem um aumento do alcance de suas ações propostas, chamando ora mais atenção da mídia, das autoridades, da sociedade, da academia e abrindo novos horizontes de transformação e de mudanças sociais.

O fenômeno contemporâneo do coletivismo artístico e de ativismo, embora um campo ainda de difícil definição dada à heterogeneidade de formação, reivindicação e atuação desses movimentos, é um exemplo de associação que vem ganhando terreno no Brasil por conta desse contexto, atraindo jovens de diferentes classes sociais que se mobilizam por questões de gênero e de orientação sexual; contra o racismo; por relações de trabalho diferenciadas; pelo questionamento à organização das cidades e cenários culturais; por acessibilidade e mobilidade; bem como por novas questões impostas pela pandemia da Covid-19 entre outros temas.

Nas instituições de ensino, sobretudo de ensino superior, essas manifestações, tema de interesse desta pesquisa, vêm ganhando muito espaço e adesão por parte de jovens estudantes, principalmente para impulsionar discussões sobre inclusão, acessibilidade e diversidade, seja de corpo discente, docentes ou referenciais teóricos e epistemológico, dentro do ambiente acadêmico.

Mais recentemente, algumas análises identificam a ampliação da presença de coletivos autônomos, informais e não institucionalizados, sobretudo entre os estudantes universitários, o que parece sinalizar a disseminação de novas formas de mobilização. São coletivos voltados para a questão étnico-racial, constituídos por jovens negros e negras, o que pode ser relacionado a uma das consequências pouco exploradas e recentes das políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior público (OLIVEIRA, 2018), além de outras questões identitárias, como gênero e orientação sexual (AMARAL, 2014). Em suas reflexões, Amaral (2014) destaca como esses atores enfrentam não apenas os limites da militância estudantil tradicional no encaminhamento de suas questões, mas também do próprio ativismo LGBT+ clássico, que, na perspectiva dos próprios coletivos, desconsidera os múltiplos e heterogêneos sujeitos que fazem parte da militância. A maior presença dessas novas modalidades de ação também tem repercutido nas relações com diferentes esferas de gestão da universidade. Pesquisa realizada por Medeiros et al. (2017) sobre coletivos estudantis autônomos evidencia a criação de novas instâncias deliberativas na universidade pública, com objetivo de contemplar

causas específicas dos coletivos ali existentes, como a definição de direitos diante de situações de racismo, machismo, desrespeito e homofobia. (ALMEIDA, CORROCHANO, SPOSITO, 2020, p.6)

Ainda que tenha ocorrido maior presença nas universidades públicas de alunos e de alunas negras e negros; indígenas; e de estudantes de baixa renda e provenientes de escolas públicas a partir de 2012, impulsionada pelas políticas de cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) — e conseqüentemente maior cobrança por parte destes estudantes por uma universidade inclusiva e diversa —, em todos os seus aspectos e conjunturas, a universidade ainda não é um ambiente democrático.

Embora as faculdades públicas brasileiras estejam mais acessíveis atualmente, vide o quadro apontado pela pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2019)<sup>4</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra, pela primeira vez, maior índice de pardos e negros matriculados em universidades públicas brasileiras (50,3%), o contexto é outro, por exemplo, ao incluirmos nesta análise universidades particulares e observarmos cursos mais concorridos, corpo docente, bem como linhas epistemológicas trabalhadas.

De acordo com o censo da Educação Superior (2016), do Ministério da Educação, nas 40 carreiras avaliadas com mais alunos, 42% dos alunos eram negros. Em 2011, o percentual era de 34%.

No entanto, se olharmos para os cursos de nível superior considerados mais concorridos e tradicionais, como administração, medicina e engenharia, por exemplo, a presença de negros ficou em apenas 27% dos alunos em 2016, sendo 26% nos dados analisados de 2011.

O dado supracitado encontra correspondência em pesquisa recente divulgada a partir dos questionários socioeconômicos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2019<sup>5</sup>. No levantamento, observou-se que, do total de estudantes que estavam prestes a se formar em medicina em 2019, 80% afirmaram não ter renda própria – eram bancados pelos pais ou por pessoas próximas e tinham um rendimento familiar superior a R\$5.700 mensais –, assim como 67,1% dos estudantes declararam-se brancos.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039\\_261472.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html)>. Acesso em 10 jun 2020.

<sup>5</sup> Disponível em: <[https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/20/enade-80percent-dos-formandos-de-medicina-sao-bancados-pela-familia-e-70percent-se-declaram-brancos.ghtml?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/20/enade-80percent-dos-formandos-de-medicina-sao-bancados-pela-familia-e-70percent-se-declaram-brancos.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1)>. Acesso em: 10 jun 2020.



Outra análise (2015) <sup>6</sup>do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) observa que apenas 12,8 % dos jovens negros, entre 18 e 24 anos, estão matriculados em cursos brasileiros de nível superior.

Essa diferença de acesso não se restringe aos alunos e alunas. Se olharmos o quadro de docentes e pesquisadores das universidades, a situação é também estruturalmente desigual. Conforme apontamentos provenientes do Censo da Educação Superior<sup>7</sup>, da amostra de aproximadamente 400 mil professores universitários avaliados em 2016, apenas 16% consideram-se negros e pardos. Aqueles que já tinham concluído o mestrado eram 23%, enquanto apenas 17,6% eram doutores.

Os dados são sintoma e reflexo do racismo estrutural no país (ALMEIDA, 2018), que afeta em muitos aspectos a população negra - que representa a maior parcela nacional (55,8%<sup>8</sup> da população brasileira se declara preta ou parda) -, e privilegia a branquitude, dificultando as possibilidades de mobilidade social por parte de pretos e pretas, em contradição com a luta por direitos civis e os resultados provenientes dessa mobilização, como as ações afirmativas.

Para além dos dados sobre a educação superior no país, outras estatísticas alarmantes dimensionam o quadro estrutural do racismo no Brasil. Por exemplo, de acordo com o Atlas da Violência de 2019<sup>9</sup>, pessoas negras são mortas com mais frequência que pessoas não negras, representando 75% das vítimas de homicídio no país.

Dados atuais a respeito da taxa de feminicídio nos seis primeiros meses de 2020 levantados pelo Monitor da Violência<sup>10</sup>, parceria do portal G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também identificam mulheres negras como o grupo social mais vitimado. O levantamento aponta que, nos seis primeiros meses do ano, 75% das mulheres vítimas de homicídio eram negras, considerando os dados disponíveis sobre a identificação da raça. Sabemos que muitos dos casos não informam a raça da mulher, podendo representar uma realidade ainda muito maior.

---

<sup>6</sup> Disponível em:

<<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos>>. Acesso em: 10 jun 2020.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.unicamp.br/noticias-noticias-da-comissao-assessora-de-diversidade-etnico-racial/racismo-no-mundo-academico-um>>. Acesso em: 10 jun 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>>. Acesso em: 10 jun 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784)>. Acesso em: 10 jun 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>>. Acesso em: 10 out 2020.

Outro agravante é o sistema carcerário brasileiro. Dados de 2017 do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) indicam que 63,7% dos presidiários são negros, em um sistema punitivo que encarcera mais de 812 mil pessoas no país, sendo 337 mil presos ainda sem julgamento e, portanto, sem condenação.

Negros e negras são maioria, também, entre os mais carentes: conforme apontado pelo IBGE<sup>11</sup>, dos 10% de brasileiros mais pobres, 75% são negros. Em relação à moradia, os dados também escancaram o abismo entre os grupos sociais. Há mais pretos e pardos vivendo em domicílios com ausência de coleta de lixo <sup>12</sup>(12,5% versus 6,0% da população branca), sem água por rede geral (17,9% contra 11,5% da população branca) e sem esgotamento sanitário (42,8% contra 26,5% da população branca).

Outros dados apontam para o mercado de trabalho. Segundo dados apontados em 2019 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, a população negra também é a mais afetada pela falta de oportunidades, especialmente as mulheres. A taxa de desemprego entre mulheres e homens negros é de 16,6% e 12,1%, respectivamente. Já 8,3% dos homens brancos e 11% das mulheres brancas estão desempregadas e desempregados. Trata-se de o dobro comparando homens brancos com mulheres negras.

O salário é mais um indicativo da discriminação estrutural no país. No ano de 2019, o quadro ficou assim: mulheres e homens brancos recebiam em média R\$2.529 e R\$3.364, respectivamente. Já homens negros receberam em média R\$1.849 enquanto mulheres ganharam somente R\$1.476.

Além disso, conforme levantamento produzido pelo Instituto Ethos em 2015, apenas 0,4% das mulheres negras ocupavam cargos executivos em empresas do país à época. O percentual é de 13,6% se analisarmos mulheres de todas as cores. Isso para citar dados recentes. Se olharmos anos e principalmente décadas anteriores, a diferença entre a população branca e negra nos segmentos apontados acima é substancialmente maior.

A pandemia da COVID-19, que chegou ao Brasil em meados de fevereiro de 2020 e atingiu grupos e locais de maneira distinta e não democrática, escancarou ainda mais o abismo entre os grupos raciais e o racismo estrutural no Brasil. Estatísticas levantadas pelo Ensaio (2020) “Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e

---

<sup>11</sup> Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>>. Acesso em: 10 jun 2020.

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/13/um-a-cada-cinco-negros-que-moram-em-zona-rural-ainda-e-analfabeto.htm>>. Acesso 10 jun 2020.

o racismo estrutural”<sup>13</sup> apontam como a doença vem afetando mais a população negra, especialmente nas periferias onde negros e negras são a maioria.

A COVID-19, em seu espraiamento global de caráter pandêmico, não apenas expõe as desigualdades, como reatualiza e reifica as demarcações coloniais de base racial, que são fundantes do mundo moderno, tendo na delimitação Norte/Sul, sob o ponto de vista geográfico e sociológico, uma de suas principais ancoragens. (...) A lógica racista está no cerne de práticas necropolíticas, operadas também no contexto de enfrentamento à COVID-19, especialmente nos territórios periféricos onde vivem majoritariamente a população negra e pobre. O conceito de necropolítica tem sido utilizado para compreender a relação entre Estado e um padrão de genocídio de populações racializadas. Essa perspectiva discute com o conceito foucaultiano de biopoder, ressaltando o racismo como elemento central do exercício do poder estatal, legitimando o direito de deixar morrer e/ou de matar, em nome da sustentação de determinados modos de reprodução de outras vidas mais legítimas. (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p.3)

Voltando ao contexto da educação superior, segmento relevante para o desdobramento deste trabalho, identificamos os sinais do racismo estrutural não apenas nas limitações ao acesso de negras e negros nas universidades, mas também quando o conhecimento produzido por eles ainda é invisibilizado em relação, por exemplo, aos referenciais teóricos de pessoas brancas nos currículos de graduação e pós das universidades do país.

Indo na direção desta afirmação, segundo trabalho apresentado pelo pesquisador Fernando de Sá Moreira (2019), dentro dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área da filosofia no Brasil, por exemplo, entre as 10.203 dissertações e teses publicadas entre 1987 e 2018 no país, apenas 53 dialogam com questões que dizem respeito à população negra e/ou estão relacionadas a filosofias e filósofos negros. Em outros campos de estudo, a invisibilidade é semelhante ou até mesmo maior.

Os dados são reflexo do longo histórico de discriminação e segregação dos negros no Brasil e do racismo estrutural, impulsionado por três séculos de escravidão.

Em contrapartida, apesar do quadro ainda muito alarmante de discriminação vivenciada no país em diversas perspectivas - que é também reflexo da herança socioeconômica desfavorável e da falta/atraso de políticas públicas efetivas -, os resultados produzidos pela resistência, resiliência, revolução e inovação do movimento negro no Brasil são inegáveis - do Quilombo dos Palmares e resistência e organizações precedentes até a formação de movimentos e coletivos atuantes atualmente.

---

<sup>13</sup> Disponível em

<[https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/desigualdades\\_raciais\\_e\\_a\\_morte\\_como\\_horizonte\\_-\\_consideracoes\\_sobre\\_a\\_covid-19\\_e\\_o\\_racismo\\_estrutural\\_.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/desigualdades_raciais_e_a_morte_como_horizonte_-_consideracoes_sobre_a_covid-19_e_o_racismo_estrutural_.pdf)> Acesso em 10 out 2020.

Não estaríamos falando de racismo aqui, a partir do nosso lugar de fala e de um posicionamento crítico à nossa branquitude e seus privilégios, não fosse pela luta do movimento negro que, desde grupos políticos, juvenis e acadêmicos a atuações artísticas, há anos vem combatendo a discriminação estrutural cujo projeto sustenta a permanência da lógica da desigualdade e da subjugação da população negra.

Não fosse pelos anos de lutas de grupos e coletivos negros que, em meio a muitas adversidades, resgatam memórias, valores e tradições; reforçam a identidade, a história e cultura negras no Brasil; rompem as barreiras e promovem a ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade; pautam novas maneiras irreverentes e inovadoras de mobilização; reivindicam políticas, leis, projetos de país e sociedade entre outras ações e demandas.

O Nuvem Negra é mais um grupo resiliente e inovador que vem somando força ao movimento, especificamente no que diz respeito a uma educação inclusiva e representativa. E não é único que vem ocupando as universidades com essas pautas.

Só na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, há cerca de 19 coletivos que formam a Comissão de Coletivos Negros da UFRJ. Sem mencionar aqui diversos outros criados nas instituições de ensino superior e também em escolas Brasil afora.

(...) apesar das adversidades e dos muitos desafios que enfrentamos no Brasil, na luta pela democracia e contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, temos de focar nas conquistas já alcançadas e seguir em frente. Não podemos perder a esperança. É preciso sabedoria e resistência democráticas. (GOMES, 2017, l. 187)

Tendo brevemente introduzido a problemática da nossa pesquisa, eis, a seguir, os objetivos gerais e específicos que pautam o desenvolvimento deste trabalho, bem como a justificativa para a academia e para a sociedade.

Em relação aos objetivos, este trabalho, como objetivo geral, pretende investigar a atuação online do coletivo Nuvem Negra, olhando especificamente para a atualização do grupo no Facebook, buscando entender como o Nuvem usou o discurso na rede social para aumentar o conhecimento sobre o coletivo, destacar suas agendas e pautas de atuação e promovê-lo, criando e fortalecendo um espaço online de resistência, acolhimento e promoção da diversidade, inclusão e representatividade negra no espaço acadêmico e contribuindo para a interação em rede e para o senso de comunidade. Para fazer esse estudo, investigamos a partir da Análise do Discurso Mediado por Computador (CMDA) quatro publicações que mais geraram engajamento no canal, identificando temáticas, abordagens, formatos usados e os respectivos comentários selecionados das publicações.

Como objetivos específicos, pretendemos cartografar alguns coletivos de forças do Nuvem Negra que nos forem revelados; aprofundar o estudo sobre nosso lugar de fala e questionar a normatividade branca promovida pelo racismo estrutural; mapear marcos da mobilização e do ativismo do movimento negro pelo acesso à educação; realizar um estudo da relação que se estabelece entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o ativismo online; a fim de criar hipóteses sobre como a atuação do Nuvem Negra no Facebook e o discurso usado na rede é fundamental para pautar o posicionamento do grupo, promovendo a diversidade e a inclusão dentro do espaço acadêmico, assim como para aumentar o conhecimento sobre o Nuvem e possivelmente atrair seguidores e integrantes para o coletivo.

No que diz respeito à justificativa, o trabalho que pretendemos desenvolver contribuirá para as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ, mais especificamente para os estudos da linha Psicossociologia Crítica, Comunidades, Redes e Políticas do Cotidiano, uma vez que essa linha se dedica a discutir, entre outros assuntos, processos psicossociais de construção de conhecimentos e práticas de grupos e comunidades, mediados por redes informais, formais e sociotécnicas, bem como ‘as sociabilidades emergentes, o cotidiano contemporâneo, as vivências subjetivas, a memória social, a exclusão social, os direitos humanos’<sup>14</sup>. Temas tais que este trabalho pretende considerar de alguma forma.

Além disso, acreditamos que o trabalho pode contribuir para a academia e para os novos estudos e teorias dos movimentos sociais contemporâneos e em rede, em virtude do trabalho flertar com os direitos humanos, em especial com o direito a uma educação de qualidade e inclusiva para todos e todas no Brasil.

Assumimos que o combate ao racismo estrutural e o apoio às políticas afirmativas são fundamentais para garantir a inserção de negros e indígenas na academia e, dessa forma, para a afirmação dos direitos humanos e da democracia no país. Entendemos que a garantia da democracia não pode ser alcançada sem que se coloque em questão os desafios da participação social e da conquista e concretização de direitos. As palavras de Bringel e Gohn (2012) e Gomes (2017) nos motivam nesse sentido:

Pensamos que os movimentos sociais continuam sendo atores centrais (ainda que logicamente não exclusivos nem portadores da “melhor” ou “única” mensagem transformadora) dos processos e dinâmicas de protestos e luta por mudanças e justiça social no mundo contemporâneo. Uma questão de fundo tem a ver com a

---

<sup>14</sup> Disponível em: < <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/pesquisa/linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em 10 out 2020.

própria definição do que os diferentes atores e agentes sociais, que se apresentam como movimento social, estão entendendo por movimento social (ou ressignificando alguma prática social como movimento). (BRINGEL; GOHN, 2012, 1.83)

Vivemos (...) tempos de profundas mudanças econômicas e políticas no Brasil e na nossa democracia. Tempos de reorganização do capitalismo nacional e internacional e das lutas sociais. Nesse contexto, há quem pense que a força dos movimentos sociais está enfraquecida. Mas, pelo contrário. Eles continuam atuando como protagonistas políticos da emancipação social e como verdadeiros faróis que brilham em tempos tenebrosos, mostrando o caminho para aqueles que lutam pela emancipação social e pela democracia. Por isso, é importante que a memória e a história dos movimentos sociais não sejam perdidas. Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, 1. 141)

Também consideramos que este estudo, que foi atravessado pela pandemia da Covid-19 e pelo isolamento social imposto pela doença no Brasil e no mundo, pode contribuir para a reflexão da importância ainda mais acentuada que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) representam atualmente para a atuação e para a sobrevivência dos movimentos sociais em tempos de crise, em especial para atuação de movimentos e coletivos como o Nuvem Negra, que atuam no contexto da educação universitária — que desde março de 2020 vem se organizando de maneira remota —, e na luta antirracista, sendo a população negra uma das mais afetadas pela Covid-19 no país.

A partir desta breve introdução, que ajudou a contextualizar o tema e trazer à tona suas imbricações e implicações, bem como destacar seus objetivos e hipóteses, será exposto, nas próximas seções, os capítulos que apoiarão o amadurecimento e a construção desta pesquisa.

Mas antes de avançarmos, para conduzirmos os desdobramentos seguintes, é importante situarmos aqui que, no capítulo I, faremos um aprofundamento sobre o nosso lugar de fala diante da luta antirracista, bem como dissertaremos sobre o racismo estrutural que marca nossa sociedade em muitos aspectos ideológicos, socioeconômicos, político e cultural, e que é uma das principais pautas do movimento negro atual.

No capítulo II, debruçaremos-nos sobre o movimento negro contemporâneo no Brasil, passando por suas heranças, marcos históricos, principais manifestações e reivindicações em prol da educação e ações afirmativas, em um levantamento bibliográfico comprometido com o próprio movimento e com autores negros e negras.

O capítulo III, por sua vez, apresentará a estrutura metodológica em que nos apoiaremos para o desenvolvimento desta dissertação, tendo a metodologia qualitativa e a cartografia subjetiva como o fundamento da nossa motivação e percurso investigativo e a

Análise do Discurso Mediado por Computador (CMDA) a ferramenta escolhida para o estudo de caso dos discursos selecionados e usados pelo grupo no Facebook.

Nesse capítulo, também será aprofundado nosso levantamento bibliográfico sobre as TICs e a importância que esse coletivo de forças apresenta para a formação, para organização, articulação, posicionamento e principalmente divulgação das pautas do Nuvem Negra, principalmente nesse momento de isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

Por fim, o capítulo IV será dedicado ao estudo de caso das publicações escolhidas para a análise a partir da CMDA.

Sendo assim, tendo apresentado os objetivos supracitados, a justificativa para o desenvolvimento deste trabalho e introduzido a organização dos capítulos, anunciaremos, a seguir, o capítulo I.

# 1. LUGAR DE FALA E RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

## 1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE NOSSO LUGAR DE FALA

Este capítulo tem por objetivo dissertar sobre o racismo estrutural, que atravessa a sociedade brasileira em muitos aspectos e favorece a permanência da desigualdade no país, a concentração de riquezas e a violência direta e indireta contra a população negra. No entanto, antes de aprofundarmos sobre esse ponto, manifestaremos aqui com cuidado, ética e escuta o nosso lugar de falar diante deste tema, entendendo nosso lugar de fala, também, como lugar social de responsabilidade e de compromisso com uma sociedade antirracista, mais justa, democrática, digna para todos e todas e, como bem resume Brum (2020)<sup>15</sup> em artigo publicado no jornal Ela País, com uma sociedade possível.

A classe média progressista precisa compreender que, sem enfrentar o racismo estrutural do Brasil, não há ‘pacto civilizatório’ possível nem há democracia. Há um apagão nos dois principais manifestos que moveram o Brasil nas últimas semanas. Uma ausência que revela: 1) a qualidade da democracia que conseguimos ter após o fim da ditadura militar; 2) a dificuldade das elites (majoritariamente brancas) reconhecerem o racismo estrutural como o principal problema do país; 3) a impossibilidade de enfrentar o autoritarismo representado pelo Governo de Jair Bolsonaro sem colocar no topo da lista o enfrentamento ao racismo. Sem exterminar o racismo não há democracia. Nem há projeto civilizatório possível. Essa não é uma questão para decidir depois. Este é justamente o agora” (BRUM, 2020, p.1).

Assim, gostaríamos de nos atentar, em um movimento ético e engajado na luta antirracista e sem pretensões de protagonismo, para o nosso lugar diante do contexto que pretendemos nos aproximar com o apoio da cartografia metodológica.

Para abordar a questão, usaremos as contribuições de Ribeiro (2017) acerca do tema que, por sua vez, parte das contribuições de kilomba (2012), de Spivak (2010), Alcoff (2017) e da teoria do ponto de vista feminista (standpoint) de Collins (1997). Na apresentação de Djamila Ribeiro (2017), o termo Lugar de Falar refere-se ao lugar social que determinado grupo ocupa na sociedade e dentro das relações de poder, que é intrinsecamente relacionado à raça, à classe, ao gênero e à sexualidade. Nessa linha, essas categorias, que eventualmente se entrecruzam, podem ser entendidas como aspectos da estrutura social que operam como dispositivos imprescindíveis para a criação e permanência de opressões e da desigualdade, em vez de pensar esses elementos como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos.

---

<sup>15</sup> Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-06-10/os-manifestos-estao-brancos-demais.html>>. Acesso em: 30 out 2020.



A autora observa, trazendo a contribuição de Collins, que lugar de fala não se trata de uma questão individual. Mas, sobretudo, das vivências compartilhadas por grupos que dão acessos ou não a certas oportunidades e recursos, propiciando experiências distintas por partes desses pares em ocasiões e lugares de lazer; nos sistemas educacionais e de saúde; nas possibilidades de emprego; no reconhecimento e valorização de saberes; na penetração na academia etc.

Ela (2017) exemplifica, apontando que uma mulher negra terá oportunidades, acessos e percursos diferentes de uma mulher branca por conta de sua localização social, por exemplo. Da mesma forma, segundo a autora, essa mulher branca vai experienciar o gênero de maneira distinta.

Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (RIBEIRO, 2017, l.526)

E acrescenta:

A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017, l. 577-585)

Segundo Ribeiro (2017), a origem do conceito é imprecisa. É provável que parta da tradição da teoria racial crítica, do estudo sobre diversidade empreendido por autoras negras, indianas e latinoamericanas que começaram a discutir sobre quem pode falar numa sociedade racista e patriarcal onde o discurso legitimado é do homem branco heterossexual.

As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas, consequentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva. Porém, é extremamente possível pensá-lo a partir de certas referências que vêm questionando quem pode falar. (RIBEIRO, 2017, l. 449-458)

Outra reflexão importante apontada por Ribeiro (2017) diz respeito à visão essencialista que assemelha lugar de fala com representatividade. A autora atenta para a

importância de não confundirmos os dois conceitos, a fim de não limitar quem tem direito a falar sobre o quê.

Numa visão essencialista, conjugando os dois termos, só uma pessoa negra poderia falar sobre racismo, por exemplo. Da mesma forma, só uma pessoa com obesidade poderia falar sobre gordofobia e assim por diante etc. Ao chamar a atenção sobre esse ponto, Ribeiro (2017) endossa a importância da problematização ir além das vivências afetadas, chegando até as estruturas de poder, bem como convidando a branquitude a repensar sua posição social e agir diante da responsabilidade que tem para evitar a manutenção de privilégios e a subalternização, mas sabendo do protagonismo da população negra nessa luta.

Assim, sabemos da imprescindível importância da população negra ter sua voz amplificada a partir do seu lugar de fala e com o seu devido protagonismo. Da mesma forma, entendemos a importância de nós, brancos, historicamente privilegiados, nos engajarmos permanentemente com a causa e de construirmos diálogos e espaços para falarmos do racismo, especialmente em lugares ainda predominantemente ocupados por brancos. Além disso, sabemos da importância de entendermos o racismo a partir dos diversos grupos historicamente marginalizados, levando-se em conta a intersecção entre raça, classe social e gênero, para que a pluralidade seja alcançada.

Entendemos, nesse sentido, que temos o compromisso e a responsabilidade de não só falar sobre o problema como também de escutar, de aprender e de agir a partir do nosso lugar social, formando-nos na luta antirracista como o povo negro vem fazendo há anos, e assumindo que o silêncio e a inércia, em muitas circunstâncias, também são formas de opressão.

O racismo não é um problema gerado pelas pessoas negras. Racismo é uma problemática branca. Foi criado pela branquitude. Não obstante, é impulsionado e garantido pela ideia de raça, conceito moderno desenvolvido em meados do século XVI para justificar o colonialismo europeu e a submissão e distribuição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2018). Almeida (2018) aborda a questão de maneira didática:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2018, p.144).

E continua:

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (ALMEIDA, 2018, p.225-235)

E reconhecê-lo, trazer o racismo e suas imbricações e implicações para o debate, bem como se engajar nas medidas de reparação e de combate ao racismo é urgente. Em pesquisa recente encomendada pela Veja ao Instituto Paraná Pesquisas<sup>16</sup>, observou-se que 61% dos brasileiros escutados acreditam que o Brasil é um país racista, enquanto 34% negam o problema. Já o levantamento feito pelo DataPoder360<sup>17</sup> apontou que 79% dos respondentes reconhecem o racismo no Brasil, mas só 28% admitem ter preconceito contra negros e negras.

Essa dificuldade e incômodo em reconhecer a questão, refletir sobre ela e abordá-la de maneira prática foi observada pela educadora antirracista Robin Diangelo em seu livro *White Fragility: why it's so hard for white people to talk about racism*<sup>18</sup>. Para ela, esse incômodo e fragilidade branca escoam desde uma vida segregada de grupos racialmente discriminados e isenta da violência, em demasiados sentidos, provocada pelo racismo, passando pelo conforto da posição que se encontram até a fuga e falta de disponibilidade de refletir sobre o assunto e experienciar o estresse decorrente do enfrentamento da localização de privilégio.

Kilomba (2012) também comenta a respeito, trazendo à tona a perspectiva freudiana de repressão:

O medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro pode ser articulado com a noção de repressão de Sigmund Freud, uma vez que a “essência da repressão”, segundo o mesmo: “Encontra-se simplesmente em afastar-se de algo e mantê-lo à distância do consciente” (Freud, 1923, p. 17). Esse é o processo pelo qual ideias – e verdades – desagradáveis se tornam inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam. Contudo, enquanto enterradas no inconsciente como segredos, permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento. A máscara vedando a boca do sujeito negro impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer “se desviar”, “manter à distância” nas margens, invisíveis e “quietas”. Por assim dizer, esse método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento da/o “Outra/o”. Uma vez confrontado com verdades desconfortáveis dessa história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta “não saber...”, “não entender...”, “não se lembrar...”, “não acreditar...” ou “não estar convencido...”. (KILOMBA, 2012, l. 400-410)

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista/>>. Acesso em: 30 out 2020.

<sup>17</sup> Disponível em: <[https://www.geledes.org.br/76-veem-racismo-no-brasil-mas-so-28-admitem-preconceito-contra-negros/?gclid=Cj0KCQjwlvT8BRDeARIsAACRFiUYsvKkJhRFVYwt4FsSMvPXn5IOSctmDCnA92zpRqWl-4ido7JzxWgaAgQREALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/76-veem-racismo-no-brasil-mas-so-28-admitem-preconceito-contra-negros/?gclid=Cj0KCQjwlvT8BRDeARIsAACRFiUYsvKkJhRFVYwt4FsSMvPXn5IOSctmDCnA92zpRqWl-4ido7JzxWgaAgQREALw_wcB)>. Acesso em: 30 out 2020.

<sup>18</sup> Disponível em < <https://www.newyorker.com/books/page-turner/a-sociologist-examines-the-white-fragility-that-prevents-white-americans-from-confronting-racism>>. Acesso em 30 out 2020.

Bento (2002), por sua vez, comenta sobre essa negação e incômodo, destacando a herança positiva que a branquitude tem da escravidão em detrimento da negritude e a dificuldade de abrir mão dos privilégios.

o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evita caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra etc., etc. Como nos mostra Denise Jodelet (1989), políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos não são direitos, mas sim favores das elites dominantes. (BENTO, 2002, p.3)

Nesse sentido, acreditamos que a branquitude, a partir de seu lugar de fala e considerando a diversidade e a heterogeneidade existente nos grupos sociais, não só pode como deve fazer parte desse movimento, entendendo seus privilégios promovidos pelo racismo estrutural - e estando aberta a abrir mão deles -, bem como assumindo responsabilidades e compromissos de mudança.

E é assim que nos colocamos neste trabalho. E esse posicionamento é fundamentado a partir de um ativismo social e de um caminhar longo de muita escuta, de encontros e de leituras de autores e de autoras negras, apoiando-se, por exemplo, em orientações como os apontamentos de Ribeiro (2019) em “Pequeno Manual Antirracista”.

As formas de engajar pessoas brancas na luta antirracista, segundo recomenda Ribeiro (2019) no manual, vão desde o reconhecimento sobre o racismo e a negritude, passando pelo reconhecimento de privilégios e o questionamento da cultura que consumimos até o apoio a políticas afirmativas e ações reais de transformações, por exemplo, dos ambientes de trabalho e educação.

O processo envolve uma revisão crítica profunda de nossa percepção de si e do mundo. Implica perceber que mesmo quem busca ativamente a consciência racial já compactuou com violências contra grupos oprimidos. [...] "Portanto, nunca entre numa discussão sobre racismo dizendo “mas eu não sou racista”. O que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? Mesmo que uma pessoa pudesse se afirmar como não racista (o que é difícil, ou mesmo impossível, já que se trata de uma estrutura social enraizada), isso não seria suficiente - a inação contribui para perpetuar a opressão. (RIBEIRO, 2019, 1.16-71)

Como também pontua Denise Caneira (2019)<sup>19</sup> em artigo publicado na revista *Internacional de Direitos Humanos*, precisamos nos ocupar em atuar com mais empenho em processos que tenham por objetivo ressignificar crenças e ações que contribuem para a perpetuação das distribuições estruturalmente desiguais, desde o acesso a oportunidades e recursos à possibilidade de alcance de poder no cotidiano, na sociedade, nas instituições e nas políticas de Estado.

Processos que, ao mesmo tempo em que afirmem o lugar dos movimentos negros e indígenas como protagonistas históricos da luta antirracista e da ampliação da noção conflitiva de direitos humanos, 2 coloquem em xeque a perspectiva de que o racismo é um problema das pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados e impliquem de fato pessoas brancas e instituições a assumirem responsabilidades como sujeitos de tensionamento e da transformação das relações raciais, indo além da convocação ao apoio, à solidariedade e à luta política “das outras e dos outros”. (CARNEIRA, 2019, p.1)

O encontro com o Nuvem Negra e seu espaço neste trabalho pretendem-se, justamente, vir desse lugar. Após encontros com vários coletivos universitários com reivindicações distintas, identificamos no Nuvem características urgentes e particularidades muito potentes do coletivismo universitário, que, por sua vez, corroboram nossa hipótese sobre a potência deste tipo de mobilização e seu ativismo (online ou off-line) para uma universidade democrática, inclusiva e acolhedora — desde o corpo docente, passando pelo corpo discente até os currículos disciplinares e linhas epistemológicas.

Nesse sentido, não escolher acompanhar o grupo e suas respectivas mobilizações, em nosso entendimento, seria uma espécie de negação e silenciamento, o qual negamos consideravelmente. Além disso, acompanhar, via metodologia cartográfica, um coletivo negro que parte do pressuposto da educação universitária para discutir o racismo estrutural, para nós, mais que importante, é urgente. E a cartografia, enquanto metodologia subjetiva, nos direciona muito bem a partir do nosso lugar de fala, uma vez que requer de nós uma abertura total ao acompanhamento de processos.

Desse modo, falamos, então, a partir de uma mulher branca que questiona seu lugar de privilégio ao olhar, por exemplo, para sua educação superior e identificar a falta de colegas de turma e professores negros e negras nas salas de aula, bem como a ausência de uma diversidade epistemológica. Falamos, ainda, a partir de uma mulher branca feminista que abdica da universalização da categoria mulher e que não consegue pensar o feminismo sem

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/>. Acesso em 30 out 2020.

levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual e identidade de gênero. Igualmente, falamos a partir de uma mulher que questiona e critica sua visão de mundo estruturalmente construída por uma lógica colonial e racista e que tem um compromisso decolonial com o conhecimento e com relações sociais plurais, democráticas, dignas e justas.

Assim, nosso lugar de fala aqui, além de ser um compromisso de escuta e de estudo do racismo estrutural no Brasil, configura-se como uma postura ética, que põe em questão o que podemos fazer para colocar o nosso antirracismo na prática, assumindo todo um privilégio histórico, que é parte crucial do problema, e querendo fazer parte da solução, mas sem nenhuma pretensão de protagonismo. As palavras de Ribeiro (2017) e Almeida (2020)<sup>20</sup> nos impulsionam nesse sentido:

(...) entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2017, l.728)

“O racismo não é uma questão pontual, não é comportamental. O racismo é algo que se não tratar compromete justamente tudo aquilo que nós quisermos lutar. Por exemplo, a democracia, o desenvolvimento econômico, possibilidade de a gente expurgar a violência de nosso cotidiano, ou seja, o racismo é algo que se infiltra na vida social e se não tratar leva ao aprofundamento das crises e compromete o futuro da humanidade”. (ALMEIDA, 2020, s/p)

Dito isso, podemos, agora, voltarmos-nos ao racismo, que atravessa, estruturalmente e em muitos sentidos e direções, a sociedade brasileira.

## 1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Para abordarmos a questão, de sua origem, estruturas às suas conseqüentes marcas institucionais atuais, passando pelo quadro atual das universidades, lançaremos mão das contribuições de Almeida (2018), ativista antirracista e pesquisador comprometido com questões que abrangem as relações sociais e a desigualdade racial no país.

Como desenvolve Almeida (2018) no livro “O que é racismo estrutural?”, o racismo decorre do modo com a estrutura social está organizada, isto é, da maneira que se normalizam

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>. Acesso em 30 out 2020.

e se “constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2018, p.447).

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. (ALMEIDA, 2018, 1.447)

O autor (2018) aponta que, como processo histórico e político, o racismo determina as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Consciente ou inconscientemente:

Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. (ALMEIDA, 2018, 1.457)

Partindo desta perspectiva, Almeida (2018) difere sistematicamente o racismo em três concepções, sendo uma delas o racismo individualista; outra o racismo institucional; e, por fim e principalmente, o racismo estrutural. Na concepção do autor, essa separação é importante, dado que estrutura e instituição referem-se a fenômenos sociológicos diferentes, e, sobretudo, porque essa distinção pode servir para revelar situações específicas da realidade.

Em relação à concepção Institucional, que já dimensiona o poder como constitutivo das relações sociais, Almeida (2018) chama atenção para as consequências causadas pela estrutura das instituições que concede privilégios, por exemplo, à branquitude em detrimento a determinados grupos de acordo com a raça.

Ele (2018) alerta que as instituições seguem regras que elas mesmo muitas vezes estabelecem e que acabam por conduzir as práticas dos sujeitos, conformando seus comportamentos, seus modos de pensar, suas concepções e preferências. Dentro dessa perspectiva, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição (ALMEIDA, 2018, p. 30).

A noção estrutural, por sua vez, que é intimamente relacionada à concepção institucional, parte da fundamentação sobre a qual o racismo é ao mesmo tempo causa e resultado da estrutura da sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseados em princípios discriminatórios de raça. Se as instituições conseguem reproduzir

essas normas, é porque elas são parte de um todo que tem “o racismo como um de seus componentes orgânicos”. Almeida (2018) explica:

A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo. Como ensina Anthony Giddens, a estrutura “é viabilizadora, não apenas restritora”, o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais. Ou seja, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (ALMEIDA, 2018, 1.457)

A esse respeito, contrariando a ideia de que o racismo possa ser visto como algo marginal e periférico, a definição dada por Kilomba (2012) sobre o caráter estrutural do problema segue a mesma linha:

"racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e People of Color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural." (KILOMBA, 2012, 1.876)

Deslegitimando e desmerecendo toda ideia que tome a questão fora da sua característica sistêmica, Kilomba (2012) acrescenta, contextualizando, por exemplo, com o pressuposto da colonização europeia:

O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização, e para a atual “Fortaleza Europa”. No entanto, o racismo é, muitas vezes, visto como um fenômeno periférico, marginal aos padrões essenciais de desenvolvimento da vida social e política e de alguma forma “localizado na superfície de outras coisas” (Gilroy, 1992, p. 52), como uma “camada de tinta”, que pode ser “removida” facilmente. Essa imagem da “camada de tinta” ilustra a fantasia predominante de que o racismo é “algo” nas estruturas das relações sociais, mas não um determinante dessas relações. De modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma “coisa” externa, uma “coisa” do passado, algo localizado nas margens e não no centro da política europeia. (KILOMBA, 2012, 1.801)



Gomes (2017), por sua vez, lembra a contribuição dada pelo movimento negro na década de 70 para essa concepção e entendimento do racismo sob a perspectiva estrutural. Ela nos fala:

A partir do final dos anos de 1970, o Movimento Negro, juntamente com alguns intelectuais negros e não negros, alertaram a sociedade e o Estado para o fato de que a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente herança de um passado escravista, mas, sim, um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural (SILVÉRIO, 2002). Essa interpretação da raça como estrutural e estruturante para se compreender a complexidade do quadro de discriminação e desigualdades no Brasil, realizada pelo Movimento Negro, aos poucos passa a ocupar espaço nas análises sociológicas e entre os formuladores de políticas públicas. (GOMES, 2017, 1.309)

Outras correlações abordadas por Almeida (2018) que atestam e fundamentam o racismo estrutural no Brasil, e ajudam na compreensão do mesmo, dizem respeito à ideologia racista, bem como às relações estruturalmente enlaçadas entre o racismo e o Estado; a política; o direito; e a economia.

Sobre a primeira questão, Almeida (2018) atenta para a operação ideológica do racismo, que acaba por fundamentar uma naturalização por parte da sociedade a partir de um processo muito bem costurado e conjugado com os meios de comunicação, a indústria cultural e as instituições. Há uma teia social que impacta todo um imaginário coletivo e justifica e legitima as desigualdades sociais.

uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (ALMEIDA, 2018, l. 53).

Acerca da questão ideológica muito bem tecida socialmente, Ribeiro (2019) lembra do mito da democracia de raça no Brasil, e pontua:

É preciso identificar os mitos que fundam as peculiaridades do sistema de opressão operado aqui, e certamente o da democracia racial é o mais conhecido e nocivo deles. Concebido e propagado por sociólogos pertencentes à elite econômica na metade do século XX, esse mito afirma que no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras. O livro *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, tornou-se um clássico mundial com a exportação dessa tese. A relevância da obra está em romper com uma tradição que legitimava o racismo científico — teorias biologizantes formuladas no século XIX que preconizavam uma suposta inferioridade natural do negro como forma de justificar a escravidão nas Américas —, tal como apresentado nas obras de Nina Rodrigues, por exemplo. Mas é preciso ler Freyre criticamente, indo na contramão daqueles que, estimulados pela naturalização da miscigenação forçada durante o período colonial, perpetuam o mito da democracia racial. Essa visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia. (RIBEIRO, 2019, l. 93-101)

Já sobre a relação com o Estado, Almeida (2018) lembra que, para atuar de maneira sistêmica como o racismo atua na sociedade brasileira, contaminando e direcionando comportamentos institucionais e comportamentos individuais, direta e indiretamente, como vimos acima, é inegável que exista um processo político de controle social como pano de fundo e que privilegia a manutenção dos interesses da classe/raça dominante. “Somente o Estado pode criar os meios necessários – repressivos, persuasivos ou dissuasivos – para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporados às práticas cotidianas;” (ALMEIDA, 2018).

No que diz respeito à economia, ele (2018) evidencia que raça é um marcador determinante da desigualdade econômica, e que “direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas”.

Um exemplo: se pessoas negras são discriminadas no acesso à educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho, além de terem menos contato com informações sobre cuidados com a saúde. Consequentemente, dispendo de menor poder aquisitivo e menos informação sobre os cuidados com a saúde, a população negra terá mais dificuldade não apenas para conseguir um trabalho, mas para permanecer nele. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos ajuda a reforçar os estereótipos racistas, como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito em que a discriminação gera ainda mais discriminação. (ALMEIDA, 2018, l. 1545-1454)

Como vimos na introdução deste trabalho, qualquer análise da realidade atual da negritude escancara as várias posições marginalizadas que o povo negro ainda se situa, mesmo com a resistência e a luta antirracista promovida pelo movimento e os avanços, ao longo da história brasileira recente, na criação de legislações que reconheçam a diversidade, bem como políticas afirmativas recentes. Almeida (2018) ressalta a criação, no Brasil, em 1951, da Lei Afonso Arinos, que tornou contravenção à prática da discriminação racial. Lembra que, em 1988, com a aprovação da Constituição, o racismo passa a ser considerado crime inafiançável e imprescritível. E cita as leis 10.629/2003, que torna obrigatório o ensino de história da África e cultura Afro-brasileira nas escolas, e a lei 12.288/2010 que cria o Estatuto da Igualdade Racial.

Apesar dos avanços, no entanto, o quadro comentado por Carneiro (2011) em 2011 é ainda bastante atual para as circunstâncias destes últimos anos, vide estatísticas levantadas no início deste trabalho.

As disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano entre brancos e negros revelam que o segmento da população brasileira autodeclarado branco apresenta em seus indicadores socioeconômicos – renda, expectativa de vida e educação – padrões de desenvolvimento humano compatíveis com os de países como a Bélgica, enquanto o segmento da população brasileira autodeclarado negro (pretos e pardos) apresenta índice de desenvolvimento humano inferior ao de inúmeros países em desenvolvimento, como a África do Sul, que, há menos de duas décadas, eradicou o regime do apartheid. (CARNEIRO, 2011, l. 112-121)

No ensino superior, recorte que este trabalho se aproxima, a análise precisa ir muito além do ingresso nas universidades por parte de alunos e alunas negras. Essa análise estrutural tem de passar pelo quadro de professores até o reconhecimento de trabalhos produzidos por autores e autoras negras e pelas linhas epistemológicas dos currículos disciplinares, por exemplo.

racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (GROSFUGUEL, 2016, p. 25)

Para Miranda (2018), devido a universidade ser um lugar de produção de conhecimento e de transformação por excelência, em vez de reproduzir o racismo, deveria, ao contrário, funcionar como um espaço de refutação - um “oásis do pensamento contra opressão”. Mas a realidade atual sustentada pelas estruturas racistas da academia é outra.

Historicamente, a prática acadêmica evidencia o apagamento de biografias de intelectuais negras/os, o esvaziamento de singularidades por narrativas descontextualizadas e distanciadas da história, e isto é uma estratégia discursiva poderosa que resulta em danos irreparáveis na vida de pessoas negras. Sueli Carneiro (2003) afirma que uma das características principais do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva aos racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade. Nos meios convencionais de comunicação, é ação rotineira exibir comercial, de forma isolada, por exemplo, em que um negro aparece na multidão de brancos para assegurar suposto respeito e valorização da diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. (MIRANDA, 2018, p.124-125).

Kilomba (2012), na mesma linha, diz que é preciso compreender como os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial.

o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos “de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos” (Hall, 1992, p. 252), mas raras vezes fomos os sujeitos. Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar da “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. De ambos os modos, somos capturadas/os em uma ordem violenta colonial. (KILOMBA, 2012, l. 538-547-557)

Como bem coloca Kilomba (2012) no trecho acima, mesmo na realidade brasileira, não é por falta de resistência promovida, quase que exclusivamente, pelo movimento negro. E, sim, pelo racismo estrutural impregnado na sociedade, que confere à branquitude privilégios e a manutenção deles, e coloca a população negra em situações de subalternização e impõe, estruturalmente, diversas adversidades para a mobilização.

A legislação sobre as cotas raciais nas universidades federais (2012) e estaduais, bem como o ProUni (2006) vêm mudando o quadro de acesso à educação superior no país. Mas a universidade inclusiva, em todos os seus aspectos, é uma realidade ainda distante. Aqui, fecharemos este capítulo, com as muitas dificuldades ainda impostas, direta ou indiretamente, pelo racismo estrutural, e com a urgência da participação ativa da sociedade, do Estado – a partir também de políticas públicas –, das instituições, das empresas e da branquitude na reversão do quadro, em total engajamento com o movimento negro e aceitando abrir mão de privilégios. Fechamos então esta parte do trabalho com as palavras de Almeida (2018) e Carneiro (2011):

A urgência de implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil decorre de um imperativo ético e moral que reconhece a indivisibilidade humana e, por conseguinte, condena toda forma de discriminação. É também um imperativo de ordem econômica pelo que representa em termos de perda de ativos a exclusão de 44% da população do acesso ao consumo, ao desenvolvimento e para a capacidade competitiva do país; impactando politicamente também a consolidação da democracia e a unificação deste país, apartado racialmente pela exclusão racial. (CARNEIRO, 2011, l.523)

A superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que no máximo podem ser mantidos sob controle, mas nunca resolvidos. Todavia, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar. (ALMEIRA, 2018, l. 2110-2118)

## **2. MOVIMENTO NEGRO PELA EDUCAÇÃO – MAPEANDO MARCOS, CONTEXTOS E AÇÕES AFIRMATIVAS**

Seria simplista qualquer exercício de fazer caber neste estudo um percurso histórico sobre o movimento negro em nosso país. Nesse sentido, partimos de um olhar já direcionado para o percurso e as transformações do movimento que se destacaram pelo direito à educação e pelas dimensões de caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, buscando elencar alguns fatos, marcos e políticas que direcionem um contexto e mapa histórico e teórico possível para nosso trabalho.

Dessa forma, não nos cabe nesta pesquisa apresentar os elementos e aspectos estruturais das ações amplas do movimento negro, organizado ao longo do tempo. Nossa intenção é destacar algumas dessas iniciativas educativas e em prol da educação que serviram como fundamento e inspiração para a luta e contribuíram para giros emancipatórios, respostas por parte do Estado e ações afirmativas.

Além disso, sabemos que a reivindicação por uma educação formal e afirmativa sempre norteou, dadas as especificações de cada época, as pautas das coletividades negras, considerando que é um direito social pleiteado por esses grupos e que por anos e anos foi deliberadamente negado à população negra.

Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista. (GOMES, 2017, l. 289)

Mas antes de trazermos à tona exemplos de ações coletivas e ações afirmativas, para fins de entendimento e fundamentação, precisamos marcar alguns contextos e conceituações das quais nos aproximamos e que para a elaboração desse trabalho é fundamental.

Primeiro, é preciso retomar as estatísticas e algumas causas estruturais do cenário ainda atual das desigualdades entre pessoas brancas e não brancas.

Como vimos na introdução deste trabalho e no tópico anterior, o racismo estrutural impregnado no Brasil e o projeto de nação colonial construído pela branquitude que coloca pessoas não brancas em condições de subalternização, ao longo das décadas, não só limitou e atrasou as possibilidades de educação formal e superior para pessoas negras — reflexo da

herança escravocrata, do racismo estrutural, do contexto socioeconômico desfavorável e da falta/atraso de políticas públicas efetivas — como também muitas vezes impediu nos textos e termos da lei.

Em muitos momentos da nossa história, a presença de negros foi excluída e impedida por legislação, como ao longo de vários anos do período monárquico.

Um exemplo é o Ato Adicional de 1834 que, ao organizar a educação brasileira, determinava quem podia frequentar a escola baseado em critérios tipo gênero, raça, idade entre outras características, deixando de fora pessoas negras.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.(...) Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

É preciso dizer, também, que mesmo após a abolição da escravidão, a transição do século XIX para o XX é marcada pelo abandono da população negra por parte das autoridades brasileiras e pela ausência de medidas que pudessem reintegrar a população que há séculos foi submetida a um regime de escravidão. O pós-abolição excluiu esta população das garantias e dos direitos sociais implantados no período. Com isso, os setores mais organizados da população tinham a educação como uma das principais demandas, dado que "o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam um dos principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho". (Gomes, 2017, 1.346).

Segundo, temos de demarcar aqui neste percurso teórico-histórico o que entendemos como movimento negro no Brasil. Sobre esses aspectos, nos apoiamos nas reflexões propostas por Gomes (2017) e Santos (1994):

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse

coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. Postura essa que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista. (GOMES, 2017, l. 274)

Com uma perspectiva igualmente abrangente e comprometida com a emancipação, Santos (1994) considera, também, no entendimento sobre o movimento negro entidades religiosas, culturais entre outras:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

No que diz respeito às mobilizações do movimento Negro em prol da educação, Gomes (2017) chama a atenção para o caráter sempre educador do movimento em suas amplas representações, considerando difícil dissociá-lo dessa reivindicação e negligenciar todas as demais organizações que de uma forma ou de outra tiveram papéis educativos e/ou demandavam educação.

Partindo desse pressuposto teórico, cabe-nos aqui, então, mapear algumas mobilizações, momentos da história e legislações que contextualizam o percurso dos movimentos que se destacaram nesta pauta, abrindo e costurando o caminho, aqui, para falarmos no capítulo sobre o estudo de caso do Nuvem Negra. Os marcos aqui mencionados são apoiados nos levantamentos e fundamentos de Gomes (2017).

Começamos destacando a imprensa negra paulistana que teve seu lugar marcado nos primeiros anos de 1900 até a década de 60. Como aponta Gomes (2017), jornais como Xauter (1916), Getulino (1916-1923), O Alfinete (1918-1921), O Kosmos (1924-1925), O Clarim d’Alvorada (1929-1940), A Voz da Raça (1933-1937), Tribuna Negra (1935), O Novo Horizonte (1946-1954), Cruzada Cultural (1950-1966) e outros destacaram-se à época e muniam a população de informações de caráter educativo sobre as condições em que viviam população negra à época e os direitos que a ela eram negados, bem como compartilhavam ideias e projetos de integração na sociedade.

Já a associação Frente Negra Brasileira, fundada em 1931 em São Paulo e umas das primeiras grandes organizações do século XX, teve, entre outras importâncias, um papel



muito fundamental na educação de pessoas negras. Tinha uma atuação mais híbrida e estrutural, tendo uma proposta informativa, beneficente, cultural e política. Gomes explica:

É sempre importante retomar o papel da Frente Negra Brasileira (...) Composta por vários departamentos, promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Visava, também, a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira daquele período. (GOMES, 2017, l. 359)

E acrescenta:

A Frente Negra pode ser considerada, também, como uma articuladora, sistematizadora de saberes emancipatórios, principalmente os políticos, sobre a realidade dos negros brasileiros da época. (GOMES, 2017, l. 365)

Por sua vez, o Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968), fundado e idealizado por Abdias do Nascimento, pode-se dizer que — considerando toda sua contribuição na convocatória e no recrutamento de pessoas negras às vezes em situações de vulnerabilidade; na alfabetização e na formação crítica não só de atores mas de cidadãos conscientes; e nas suas performance de origem africana — já nasceu com pretensões educativas.

A reivindicação do ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário — onde esse segmento étnico-racial não entrava devido à imbricação entre discriminação racial e pobreza —, o combate ao racismo com base em medidas culturais e de ensino e o esclarecimento de uma imagem positiva do negro ao longo da história eram pontos importantes do programa educacional dessa organização (NASCIMENTO, 2004). O TEN deixou herdeiros e saberes. A luta pela visibilidade dos negros e das negras na cena artística e cultural, na literatura e na mídia continua até hoje. (GOMES, 2017, l. 367)

Além dos aspectos educativos e culturais, como a publicação do jornal Quilombo, a fundação do Instituto Nacional do Negro e do Museu do Negro, o TEN também tinha um viés político, e teve impacto na formulação da Constituinte de 1946. Segundo Gonçalves (2000):

(...) o TEN teve papel importante na Constituinte de 1946. Militantes viajavam pelo Brasil para preparar, com entidades e organizações negras de outros estados, o evento que ficou conhecido como Convenção Nacional do Negro Brasileiro — CNNB (Nascimento, 1981). Foi no período da preparação da Convenção que o TEN ampliou suas alianças em nível nacional. Via-se, naquele evento, uma oportunidade de os militantes poderem discutir questões raciais, de diferentes partes do país, sem fragmentá-las ou considerá-las como simples conflitos localizados. A CNNB funcionava, assim, como uma entidade supra-regional visando à conquista efetiva da cidadania dos negros brasileiros (Gonçalves, 1997, p. 454). E tinha um caráter rigorosamente provisório (GONÇALVES, 2000, p. 147)

Outro movimento emancipatório de destaque foi, segundo Gomes (2017), o Movimento Negro Unificado (MNU), criado no final dos anos 70, durante a ditadura militar no Brasil. Trata-se de uma articulação de vários grupos e ações coletivas do movimento negro com pretensão de projeções nacionais.

Essa organização de caráter nacional elege a educação e o trabalho como duas importantes pautas na luta contra o racismo. O MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. (GOMES, 2017, l. 388)

Pulando para o período entre 80 e 90, vale destacar um giro importante do movimento negro que, antes com pautas de educação mais universalistas, percebe como as políticas públicas afirmativas poderiam ter impacto maior na vida da população negra, revertendo atrasos históricos e contribuindo para a superação do racismo.

Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas. (GOMES, 2017, l. 401)

A partir desse giro supracitado, pontuamos a seguir, também com referência no levantamento de Gomes (2017), algumas ações de destaques que reivindicaram ações afirmativas, bem como algumas políticas importantes que responderam a essa demanda, sendo resultados diretos ou indiretos das organizações e mobilizações do movimento negro: A saber:

- No dia 20 de novembro de 1995, houve, em Brasília, a "Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida" cuja ação resultou na entrega ao presidente Fernando Henrique Cardoso do "Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial". O documento urgia ações afirmativas para educação superior e para o mercado de trabalho direcionadas à população negra;
- Em 2001, o movimento negro ajudou a organizar e participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul, e testemunhou o Estado brasileiro reconhecer diante de toda a comunidade internacional presente a existência institucional do racismo em nosso país, assim como a se comprometer em estabelecer medidas para sua superação a partir de ações afirmativas na educação e no trabalho;

- Em 2000, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene);
- Em 2003, também como resposta à forte pressão do movimento negro, é fundada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir);
- Igualmente em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, incluindo os artigos 26-A e 79-B da LDB e tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamental e Médio;
- Em 2004, surge, no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad);

Gomes (2017) ainda destacadas outras ações realizadas pelo Estado a partir dos anos 2000. Destaque para a política de cotas das universidades:

o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009); a inserção da questão étnico-racial, entre as outras expressões da diversidade, no documento final da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), em 2008, e da Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010 e 2014; a inserção, mesmo que de forma transversal e dispersa, da questão étnico-racial e quilombola nas estratégias do projeto do Plano Nacional de Educação (PNE); a Lei Federal 12.288 de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 26 de abril de 2012; a sanção pela então presidenta da República, Dilma Rousseff, da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de Nível Médio; a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola – Parecer CNE/CEB 16/12 e Resolução CNE/CEB 08/12 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); e a sanção da Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. (GOMES, 2017, l. 453)

Em direção aos anos recentes, em consonância com o nosso tema de pesquisa, precisamos marcar aqui algumas iniciativas circunstâncias à mobilização pela educação superior e em prol de epistemologias contra hegemônicas, como os coletivos universitários. Para Oliveira (2018) esses arranjos universitários - como os coletivos formados por estudantes negros - surgem impulsionados por uma ruptura com o movimento estudantil tradicional, tendo em vista que essas organizações mais tradicionais não respondiam às suas necessidades nem tampouco os representavam.

Os coletivos surgem como uma resposta a um sistema de representação política tradicional que não dava conta de representar as diversas demandas que os diversos grupos presentes na arena política pleiteavam. Usando como base o viés universalista, suas especificidades eram ignoradas em prol de uma prática e discurso

homogeneizante, que não refletia as verdadeiras demandas de cada grupo que estavam sub-representados dentro do movimento estudantil. Com o objetivo de acabar com essa invisibilidade e reivindicar políticas para grupos específicos, os coletivos com diversos recortes surgem nas arenas políticas para lutar por melhorias para seus integrantes. Os coletivos de estudantes negros, oriundos das políticas da diversidade, focadas num viés racializado lutam e pleiteiam políticas institucionais dentro de suas universidades para que o alunado negro tenha possibilidade de acesso ao ensino superior nas IES brasileiras, mas não só isso, eles tem reivindicam que as IES promovam políticas de permanência desses alunos negros e negras a fim de que o panorama da desigualdade de acesso, permanência e conclusão do ensino superior para esses jovens deixem de ser casos isolados e possam a ser naturalizados na trajetória desses estudantes nas instituições de ensino superior brasileiras. (OLIVEIRA, 2018, p. 8-9)

Oliveira (2018) também nos fala do caráter afetivo dessas organizações e da importância que esse elo entre os estudantes provoca na identidade e bem-estar dos alunos no ambiente universitário.

A escolha da utilização do recorte racial como estratégia de mobilização se dá pelo fato de que são os jovens negros que são encontrados em situações de vulnerabilidade em todos os aspectos da vida social, isso acaba sendo um motivo para a criação de um elo entre aqueles que conseguem furar a barreira e entrar no ensino superior. A finalidade desse movimento é a valorização da questão racial, formando assim uma identidade coletiva, para reivindicarem melhorias e direitos aos alunos negros e negras presentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) e que são oriundos das políticas públicas de ações afirmativas, de cunho racializado. Organizados de maneiras diversas, os coletivos de estudantes negros se fundamentam sob óticas organizacionais diferentes, cada um com seus métodos e estrutura mas sem deixar de operar com um fio condutor que os conecta na perspectiva da coletividade, que é a questão referente ao bem-estar e a solidariedade de seus membros, ou seja, a lógica do afeto perpassa as estruturas e as organizações desses coletivos. (OLIVEIRA, 2018, p. 8)

Cabe destacar também o primeiro Encontro Nacional de Coletivos e Estudantes Negros (EECUN)<sup>21</sup>, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2016. O evento, que reuniu participantes e estudantes negros de universidades espalhadas por várias regiões do país, debateu, entre outros vários temas, a construção de uma universidade voltada para realidade dos estudantes negros.

Integrante da comissão organizadora do encontro e também um dos fundadores do Nuvem Negra, López (2020) destaca o encontro como um momento importante para reflexão de um projeto político preto, bem como para o fortalecimento de um espaço de cooperação e solidariedade entre os estudantes.

O I EECUN, foi uma construção estratégica, preta, radical, majoritariamente construída por mulheres negras, com forte presença de LGBTQI+. Um encontro como o EECUN é uma ferramenta importante, para o fortalecimento da identidade

<sup>21</sup> Disponível em <https://www.educafro.org.br/site/2016/04/22/eecun/>. Acesso em 20 de maio de 2021.

negra no Brasil. Traduz a luta histórica das mulheres negras dentro do movimento negro, corporifica a estética-política do ECCUN, grita nos corpos negros o que os estudantes pensam e com seus cabelos crespos comunicam as mudanças que querem produzir. (LÓPEZ, 2020, p. 72)

E continua:

(...) consideramos o I EECUN, fundamental para a compreensão dos debates e agendas dos/as universitários/as negros/as, pois trouxe à tona o debate sobre gênero e de diversas sexualidades presentes no movimento negro, relacionado com o ingresso de pessoas LGBTI+ nas universidades. (...), o I EECUN pode contribuir para algo novo, para o que antes não existia. Um encontro com 2.000 universitários negros/as das cinco regiões do Brasil, que projeta possibilidades para a formação da intelectualidade negra, mostra novas pautas, desafios, enfrentamentos e novas possibilidades. Um momento histórico extremamente importante para a intelectualidade negra, para uma disputa de sentido, a fim de questionar e discutir a produção do conhecimento e questionar a Universidade - instituição que creditamos ser a produtora do conhecimento. (LÓPEZ, 2020, p. 73)

Tendo apresentado esse breve giro, é possível compreender que, se hoje podemos observar a existência de Coletivos Negros no interior das Universidades, isso se deve às lutas, agendas políticas e articulações históricas e educativas do Movimento Negro do Brasil em torno da Educação, e os respectivos resultados dessas mobilizações.

### 3. METODOLOGIA

Dada a subjetividade e particularidades da pesquisa que estamos desenvolvendo, a abordagem qualitativa é a mais adequada para a realização deste trabalho, tendo em vista que também observa, descreve e interpreta sentimentos, atitudes e demais dados não captados pela pesquisa quantitativa (GOLDENBERG, 2003).

Nesse sentido, para estudar o coletivismo universitário enquanto mobilização social de resistência e luta antirracista pelo viés psicossociológico, adotou-se para este trabalho a construção metodológica qualitativa com base na metodologia cartográfica subjetiva, que consiste em uma aposta metodológica que, ao contrário do modo cartesiano-positivista, como *modus operandi*, promove uma posição de abertura aos caminhos e encontros da investigação, e sofre influência de distintas observações, opondo-se às máximas binárias de causa e efeito.

Proposta por Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995) a partir de investigações de análises de processos e produção de subjetividades, a cartografia, enquanto método de pesquisa dentro do campo das ciências sócio-humanas, pretende-se, em linhas gerais, servir como uma técnica metodológica que destaca, acima de tudo, a abertura e o mergulho por parte do pesquisador a todo o processo investigativo e seu acompanhamento.

[...] a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo [...]. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção. (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2014, p. 10, 11)

A origem deste método é decorrente da necessidade de Guattari e Deleuze, pertencentes à corrente estruturalista francesa, de desdobrarem seus estudos e investigações através de métodos cujas óticas não se limitassem às lógicas representacionais da ciência moderna.

A primeira alusão ao tema por parte dos autores supracitados acontece no livro *Mil Platôs*, publicado em 1995. Nessa publicação, a cartografia aparece dentro da perspectiva de rizoma que, por sua vez, é entendido através da sua capacidade de conexão, de transformação, funcionando como um sistema com ausência de raízes.

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 21)

Passos, Kastrup e Escóssia (2014) seguem na mesma linha:

A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de “o mesmo” não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder, que pode por vezes ter a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma. Entretanto, o rizoma não tem centro. (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2014, p. 10, 11)

No debruçar da pesquisa por parte do investigador, os encontros não unilaterais são percebidos como parte do processo sensível a ser abraçado. Em vez de olharmos somente para o objeto de pesquisa e isolá-lo, é preciso aproximar-se dos sujeitos e, igualmente, considerar o entorno e todas as redes de conexão que desses encontros emergirem.

Cartografar seria então, dentro da concepção metodológica subjetiva e no nosso entendimento, uma linha de investigação que compreende uma imersão e um despertar por parte do pesquisador aos caminhos que forem se desenhando no processo de pesquisar, desmembrando-se de ideias e conceitos previamente assumidos e impregnados.

Trata-se de uma linha exploratória que valoriza, dentro da concepção de produção de um conhecimento consistente, encontro-pesquisador-coletivo-de-forças e tudo aquilo que não cabe dizer aqui por não querer assumir postura pré-concebida.

Ao pesquisador cabe, então, desenvolver uma atitude investigativa integrante e transversal. É imprescindível exercitar a atenção ao processo e se permitir estar aberto e disponível ao novo, ao estranho. Nada, na perspectiva metodológica cartográfica, está dado.

Cartografar é conectar afetos que nos surpreendem e, para tanto, na formação do cartógrafo é preciso ativar o potencial de ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial, ativando algo de suprassensível, dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada. O cartógrafo, assim, vai criando corpo junto com a pesquisa. (POZZANA, 2014, p. 63).

Embora não seja pautada por metas, objetivos e protocolos que determinem, de antemão, o desenho da atividade investigativa e possíveis resultados das análises, a metodologia cartográfica lança mão de pistas que orientam o trabalho do pesquisador em relação ao meio, ao grupo a ser encontrado, a sua presença enquanto investigador atento entre outros aspectos importantes. Pistas que vão desde o acompanhamento de processos, passando pelo coletivo de forças como plano de experiência cartográfica até o funcionamento da atenção no trabalho.

### 3.1 TRÊS PISTAS PARA O MÉTODO CARTOGRÁFICO

Embora não representem protocolos e metas a serem perseguidos, as pistas cartográficas ajudam a situar o trabalho do pesquisador, discutindo algumas possibilidades e caminhos a serem explorados e, sobretudo, compartilhando a experiência do cartógrafo. As pistas aqui mencionadas foram importantes para nossa formação de cartógrafo.

As pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa – o hódos-metá da pesquisa. (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2014, p. 13)

É preciso dizer também que cada pista é independente da outra e, no entanto, elas se completam. Para fins de legibilidade, as pistas aqui comentadas serão registradas em negrito, com a finalidade de fácil identificação das mesmas.

Como já mencionado anteriormente, a prática cartográfica é orientada pelo **1)** acompanhamento de processos, e não por metas previamente determinadas. Trata-se de uma postura que incorpora não a representação do objeto e, sim, o acompanhamento do caminhar da pesquisa, da observação participante, da imersão.

Aproximando-se da etnografia em relação à participação, o contato com as pessoas e com suas experiências é central no processo, abrindo-se para a transformação do próprio investigador e dos outros. Conforme aponta Pozzana de Barros e Kastrup (2014), "O tipo de atividade e o grau de envolvimento do pesquisador variam, dependendo do grupo, podendo ir da observação participante à participação observante."

Sem isolar o objeto investigado de suas conexões e ligações com mundo, a cartografia, nesse acompanhar de processos, destina-se (usando esta palavra com bastante cautela) a desenhar e observar toda a rede de contatos e forças que os sujeitos interagem ou sofrem influência.

É preciso atenção à palavra processo também. Aqui, ela não carrega o tom de processamento, que pode evocar as lógicas da teoria da informação. O que a palavra evoca, na concepção cartográfica, é a ideia de processualidade. Dessa maneira, elimina qualquer sentido de formas a serem representadas e a mera coleta de dados.

[...] o caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes. (POZZANA DE BARROS e KASTRUP, 2014, p. 59)



Outra pista que merece menção para o nosso desenvolvimento diz respeito à **2) atenção do pesquisador**. Como cartógrafo concentrado e ao mesmo tempo aberto à participação e intervenção no campo da pesquisa, capaz de atentar-se a todos os movimentos e forças atuantes, o pesquisador precisa dar à sua atenção merecido destaque e funcionamento.

De acordo com Kastrup (2014), tomando por base conceitos de atenção flutuante de Freud (1912/1969) e de reconhecimento atento de Bergson (1897/1990), há 4 dimensões da atenção necessárias ao trabalho do pesquisador que lança mão do método cartográfico. São elas: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

Como rastreio, a autora destaca a capacidade da atenção de varrer, de maneira inicialmente desfocada, o cenário e os elementos presentes, não se limitando a procurar informações. Trata-se da habilidade de identificar signos, mudanças, novidades, repetições, ritmos. Kastrup (2014) pondera:

O rastreio não se identifica a uma busca de informação. A atenção do cartógrafo é, em princípio, aberta e sem foco, e a concentração se explica por uma sintonia fina com o problema. Trata-se aí de uma atitude de concentração pelo problema e no problema. A tendência é a eliminação da intermediação do saber anterior e das inclinações pessoais. O objetivo é atingir uma atenção movente, imediata e rente ao objeto-processo, cujas características se aproximam da percepção háptica. (KASTRUP, 2014, p. 40-45)

Quando, durante esse processo de varredura, algo ganha destaque e é vislumbrado, acontece o toque. No momento do toque, a atenção é captada involuntariamente, semelhante a um reflexo. No entanto, nessa ocasião, ainda não há conhecimento a respeito. Há uma espécie de chamado à atenção.

O toque pode levar tempo para acontecer e pode ter diferentes graus de intensidade. Sua importância no desenvolvimento de uma pesquisa de campo revela que esta possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. Através da atenção ao toque, a cartografia procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade do processo de produção do conhecimento, que constitui uma exigência positiva do processo de investigação ad hoc. (KASTRUP, 2014, p. 43)

Já o pouso, por sua vez, é compreendido como o momento em que há a cessação dos movimentos e, por conta disso, ocorre o foco em determinada percepção, seja auditiva, visual ou outra qualquer.

Como o próprio nome já diz, o reconhecimento atento, pulo seguinte após o pouso, ocorre quando destacamos, por exemplo, os contornos singulares de um determinado objeto. KASTRUP (2014) explica:

De modo geral o fenômeno do reconhecimento é entendido como uma espécie de ponto de interseção entre a percepção e a memória. O presente vira passado, o conhecimento, reconhecimento. No caso do reconhecimento atento, a conexão sensório-motora é inibida. Memória e percepção passam então a trabalhar em conjunto, numa referência de mão dupla, sem a interferência dos compromissos da ação. (KASTRUP, 2014, p. 46)

Essa atenção, dimensionada nessas quatro fases sugeridas por Kastrup (2014), precisa ser incorporada e processualizada cada vez que o contato com o campo e o **3) coletivo de forças** que circulam os sujeitos acontecer.

Ao mergulharmos sobre o campo a ser pesquisado e acompanhado, atentamo-nos para os movimentos das forças circulantes que compõem o plano da experiência cartográfica que, em seus movimentos, vão desenhando e desdobrando paisagens e mapas.

Nesse momento de contato e abertura à diversidade, todos os componentes precisam ser percebidos, a partir da atenção plena, em todos os seus aspectos – entendidos como integrantes de um plano comum, de um todo que se busca cartografar.

Nesse sentido, o produto de conhecimento gerado deixa de ser uma concepção do pesquisador, passando a ser uma consequência compartilhada, ou seja, uma coprodução de sujeitos graças ao contato do cartógrafo com os movimentos circulantes. Dessa forma, há a superação da relação de oposição entre pesquisador e objeto a ser pesquisado.

Tendo apresentado essas três pistas que consideramos importantes para essa investigação da pesquisa, faremos, no próximo tópico, sobre as TICs. Aqui, entendemos as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como um dos coletivos de força que o grupo abraça e incorpora para se organizar e atuar. E é preciso incorporamos as TICs também nessa investigação metodológica.

Neste novo século a preocupação com as redes sociais e digitais leva às abordagens que as tomam como processos em andamento e busca construir metodologias para captar as conexões entre o global e o local, suas interações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e mídias digitais. O trabalho do pesquisador é cognitivo e político porque ele deve realizar um rastreamento para elaborar uma cartografia de processos sociais “se fazendo” e não já dados, prontos ou acabados. Recomenda-se retrair os percursos, captando-se as inquietações, os conflitos e as controvérsias porque as redes são polissêmicas, diversas e não unívocas. Os estudos destacam como os atores tecem seus percursos na rede, mas o pesquisador continua esta tessitura ao elaborar suas cartografias. Algumas das questões que se colocam são: Quais espaços cognitivos e políticos acionam, que saberes constroem, como se autorrepresentam, qual a cartografia de seus embates coletivos? (LATOUR, 2005). (BRINGEL; GOHN, 2012, p. 254)

Nesse sentido, também com referência e indução metodológica, para mergulharmos ao encontro do Nuvem e sua atuação, precisaremos nos apoiar em fundamentações que nos aproximem da atuação do grupo nas redes sociais, bem como ao encontro do sentido de comum e de comunidade.

Para entender como o grupo vem resistindo e se consolidando graças também às possibilidades de comunicação favorecidas pela internet e às novas formas de organização em rede transnacionais, a seguir levantaremos as contribuições de Castells (2013) e Gohn (2014) a respeito do tema. Sodré (2014) e Paiva (2017) também apoiarão nosso percurso metodológico com contribuições sobre comum e comunidade do afeto.

### 3.2 A INTERNET E AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ORGANIZAÇÃO EM REDE

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm papel muito importante na formação, organização e mobilização de movimentos sociais contemporâneos. Não é diferente com os coletivos de jovens negros e universitários que se dedicam a combater o racismo no ambiente acadêmico e a fortalecer a representatividade negra, especialmente em tempos de crise onde a articulação e a atuação por parte dos grupos acontecem toda online.

Embora os grupos circulem, em tempos normais, nos ambientes físicos das universidades, ocupando os espaços das salas de aula, auditórios, corredores, centros acadêmicos, pátio etc, é na internet - e principalmente neste momento de isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19 - que as discussões dos grupos são pautadas; se iniciam; são documentadas; e são propagadas, ganhando relevância e atraindo novos integrantes a partir de mensagens compartilhadas entre os membros e publicamente; por meios de manifestos online; e através publicações em redes sociais e portais entre outros formatos.

Estudos sobre as TICs podem ser explorados sob a perspectiva de vários autores. Neste trabalho, levantamos as contribuições de Castells (2013) sobre o tema e de Gohn (2014) devido à contextualização que fazem a respeito dos movimentos sociais.

De acordo com Castells (2013), uma característica comum a todos os movimentos contemporâneos, especialmente os que são formados por jovens, é a habilidade que eles apresentam de se comunicar, a todo momento, com seus participantes e com a sociedade como um todo pela nova mídia social, por intermédio de smartphones e toda galáxia das redes de comunicação”.

Para ele (2013), muito embora a internet não seja a causa dos movimentos sociais contemporâneos - a causa, de acordo com o autor, muitas vezes é impulsionada por algum evento específico que estimula os manifestantes a superarem o medo e a encararem os poderes constituídos -, ela é crucial para a mobilização, para a articulação das estratégias e para a continuidade desses grupos atuais, bem como para a relevância dos mesmos.

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência do que denominei autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte. Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem. (CASTELLS, 2013, l. 3124)

A esse respeito, Gohn (2014) também traz considerações importantes, enaltecendo a importância que a rede provoca, principalmente, na atração de novos ativistas e integrantes. Ela pontua:

Marchas, manifestações e ocupações na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se on-line, por meio das redes sociais. A participação nos eventos acontece via agregação ad hoc. De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem às chamadas para os atos de protesto poderão se tornar ativista de um novo movimento social. (GOHN, 2014, l. 2)

E nesse fluxo de comunicação horizontal e constante favorecida pela internet e pela conexão sem fio - e que leva à ação e a mudanças coletivas -, segundo Castells (2013), manifesta-se entre os integrantes o entusiasmo, sentimento que ele considera como categórico para o reforço da mobilização, bem como para a superação do medo e para o despertar da consciência do ator coletivo.

Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado. (CASTELLS, 2013, l. 3118)

O autor ainda chama a atenção para a oportunidade de conjunção da atuação desses grupos tanto na internet quanto no espaço urbano, garantindo, na concepção de Castells, uma espécie de "espaço de autonomia".

Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo interrompido. O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2013, l. 3161)

Nesse sentido, a internet, e as redes sociais em particular, ao proporcionarem essa autonomia e grande potencial de comunicação e interação muito maior que outras mídias

tradicionais, são determinantes para o fluxo de criação, articulação e troca entre os participantes desses coletivos e divulgação.

Conectados, eles conseguem organizar as pautas dos debates, produzir conteúdos e mensagens instantâneas, divulgar informações e, principalmente, atrair novos participantes, produzindo conteúdos que muitas vezes têm origem em encontros presenciais ou que fortalecerão debates on-line.

Mas, como aponta Castells (2013), a importância da internet vai além da instrumentalidade, sendo determinantes as possibilidades de sobrevivência e de autonomia que ela que confere a esses grupos.

As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da Internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. (CASTELLS, 2013, l. 171)

Outro ponto que o autor (2013) chama a atenção e que também é crucial à sobrevivência desses movimentos contemporâneos são os processos de coordenação horizontais e a ausência de lideranças. Dinâmica que só é possível e somente faz sentido graças ao suporte que a internet dá à organização desses grupos.

A horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal. Assim, o que parece ser ineficaz como forma de deliberação e tomada de decisão é de fato o alicerce necessário para gerar confiança, sem a qual nenhuma ação comum poderia ser empreendida contra o cenário de uma cultura política caracterizada pela competição e pelo cinismo. O movimento produz seus próprios antídotos contra a disseminação dos valores sociais que deseja combater. Esse é o princípio constante que surge dos debates de todos os movimentos: não apenas os fins não justificam os meios, mas os meios, de fato, encarnam os objetivos da transformação. (CASTELLS, 2013, l. 3206)

Essas são, portanto, as contribuições acerca das TICs para o estudo e para a cartografia da atuação e da formação contemporânea dos coletivos sociais. O conceito de comunidade, explorado a seguir a partir das contribuições de Sodré (2014) e de Paiva (2017) sobre a comunidade do afeto, também traz importantes insumos para o desenvolvimento deste trabalho, tendo em vista que esses coletivos tornam-se potentes a partir da colaboração horizontal entre os participantes e a partir do afeto, da identificação e dos vínculos que eles compartilham.

### 3.3 PERSPECTIVA COMUNITÁRIA

O presente trabalho se apoia nas contribuições de Sodré (2014) acerca do comum e da comunidade para entender de que maneira a ideia de comunidade fortalece e faz-se presente nesses coletivos de jovens universitários que se dedicam à luta antirracista dentro do espaço acadêmico.

De acordo com Sodré (2014), a ideia de comunicação evoca o jogo do comum que preenche os grupos sociais, ou seja, um conjunto de comportamentos e afetos relacionados a um território (que pode ser físico ou simbólico) e que permitem e dão espaço para a “comunidade” acontecer.

Conforme o autor pontua, a “comunidade” não se organiza através da união de sujeitos estruturados e estruturantes. Ela se organiza dos espaços vazios de ligação ou relação necessários no cotidiano destes agrupamentos sociais; do “cum-munus” (“ser-em-comum”) que estabelece vínculos mais sólidos e profundos, em contradição com uma simples troca provocada a partir do individualismo do consumo capitalista decorrente das sociedades mediatizadas contemporâneas.

Dessa maneira, temos o vazio que constitui o sujeito quando este se coloca em direção ao Outro (algo a ser preenchido nesta relação). Em outras palavras, trata-se daquilo que só existe em “relação a” ou quando se “ -com”.

Trazendo a questão da vinculação a partir do afeto como “a vetorização da relação entre os indivíduos, movidos muito mais por esta determinante, que pelos tradicionais laços de parentesco, consanguíneos, territoriais e mesmo legais”, Paiva (2017) contribui para o conceito:

Uma estrutura comunitária não mais fundada no esquema proposto por Esposito, em que o dever e a tarefa para com o outro sejam o elemento de ligação. Mas sim e principalmente uma possibilidade de vinculação em que o afeto, a simpatia, a igualdade de interesses e de partilha definam os contatos. [...] é somente quando superamos a expectativa projetiva e revolucionária – no sentido mitificado da palavra, superlativo, utópico, universalista – que vem pautando nossas análises, que conseguiremos vislumbrar formas de produção do comum cuja potência transformadora não se mensura em escala universalista, mas no movimento contínuo do dia-a-dia. Assim, a comunidade do afeto faz sentido se entendida como efeito inventivo da aglutinação comunitária. Ou seja,   formação de agrupamentos ligados pelos laços de afeto e estabelecidos em bases comunicacionais alternativas segue-se a geração de novos modos de expressão e novas formas de relação com o tempo, com o território e com os mecanismos comunicacionais em si. (PAIVA, 2017, p. 164-166-167)

Sobre as bases e mecanismos comunicacionais alternativos, ela (2017) se refere à importância das TICs nesse contexto:

No esforço por definir a natureza do que nomeamos por “comunidade do afeto”, é preciso ainda reforçar que certamente a compõe de maneira decisiva o contexto atual da densificação tecnológica e do altíssimo fluxo de informação a partir de novos mecanismos de conexão. As múltiplas formas de troca de mensagens oferecem uma conformação específica para este novo formato de estar juntos — que não é certamente o mesmo do “Radeau de la Méduse”. Este contexto deve ser considerado como algo definidor e definitivo para a época atual, não apenas no que se refere às conexões entre os sujeitos, mas também a sua própria forma de colocar-se frente à coletividade. No naufrágio do velho “social”, tecnologia e consumo, por si só, não ensejam o resgate dos valores e da dimensão afetiva imprescindível à vinculação humana. Na jangada da Méduse, a comunidade deveria ser uma emergência, mas resultou em ausência. (PAIVA, 2017, p. 166)

Com base na perspectiva apresentada aqui para o termo comunidade - mesmo não propondo um conceito plenamente elaborado e fechado -, entende-se que o conceito de “coletivo” tratado por este trabalho possa ser entendido, em certo sentido, como uma comunidade.

Os coletivos de jovens universitários que se dedicam à representatividade negra dentro do espaço acadêmico caracterizam-se como espaço de afirmação da identidade dos alunos negros dentro da universidade e importante instrumento de combate ao racismo nas instituições.

Eles reúnem jovens que se identificam e que compartilham a resistência, o afeto e o fortalecimento negro dentro e fora da universidade, evocando, assim, características de ação conjunta, de rede de sociabilidade baseada na cooperação, afeto, identificação e solidariedade, homogeneização de interesses em torno de necessidades coletivas. Características pertinentes e agregadoras, no nosso entendimento, ao conceito de comunidade adotado pelos autores supracitados. Chamamos a atenção também para a importância das TICs nesse processo, que também são pertinentes à mobilização desses coletivos.

Tendo apresentado a base e motivação cartográfica que impulsiona este trabalho e o percurso metodológico que nos fundamentamos, a seguir, falaremos um pouco sobre as primeiras impressões com o campo e sobre o atual rumo que a investigação tomou.

Como falamos no tópico sobre os objetivos, situado na introdução desta pesquisa, nossa investigação gira em torno da análise da atuação do Nuvem Negra no Facebook. Mas vale dizer que, antes de seguirmos para essa direção, nosso objetivo era outro.

Apostávamos numa aproximação com o grupo aberta aos encontros com os integrantes e às entrevistas que nos fossem sendo reveladas, a fim de debruçarmos em uma análise cuja provocação pretendia compreender como o Nuvem se organiza a partir das novas formas de mobilização social e em redes, das tecnologias digitais e da colaboração, afeto e identificação

entre os integrantes para criar e fortalecer um espaço comunitário de resistência, acolhimento e promoção da diversidade, inclusão e representatividade negra dentro do espaço acadêmico (objetivo antigo).

Abaixo, relatamos como essa mudança no corpus da pesquisa ocorreu e como se deu esse processo, que foi mapeado, assimilado e impulsionado pela metodologia cartográfica.

### 3.4 DIÁRIO DE CAMPO: PRIMEIRAS IMPRESSÕES COM O CAMPO E CAMINHOS A SEGUIR

Antes mesmo dos primeiros contatos virtuais com os integrantes do Nuvem, foi preciso encontrar a mim mesma enquanto corpo e pesquisadora aberta aos caminhos e descaminhos da pesquisa. Foi preciso encontrar a razão de ser desta pesquisa em meio não só às muitas dúvidas que pairavam em mim sobre ela como também diante do caos imposto pela pandemia que ainda nos assola e nos isola em casa.

Durante a produção da parte teórica e ao longo de todo o aprofundamento bibliográfico percorrido — no encontro com a minha branquitude a partir das falas e das reflexões de autores negros — muitas vezes o rumo desta pesquisa foi colocado em xeque.

"Eu, mulher branca, tenho o direito de falar sobre isso? Como vou me aproximar do grupo que, naturalmente, não vai reconhecer em mim par e representatividade? Como vou abraçar um coletivo cujo lugar social não pertença. Mais um branco querendo ser a voz de pessoas negras?"

Centenas de perguntas vinham à mente e me mantinham numa inércia paralisante. Senti-me diante de uma encruzilhada da qual não conseguia sair e de onde não enxergava meu lugar de pesquisadora.

O pesquisador precisa identificar seu lugar dentro de uma pesquisa de campo? Ele precisa identificar os movimentos e as fronteiras que o separam do grupo que ele quer se aproximar ou essa análise e indagação não é necessária para os primeiros passos de um movimento e para o acompanhar de processos?

Essas e muitas outras indagações surgiram muito mais como desdobramentos da ampliação da consciência da minha branquitude e do maior entendimento acerca do racismo estrutural — após o longo encontro com pesquisadores negros percorrido neste trabalho — do que como um exercício ético que todo pesquisador passa antes de se aproximar do campo.

Vide o capítulo sobre meu lugar de fala, no desenrolar do processo desta pesquisa, antes de me aproximar e ir ao encontro do campo, eu estudei a mim mesma. Eu olhei para o



meu locus social, para o meu lugar de fala e, conseqüentemente, para toda a bagagem revestida de privilégios e, sim, de conceitos pré-concebidos que eu poderia direcionar à pesquisa e aos encontros com o Nuvem.

É inegável o impacto que esse giro sobre si e sobre o seu lugar de pesquisador — e obviamente sobre todo o racismo estrutural impregnado na sociedade — gera na pesquisa. E aqui não falo da pesquisa como o início da construção e da produção do material de campo. Refiro-me especificamente ao impacto que essas reflexões e a amplitude da consciência provocam na inércia dessa aproximação da fase de campo, bem como em seus desdobramentos e direcionamentos conseqüentes.

Como, depois de um estudo sobre meu lugar e as implicações dele, acerca dos meus privilégios e todo questionamento do movimento Negro.... Como, com toda essa conscientização ampliada, ainda ser capaz de pesquisar? Ainda ser capaz de me aproximar do Nuvem? Como iria abordá-los? Como iria me aproximar deles? Como explicar essa pesquisa feita por uma mulher branca?

Após todo esse processo de análise teórica, aprofundamento bibliográfico e produção dos capítulos iniciais, senti-me incapaz de falar sobre o Nuvem. Reli várias vezes o material enviado para a qualificação. O pré-projeto. O capítulo sobre o lugar de fala. Busquei minha motivação inicial. Seria capaz de escrever uma investigação de campo sobre todos os complexos processos conscientes e inconscientes enfrentados nesse parir da pesquisa, mas sobre a aproximação com o campo que havia imaginado, definitivamente, eu não saía do lugar.

Tendo a cartografia como motivação de pesquisa (muito mais que metodologia), este relato aqui, além de uma introdução do campo, é parte do processo percebido e assimilado de produção empírica e, conseqüentemente, parte do direcionamento que a concepção do trabalho irá incorporar.

Afinal, todo esse relato aqui traduzido, trata-se das primeiras impressões e inércias sentidas, percebidas, anotadas no diário de campo e compartilhadas com a orientadora em algumas das conversas sobre o acompanhamento da dissertação. E todo esse processo de anotação e percepção aberta, nos levou aos caminhos compartilhados a seguir:

Não sei se, a partir dos primeiros contatos com alguns integrantes do Nuvem — conversas essas iniciadas por e-mail, Whatsapp e por ligação sem vídeo —, eles me direcionaram indiretamente para esse rumo ou se eu mesma, diante do desconforto que me acometia, da dificuldade de avançar na investigação e da impossibilidade de estabelecer contato constante com eles, deparei-me com outra proposta investigativa não pautada nos

encontros e entrevistas com os integrantes, mas aberta ao rico material produzido e compartilhado publicamente pelo grupo.

Independente se foi um impulso direto ou indireto, este desdobramento foi de fato percebido, trazido à consciência e anotado em uma das conversas estabelecidas com a orientadora, após a comunicação da dificuldade de avançar no contato com o grupo. Fica aqui essa ressalva sobre a origem deste novo desdobramento. Nem o diário de bordo e a escrita livre foram capazes de captar. Esse desdobramento, por sua vez, tornou esta pesquisa possível. Possível também para mim, que me sentia cada vez mais incapaz de me aproximar do grupo diretamente.

### 3.5 PRODUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Mais do que definirmos o objetivo da análise da pesquisa, que antes da qualificação deste trabalho era outro, vi o acompanhar de processos e os primeiros encontros com alguns integrantes do Nuvem me levarem para essa perspectiva: a aproximação e exploração do Nuvem a partir da análise do discurso do grupo publicado nas redes sociais. Mais especificamente a partir da análise de quatro publicações específicas que geraram muito debate e interação na rede social Facebook, buscando entender como tais temáticas, abordagens, formatos usados e os respectivos comentários selecionados das publicações podem ter contribuído para aumentar o conhecimento sobre o grupo, destacar suas agendas e pautas de atuação e promovê-lo, criando interação em rede e senso de comunidade e atraindo possivelmente novos apoiadores.

Eis, então, o percurso que iremos tomar nesta análise investigativa da pesquisa. Eis então aqui a direção onde a nossa atenção foi “pousada”, para usar aqui uma pista dada pela proposta metodológica. E vale dizer que, sem a cartografia, não teríamos encontrado esse caminho que nos foi revelado após os primeiros contatos com o grupo e as tentativas de entrevistas e de diálogo constante.

De acordo com Costa (2014, p. 70):

(...) o que se percebe na cartografia é que o pesquisador cartógrafo vai constituindo seus passos estando no próprio campo (...). O pesquisador-cartógrafo não sabe, de antemão, o que irá lhe atravessar, quais serão os encontros que irá ter e no que estes mesmos encontros poderão acarretar. O cartógrafo, de certa forma, é um amante dos acasos, ele está disponível aos acasos que o seu campo lhe oferece, aos encontros imprevisíveis que se farão no decorrer do caminho. (COSTA, 2014, p. 70)

Essas primeiras aproximações com o campo nos levaram para esse percurso. E a consequência desses primeiros contatos é essa nova direção para a pesquisa, sabendo que: 1) há uma limitação de todo estudo teórico diante de um campo que se quer aproximar e, sobretudo, diante de um contexto social de pandemia que impõe inúmeras restrições de aproximação; 2), sabendo da nossa própria limitação enquanto pesquisadora branca e, por último, 3) assimilando o direcionamento que as primeiras impressões com o campo nos indicou.

(...) praticar a cartografia envolve uma habilidade para lidar com metas em variação contínua. Em realidade, entra-se em campo sem conhecer o alvo a ser perseguido; ele surgirá de modo mais ou menos imprevisível, sem que saibamos bem de onde. Para o cartógrafo, o importante é a localização de pistas, de signos de processualidade. Rastrear é também acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo. O rastreio não se identifica a uma busca de informação. A atenção do cartógrafo é, em princípio, aberta e sem foco, e a concentração se explica por uma sintonia fina com o problema. (KASTRUP, op.cit, p. 40)

E essa foi, na nossa compreensão, a assimilação que percebemos nesses primeiros caminhos trilhados. E como toda pesquisa que se desenrola a partir de uma metodologia e motivação cartográfica, tem lugar especial aqui as impressões sensitivas a respeito do cenário que nos aproximamos e seus respectivos desdobramentos e mudança de direções. A cartografia nos ensinou que todo processo de produção de sentido e desenrolar científico são processos vivos e em constante adaptação. E com esse trabalho, não foi diferente.

Nosso compromisso é com os eixos explorados a partir da análise do discurso mediado por computador (CMDA); com a metodologia cartográfica que nos direcionou a esse caminho; e com a absorção e aprendizado dos contatos e acompanhamentos que foram possíveis, explorando as forças coletivas do grupo que se apresentaram a nós e que, com isso, seremos capazes de nos aproximar e mapear.

Nas próximas páginas, falaremos com mais detalhes sobre a seleção das quatro postagens a serem analisadas e sobre a ferramenta de análise escolhida para aproximação. Por agora, como apresentação do corpus da pesquisa, cabe-nos dizer que as publicações da página do Facebook no Nuvem serão escolhidas com base no volume de interação que atraíram e analisadas sob o eixo exploratório da Análise do Discurso Mediado por Computador (CMDA).

### 3.6 ANÁLISE DO DISCURSO MEDIADO POR COMPUTADOR COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE (CMDA)

Como abordamos no tópico anterior, após o direcionamento tomado nesta pesquisa com o apoio da metodologia cartográfica, escolhemos a Análise do Discurso Mediado por Computador (CMDA) como ferramenta de investigação das publicações que se apresentaram a nós por conta do engajamento. Abaixo, apresentaremos o método de análise proposto por Herring (2004).

A Análise de Discurso Mediado por Computador investiga comportamento interativo online, aplicando métodos adaptados das disciplinas focadas na linguagem como a linguística, comunicação e retórica à análise da comunicação mediada por computador (HERRING, 2001).

A investigação visa a compreender os processos de construção da comunicação no ambiente virtual através da linguagem, analisando sua estrutura, significado entre outros aspectos, bem como busca identificar possíveis novos padrões que se formam e se estabelecem a partir deste meio.

CMDA is best considered an approach, rather than a "theory" or a single "method". (...) the CMDA approach allows diverse theories about discourse and computer-mediated communication to be entertained and tested. Moreover, although its overall methodological orientation can be characterized (see below), it is not a single method but rather a set of methods from which the researcher selects those best suited to her data and research questions. In short, CMDA as an approach to researching online behavior provides a methodological toolkit and a set of theoretical lenses through which to make observations and interpret the results of empirical analysis. The theoretical assumptions underlying CMDA are those of linguistic discourse analysis, broadly construed. First, it is assumed that discourse exhibits recurrent patterns. Patterns in discourse may be produced consciously or unconsciously (Goffman, 1959); in the latter case, a speaker is not necessarily aware of what she is doing, and thus direct observation may produce more reliable generalizations than a self-report of her behavior. A basic goal of discourse analysis is to identify patterns in discourse that are demonstrably present, but that may not be immediately obvious to the casual observer or to the discourse participants themselves. Second, it is assumed that discourse involves speaker choices. These choices are not conditioned by purely linguistic considerations, but rather reflect cognitive (Chafe, 1994) and social (Sacks, 1984) factors. (...) To these two assumptions about discourse, CMDA adds a third assumption about online communication: computer-mediated discourse may be, but is not inevitably, shaped by the technological features of computer-mediated communication systems. (HERRING, 2004, p.4)<sup>22</sup>

<sup>22</sup> A CMDA é considerada mais uma abordagem do que uma "teoria" ou um "método" único. (...) a abordagem CMDA permite que diversas teorias sobre o discurso e a comunicação mediada por computador sejam testadas. Além disso, embora sua orientação metodológica geral possa ser caracterizada (veja abaixo), não é um método único, mas sim um conjunto de métodos a partir dos quais o pesquisador seleciona aqueles mais adequados para seus dados e questões de pesquisa. Resumindo, CMDA como uma abordagem para pesquisar comportamento online fornece um kit de ferramentas metodológicas e um conjunto de lentes teóricas através das quais é possível fazer observações e interpretar os resultados de análise empírica. Os pressupostos teóricos subjacentes à CMDA

Para a autora, a facilidade de observação e coleta de dados no ambiente digital, que é favorecida pelos rastros textuais deixados nos espaços online (HERRING, 2004), corroboram para um ambiente de estudos extremamente rico para o desenvolvimento das ciências sociais.

É possível fazer a análise discursiva a partir do método proposto em sites, fóruns, e-mails entre outros espaços virtuais. No entanto, o estudo focado nas redes, devido ao caráter público e mais propício à interação, torna ainda mais favorável a análise de padrões por meio de observação das articulações entre usuários. Neste trabalho, como vimos, concentramos nossas análises especificamente na rede social Facebook.

A respeito das redes sociais, aqui cabe-nos destacar a importância do estudo acerca delas. Nossa compreensão se assemelha a proposta por RECUERO (2008):

O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que imputam essas estruturas. (RECUERO, 2008, p. 24)

Sobre a conversação e interação que acontecem online, RECUERO acrescenta:

Dizemos que a conversação mediada pelo computador é, assim, uma apropriação, ou seja, uma adaptação de meios que originalmente são textuais e não propícios às interações orais para um fim, que é aquele da conversação. Embora essas apropriações sejam mais visíveis nos meios que proporcionam a sincronia (ou seja, aqueles onde a interação acontece quando os envolvidos estão conectados ao mesmo tempo, como os chats, vide Ko, 1996; Araújo, 2004), também naqueles onde as interações assíncronas acontecem (ou seja, aquelas onde as interações acontecem espalhadas no tempo, quando os envolvidos não estão conectados ao mesmo tempo, como blogs, e-mails e etc.) há conversações (Scoble e Is-rael, 2006; Primo e Smaniott o, 2006). (RECUERO, 2014, p. 115)

Já acerca das interações que se dão especificamente nas redes, ela pondera:

---

são os da análise do discurso linguístico, amplamente interpretada. Primeiro, presume-se que o discurso exibe padrões recorrentes. Os padrões do discurso podem ser produzidos consciente ou inconscientemente (Goffman, 1959); no último caso, um falante não está necessariamente ciente do que está fazendo e, portanto, uma observação direta pode produzir generalizações mais confiáveis do que um auto relato de seu comportamento. Um objetivo básico da análise do discurso é identificar padrões no discurso que são comprovadamente presentes, mas isso pode não ser imediatamente óbvio para o observador casual ou para os próprios participantes do discurso. Em segundo lugar, presume-se que o discurso envolve escolhas do falante. Essas escolhas não são condicionadas por considerações puramente linguísticas, mas refletem fatores cognitivos (Chafe, 1994) e sociais (Sacks, 1984). (...) A essas duas suposições sobre o discurso, a CMDA adiciona uma terceira suposição sobre a comunicação online: o discurso mediado por computador pode ser, mas não é inevitavelmente, moldado pelas características tecnológicas dos sistemas de comunicação mediados por computador. (Tradução nossa)

Nesses sites, as conversações, como apropriações, precisam nascer das ferramentas para a interação que estão disponíveis. Com isso, novos usos e novos sentidos são construídos nas ferramentas, de modo a permitir que os elementos da conversação, como a interação entre dois ou mais sujeitos, sua organização (a criação e o espalhamento das convenções) e mesmo os contextos sejam divididos pelos participantes. Além disso, as conversações, no espaço dos sites de rede social, também adquirem os contornos associados aos públicos em rede. Boyd (2007, p. 126) explica que há quatro características desses públicos em rede, a saber, a persistência, a replicabilidade, a buscabilidade e as audiências invisíveis. Essas características dariam uma nova dimensão para a audiência das ferramentas mediadas. As interações, nesses sites, assim, são persistentes, ou seja, são registradas pelas ferramentas e ali permanecem, a menos que exista uma ação no sentido de excluí-las (e, mesmo assim, muitas vezes, essas interações permanecem). Do mesmo modo, porque permanecem, essas interações são replicáveis por outros atores e buscáveis dentro das ferramentas digitais. (RECUERO, 2014, p. 116)

O método proposto por Herring prevê a análise do discurso a partir de 4 eixos centrais. São eles: Estrutura, Significado, Interação e Comportamento Social.

A estrutura daria conta da formação das palavras, expressões e frases, enquanto que o significado diz respeito à intencionalidade e analisa o sentido das palavras, a intenção do discurso e, pode ser analisado, com base na análise semântica e pragmática. A análise de interações dá conta dos turnos de fala, padrões estabelecidos e as dinâmicas de conversação dos grupos. Por último, o comportamento social observa as dinâmicas sociais, conflitos, poder, influência e estilo do discurso.

Dada à dinâmica e às rápidas mudanças no ciberespaço, em 2012, Herring adicionou um quinto eixo exploratório ao quadro. Trata-se do eixo multimodal. Sintetizamos a proposta metodológica no quadro abaixo.

Quadro 1: Análise do Discurso Mediado por Computador (CMDA)

Nível	Questões	Fenômeno	Métodos
Estrutura	Oralidade; formalidade; eficiência; expressividade; complexidade; características de gênero; etc.	Tipográfico; ortográfico; morfológico, sintaxe; esquema discursivo; convenções de formatação; etc.	Linguística estrutural e descritiva; análise textual; corpus linguístico; estilística.

Significado	Qual a intenção; O que é comunicado; O que é realizado.	Significado das palavras; atos de fala; trocas; etc	Semântica e pragmática.
Interação	Interatividade; tempo; coerência; reparo; interação como construção; etc.	Turnos; sequências; trocas; tópicos; etc.	Análise de conversação e etnometodologia.
Comportamento social	Dinâmicas sociais; poder; influência; identidade; comunidade; diferenças culturais;	Expressões de status; conflitos; negociações; jogos; estilos discursivos; etc.	Sociolinguística interacional; análise crítica do discurso e etnografia da comunicação.

Fonte: traduzido de Herring (2012)

Em relação à dissertação, optamos por um uso da CMDA mais amplo, levando em consideração também outros aspectos comuns à rede que vamos analisar e à interação que se desenrola nesse espaço. Por isso, neste trabalho também trazemos considerações acerca dos formatos das publicações; das imagens trabalhadas; e de outras especificidades tais como o uso de hashtags, a funcionalidade do tagueamento, por exemplo. E a ferramenta CMDA nos permite esse alargamento de análise - nos permite analisar as affordances que os canais incorporam.

Uma vez compartilhadas essas impressões e novos direcionamentos e desdobramentos da pesquisa motivados pela metodologia cartográfica, bem como tendo apresentado a ferramenta CMDA como proposta de análise, dedicaremos-nos a seguir à apresentação de algumas pistas sobre o grupo; à exposição do canal escolhido e dos conteúdos selecionados e à análise do discurso mediado pelo Facebook das quatro publicações mencionadas e seus respectivos comentários selecionados. A autoria dos comentários apresentados será preservada, cabendo a nós apenas citar as iniciais dos nomes dos usuários. Nesta pesquisa, nossa base exploratória se baseia, principalmente, nos eixos estrutura, significado e interação da CMDA.

## 4. ESTUDO DE CASO

### 4.1 CNN: PISTAS SOBRE A FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIA DO GRUPO

Como foi mencionado no diário de campo, para este trabalho, não foi possível encontrar integrantes do Nuvem e praticar uma escuta ativa e aberta sobre os coletivos de forças que o cercam nem saber - a partir das falas deles - sobre a memória e atuação do grupo. Tampouco foi possível entrevistá-los. Nesse sentido, o que trazemos a seguir são pistas sobre a formação e atuação do grupo baseadas nas informações públicas que fomos mapeando na internet.

Dessa forma, escolhemos não nos aprofundar muito na apresentação do coletivo, sabendo dos riscos que corremos nesse caminho que nos foi possível. Para apresentar essa seção, vale dizer também que recorreremos a algumas entrevistas feitas por nós durante a produção de uma matéria para o site da ONU Brasil, bem como recorreremos à dissertação de mestrado de Esteban Cipriano, integrante do grupo e com quem pudemos conversar uma vez por telefone. Nessa conversa inicial, ele mesmo nos cedeu o trabalho defendido para apoio da nossa investigação.

Outro ponto que precisamos situar é que, como não falamos com os integrantes, não podemos confirmar se algumas informações correspondem à realidade atual do coletivo que, pelo que conseguimos mapear, desde sua formação e ao longo de seus seis anos, já passou por algumas gerações. Abaixo, seguimos com a apresentação.

No editorial da primeira edição do Jornal Nuvem Negra, o grupo se coloca como “uma potência autônoma de alunos e ex-alunos negros da PUC-Rio que reconhecem em si a necessidade de articulação comum, que compartilham a resistência, o afeto e o fortalecimento negro dentro e fora da universidade”.

(...) O Coletivo é um espaço de troca, afirmação da identidade negra, acolhimento e luta antirracista. Realizamos seminários, debates e encontros que possibilitem enegrecer o pensamento e as nossas reflexões. O CNN é aberto à participação de todas e todos negras e negros. (Jornal Nuvem Negra, 1. ed., 2016, p. 1).

De acordo com informações encontradas na página do Facebook do grupo, o Nuvem trabalha em algumas frentes. Por meio da disseminação do conhecimento e da escrita da negritude, de maneira a dar visibilidade ao pensamento e à pesquisa de intelectuais negros e negras a partir de discussões, intervenções, ações culturais e debates públicos dentro e fora da universidade. Atua como um espaço de acolhimento e fortalecimento dos alunos negros dentro da



universidade; bem como se posiciona como um importante instrumento de combate ao racismo na instituição.

“Queremos mexer no currículo, no plano pedagógico, acrescentando disciplinas que tratam das relações étnico-raciais, que apresentem uma epistemologia negra, um conhecimento negro”, explica a integrante Ana Carolina Mattoso, doutoranda em Direito, em entrevista ao jornal El País.

A ideia de criar o Nuvem Negra saiu do papel em março de 2015, depois do evento “Lélia Gonzalez: O feminismo negro no palco da História”, que ocorreu na PUC-Rio. Logo após o encontro, alguns alunos da graduação de Ciências Sociais sentiram-se bastante incomodados pelas grades dos cursos não considerarem essa intelectual, que havia trabalhado na PUC-Rio. No mesmo dia, esses alunos criaram um grupo no WhatsApp para debater o tema, tendo a primeira reunião presencial acontecido no dia 1o de abril de 2015, no Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CASOC).

Em sua dissertação, Esteban Cipriano (2020) traz mais detalhes sobre o que teria sido o marco que impulsionou a formação do grupo:

E é após o evento em homenagem a Lélia Gonzalez, ocorrido na PUC-Rio no dia 19 de março de 2015, denominado “O pensamento teórico de Lélia Gonzalez – revelando a História do Brasil em Pretuguês”, que a mobilização pela construção do Coletivo se iniciou. O evento foi composto pela exibição do documentário sobre a vida e a obra de Lélia Gonzalez, por discursos institucionais do Decanato de Ciências Sociais da PUC-Rio, pela Direção do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, pelo Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente - NIREMA, e por uma mesa de debates composta pelas intelectuais negras, Giovanna Xavier, Helena Theodoro e Claudia Pons. A atividade integrava o evento de divulgação local do Projeto Memória “Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história. (LÓPEZ, 2020, p. 81)

E continua:

Neste dia, influenciados pela efervescência do evento e pela potência do pensamento de Lélia Gonzalez, é que se estabelece o ponto de partida. (...) E foi após o evento que, os/as estudantes negros/as se reuniram de maneira informal e foi criado segundo Obalera, “a partir de uma inspiração ancestral da Lélia” um grupo de Whatsapp intitulado “Coletivo de Negrxs da PUC-Rio”. Estiveram à frente neste primeiro momento Lucas Obalera, Juliana Santos e Luana Fonseca, integrantes dos cursos de Ciências Sociais e Letras, muito inspirados/as e inquietos/as ao conhecer a grandiosidade de Lélia Gonzalez. (LÓPEZ, 2020, p. 81,82)

Lélia Gonzalez trabalhou por anos como professora e diretora na PUC-Rio, e ajudou a reformular o departamento de Ciências Sociais da instituição. O fato de muitos alunos da universidade não conhecerem a pesquisadora causou grande incômodo nos primeiros integrantes, impulsionando conversas para a formação do coletivo.

Além do estímulo e das reflexões provocadas pelo evento e seus desdobramentos, Esteban também traz à tona o contexto de formação do Nuvem, chamando a atenção, entre outras articulações, para o momento especial de efervescência social provocado pelas consequências das manifestações de junho de 2013 e toda tensão política no caso do Dilma.

O Coletivo Nuvem Negra – CNN, foi precedido por grandes tensões e manifestações no Rio de Janeiro e no cenário político nacional: Manifestações contra aumento das tarifas de ônibus “catracaço”, no Rio de Janeiro (2014); manifestações e greve dos professores (2014); relatório final da Comissão da Verdade sobre a violação de direitos humanos, cometidas pelo Estado Brasileiro durante a ditadura militar (2014); disputa eleitoral à presidência da república e acolhimento de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2014). (LÓPEZ, 2020, p. 79)

E acrescenta sobre a formação:

A fundação do CNN no ano de 2015, ocorre num momento em que havia um cenário político e social bastante tenso, com manifestações em diversos estados brasileiros e um renascimento do movimento estudantil, iniciado pelos secundaristas. Além disso, ao longo dos anos 2000, dentro e fora das universidades brasileiras são visionados e construídos espaços de lutas, discussões e mobilizações. São exemplos: Marcha do Empoderamento Crespo; Marcha contra o Genocídio da Juventude Negra; Marcha contra a Intolerância Religiosa, Campanha pela Liberdade de Rafael Braga; Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo e pelo Bem-viver; Blogueiras Negras; Portal Geledes; Centenário Maria Carolina de Jesus; Sarau Divergentes; Sarau Preto; I Encontro Nacional de Psicólogos e Psicólogas Negras do Brasil; Geração Tombamento. (LÓPEZ, 2020, p. 79)

O nome Nuvem Negra, por sua vez, também foi escolhido nesse primeiro momento da fundação, que contou com a participação de estudantes negros de diferentes cursos da PUC-Rio. O termo hoje carrega vários significados, mas foi proposto a partir de uma conversa informal entre alguns integrantes que associavam o nome à ideia de uma nuvem negra num céu de alunos brancos da PUC.

Esteban (2020) nos conta, em sua pesquisa de mestrado, que após a escolha pelo nome, os sentidos místicos que a nomenclatura foi incorporando são advindas das experiências de vida e de fé dos integrantes, desde inspirações em religiões de matriz africana, passando pelo cristianismo e outras crenças até associações com uma perspectiva tecnológica.

(...) o nome do Coletivo Nuvem Negra partiu de uma brincadeira, de uma piada entre seus integrantes sobre a desigualdade na composição racial da universidade. (...) A partir de uma brincadeira entre amigos o nome é revelado na primeira reunião, e os significados foram sendo construídos em seguida. (...) A multiplicidade das experiências de seus integrantes, possibilitou a coexistência plural de significados para o nome do recém fundado Coletivo. (LÓPEZ, 2020, p. 86)

Em 2016, um ano após sua fundação, o coletivo lançou o jornal Nuvem Negra. Além de pautar e documentar as ações do grupo, o canal é mais um espaço que visa a divulgar a produção intelectual, reflexões, epistemologia e saberes negros. O jornal teve três edições, sendo a mais recente de junho de 2017.

Hoje, ainda com muitos integrantes de diversos cursos da PUC-Rio, o grupo é um espaço de resistência e luta antirracista dentro e fora da universidade, assim como um ambiente de troca, reflexão e debate sobre a identidade afro-brasileira.

Para o ex-estudante de administração Wellington Mendes, esse espaço de acolhimento e união foi fundamental para a afirmação de sua identidade na universidade, assim como para a sua permanência na instituição e conclusão do curso.

Eu cheguei na PUC no final de 2010 sem muita estrutura. O primeiro impacto que tive foi perceber que só havia eu e uma menina negra dentro de uma sala com 40 alunos. Até o surgimento do Nuvem, fiquei sem saber o que era ser negro. Eu me descobri negro dentro da universidade, conta Wellington, que durante toda a sua graduação nunca teve um professor negro<sup>23</sup>.

Natany Luiz<sup>24</sup>, também participante do movimento, em entrevista dada ao portal ONU Brasil, diz acreditar que o Nuvem Negra é uma forma de construir uma universidade, e uma sociedade de maneira geral, um pouco mais plural e igualitária e mais representativa da população negra.

Para dar conta de todas as atividades, desde os encontros, organização de lives à produção de conteúdos nas redes e organização de atos e manifestações, há colaboração entre os participantes do coletivo. Todas as ações e tarefas são feitas de forma voluntária e não remunerada. Os processos de produção e construção acontecem em ações específicas, com grupos de trabalho responsáveis por determinadas atividades.

As redes sociais, e a internet de maneira geral, nos parecem igualmente determinantes nesse fluxo de criação e troca entre os alunos, especialmente em tempos de crise. Segundo as pistas que mapeamos na internet, as redes parecem ajudar a pautar as questões centrais e temas discutidos pelo grupo, bem como apoiam no trabalho de divulgação do Nuvem Negra.

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://unicrio.org.br/coletivos-sao-novo-modelo-de-mobilizacao-entre-os-jovens/>>. Acesso em: 10 jun 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://unicrio.org.br/coletivos-sao-novo-modelo-de-mobilizacao-entre-os-jovens/>>. Acesso em: 10 jun 2020.

A página do Facebook, por exemplo, tem cerca de dez mil fãs, e o Instagram conta com mais de quatro mil seguidores. Para o estudante de jornalismo Leone Gabriel, também integrante do Nuvem, elas “são mais uma ferramenta de luta, fortalecimento e difusão das questões raciais e do conhecimento negro”.

Além do Facebook e do Instagram, o coletivo também tem um canal no Youtube.

Antes da pandemia da Covid-19, o grupo se reunia quase que semanalmente para trocar experiências, promover discussões, intervenções, ações culturais, palestras, Workshops, minicursos, cine-debates e conversas abertas ao público dentro e fora da universidade. Agora, os encontros acontecem remotamente através de aplicativos de reunião online. No Facebook do grupo, entre o início de 2020 e maio de 2021, encontramos duas publicações com convites para encontros de acolhimento do grupo.

#### 4.2 PISTAS SOBRE O FACEBOOK DO NUVEM NEGRA

Antes de exibirmos os conteúdos que iremos nos aproximar e adentrar na análise do material, levantaremos a seguir algumas pistas relevantes sobre a fanpage do Nuvem Negra no Facebook, canal escolhido para a análise de conteúdos selecionados.

O Facebook foi fundado em 2004 por Mark Zuckerberg e por seus colegas Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, alunos da universidade de Harvard. Inicialmente limitado ao acesso dos universitários daquela faculdade, em 2006 ganhou alcance público, possibilitando criações de perfis por pessoas em diversos países e, mais tarde, abrindo espaço para empresas, organizações, artistas criarem perfis próprios - as chamadas fanpages.

Hoje, a rede social figura como a mais utilizada no mundo (2,85 bilhões de contas ativas) e a mais usada no Brasil, com 130 milhões de usuários. Os dados atuais são do relatório de julho de 2021 produzido em parceria pela We Are Social e Hootsuite<sup>25</sup>.

A página no Facebook do Nuvem Negra<sup>26</sup>, atualmente (registro feito em maio de 2021), conta com 10.027 fãs e 10.344 seguidores. Na rede, o grupo se apresenta da seguinte forma:

Em "quem somos", campo disponibilizado pelo Facebook para descrição da página, há o seguinte trecho:

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em 20 maio 2021.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra>. Acesso em 20 maio 2021.

Somos uma potência autônoma de alunos e ex-alunos negros da PUC-Rio que reconhecem em si a necessidade de articulação. Compartilhamos a resistência, o afeto e o fortalecimento negro dentro e fora da universidade.

Já em “sobre”, há um aprofundamento na apresentação do grupo.

O Coletivo Nuvem Negra é uma potência autônoma de estudantes negras e negros da PUC-Rio que reconhecem em si a necessidade de uma articulação comum, que compartilha a resistência, o afeto e o fortalecimento negro dentro e fora da universidade. Buscamos com esse coletivo amplificar temas e discussões pertinentes ao povo negro, como os silenciamentos das potencialidades - que ainda hoje reverberam de maneira opressora e despótica -, principalmente se levarmos em consideração a subtração dos direitos, o genocídio da juventude negra, a baixa escolaridade e a redução da maioria penal. Mobilizaremos discussões, intervenções, ações culturais e debates públicos dentro e fora da universidade - impulsionando o pensamento e a pesquisa de intelectuais negros. Literatura essa negada e subtraída por uma estrutura societária hierárquica, desigual e discriminatória. A formação do Coletivo nasceu pela necessidade de representatividade dentro do espaço acadêmico. Infelizmente ainda somos poucos dentro das instituições de ensino superior do Brasil e esse cenário não é um fato casual. Por reconhecermos essa triste realidade, construímos através de diálogos horizontais, o Coletivo Nuvem Negra. Uma das principais causas do Coletivo é a construção de um espaço de fortalecimento dos estudantes negros da PUC-Rio e a disseminação da escrita de intelectuais negros - que sempre representaram uma importante ferramenta de luta e resistência, mas que cotidianamente nos é negada dentro do espaço acadêmico. O Coletivo Nuvem Negra é composto por alunos/as dos Cursos e Centros Acadêmicos de Ciências Sociais, História, Serviço Social, Geografia, Relações Internacionais, Comunicação Social, Direito, Teologia, Arte e Design, Administração, Engenharia. Ele tem por objetivo posicionar-se politicamente dentro da PUC-Rio, pautando e disputando as demandas específicas da comunidade negra.

Entre outras informações, é possível encontrar na fanpage do grupo um e-mail para contato, link da edição de junho de 2017 do Jornal Nuvem Negra – provavelmente a última edição lançada –, bem como é possível enviar mensagem para o Nuvem através do mensageiro instantâneo Messenger.

Impressão anotada: parece-nos que se trata atualmente do canal principal do coletivo, onde é possível encontrar dados para eventuais contatos. Não conseguimos acessar o site do grupo. No Instagram, também há informações de e-mail e a possibilidade de entrar em contato por mensagem.

De acordo com a própria informação disponibilizada no Facebook, identificamos que o perfil foi criado no dia 26 de abril de 2015, e é atualmente gerenciado de maneira colaborativa por 11 integrantes do coletivo, sendo dez residentes do Brasil e um nos Estados Unidos. O grupo também se identifica na rede como uma causa social – umas das categorias que o Facebook disponibiliza para classificação das fanpages.

A data de criação da página no Facebook coincide com a fundação do grupo, e nos parece, embora não possamos confirmar, que a rede foi a primeira manifestação digital organizada pelo Nuvem, sem levar em consideração a criação de e-mails personalizados. Diferente do Facebook, não conseguimos saber a data de criação do perfil no Instagram, pois a rede não nos aponta esse dado. No entanto, identificamos que o primeiro post do Instagram data de 7 de novembro de 2016, sendo um post-cartaz sobre o primeiro evento realizado pelo grupo em 2015.

Voltando ao Facebook, analisando qualitativamente o perfil, identificamos alguns dados interessantes sobre a fanpage. Abaixo, nos dedicaremos a mapeá-los:

Desde a criação do perfil, entre 2015 e 2019, a página publicou 56 vídeos - entre conteúdos com menos de 500 visualizações e vídeos com mais de 21 mil views. O tema dos vídeos é variado, e vão desde lives, conteúdos audiovisuais sobre fóruns e seminários, passando por cursos e aulas gravadas até materiais promovendo atividades do grupo e entrevistas cedidas por integrantes e/ou realizadas por integrantes com personalidades e pesquisadores negros.

O vídeo mais recente foi publicado no dia 31 de julho de 2019, e trata-se de um convite feito pelo casal de atores Licínio Januário e Sol Menezes para o Fórum Sim à Igualdade Racial 2019, que aconteceu, naquele ano, no Memorial da América Latina em São Paulo.

A respeito de eventos, identificamos na página, entre 2015 e 2021, 36 eventos promovidos pelo grupo, sendo o mais recente o Mês da Capacitação (realizado entre 17 e 27 de maio de 2021), cuja pretensão é proporcionar aos estudantes da comunidade negra o aprendizado sobre temáticas do mercado de trabalho. O primeiro evento foi publicado no dia 13 de maio de 2015 - bem próximo à criação da página -, sendo sobre a palestra “Descomemoração: 13 de Maio não é dia de negro”.

Em relação às publicações realizadas pelo perfil, desde a criação da fanpage até hoje, identificamos, de maneira geral, 530 publicações. A primeira postagem, um artigo do então coordenador da Rede Afro-brasileira e Gestor do Grupo de Trabalho de intolerância religiosa no Ministério da Justiça Akinyalé Elias Pontes sobre intolerância religiosa, data de 26 de abril de 2015. A postagem recebeu dez curtidas e um compartilhamento.

Atualmente, olhando para o recorte do início de 2020 até maio de 2021, a página publicou 21 conteúdos, sendo 13 postagens em 2020 e oito em 2021 até o momento.

Antes desse período, observamos uma maior incidência de publicações na rede, principalmente, nos anos de 2015, 2016 e 2017 que contaram, respectivamente, com 79, 146 e 100 posts publicados ao longo de cada ano.

Entre 2018 e 2019, houve, respectivamente, 108 e 76 publicações no canal nos anos citados.

Análise e impressão anotada: é possível presumir que, nos primeiros anos de fundação, o grupo que participou da fase inicial foi mais ativo no Facebook. Já em relação ao período que esbarra com o cenário de pandemia no Brasil, houve menor compartilhamento de conteúdo na rede.

Sobre temáticas, é difícil situar uma agenda de temas e conteúdos priorizados para compartilhamento no perfil, dado que as publicações partem de formatos e conteúdos muito variados. Mas observamos, com frequência, conteúdos sobre eventos, seminários, fóruns e debates, sobre vagas, dicas de filmes e documentários, compartilhamento de artigos e textos entre outros, distribuídos entre formatos distintos, tais como imagens, vídeos, lives, links carregados, eventos nativos do Facebook. Há inclusive uma frequência de postagens introduzidas com o termo "indicação do Nuvem", cuja intenção é compartilhar com a rede dicas de conteúdo, eventos e outros artigos culturais e conteúdos relevantes para a comunidade.

A respeito da linguagem, também encontramos alguns aspectos interessantes: deparamo-nos com alguns conteúdos muito informativos, outros conteúdos muito provocativos, que incentivavam a interação; postagens grandes com mais de 4 parágrafos e outros menores com pequenas chamadas ou apenas links compartilhados;

Também observamos algumas palavras muito repetidas entre as publicações como: racismo, quilombismo; luta; vivências compartilhadas, antirracismo, resistência...

Acerca das interações, há publicações com baixas interações e outras com muito envolvimento. No período que se desenrola entre 2020 e 2021 - período que esbarra com a pandemia -, assim como houve um menor número de publicações na página do grupo, há uma queda de envolvimento nas publicações do perfil, entre curtidas, comentários, reações e compartilhamentos.

Vale observar ainda que, durante a pandemia, dos 21 conteúdos compartilhados, não identificamos nenhuma publicação diretamente sobre a pandemia da Covid-19 ou relacionada à crise sanitária.

Uma vez apresentados os dados acima, é possível assumir, comparativamente com os demais canais do grupo em outras redes sociais, que a página do Nuvem no Facebook não só

é a rede mais antiga, como também foi por muito tempo e continua sendo o canal mais ativo do grupo. Também é o canal com a maior base de seguidores.

O Instagram, como falamos acima, conta com 4.181 seguidores e, até o momento dessa análise, pouco mais de 250 publicações. No Youtube, há seis vídeos publicados e 55 inscritos, e o primeiro vídeo foi publicado em 2016. Não encontramos um perfil no Twitter do grupo.

Por esses dados expostos acima, selecionamos os conteúdos publicados especificamente no Facebook para essa análise, entendendo que essa é a rede do grupo que mais tem potencial para engajar usuários através de comentários e compartilhamentos, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre o grupo, defender suas pautas e promovê-lo em rede, criando senso de comunidade e atraindo, possivelmente, novos conhecedores e apoiadores.

#### 4.3 CONTEÚDOS SELECIONADOS

Nosso critério de seleção de conteúdos, após toda imersão nas redes do grupo e depois do encontro com vários posts e seus respectivos comentários, se deu a partir do ranking de conteúdos que mais geraram interação na rede.

Esse "pouso" foi necessário para identificarmos as narrativas que mais destacaram e atraíram mais envolvimento do que outras, de modo a aumentar o conhecimento do grupo e, conseqüentemente, atrair possivelmente novos integrantes e / ou pelo menos novos seguidores na página.

Toda essa análise, conforme apontamos na metodologia, é apoiada nas contribuições dos eixos da CMDA, que nos direcionam à análise dos conteúdos selecionados a partir do coletivo de forças teóricas que nos permitem compreender.

A seguir, apresentamos os quatro posts selecionados para a aproximação. Conforme falamos acima, os conteúdos foram escolhidos por nós por se posicionarem como os quatro conteúdos que mais geraram engajamento no perfil do Nuvem Negra na rede Facebook.

A ordem decrescente dos posts apresentados abaixo é com referência na interação, especificamente com relação ao volume de compartilhamentos. Sendo, portanto, do post com mais interação de compartilhamento até a publicação com menos.

É importante destacar que nosso principal critério de interação usado para seleção foi o compartilhamento. Dessa forma, consideramos os posts que geraram mais compartilhamento na página para apontarmos o ranking das publicações analisadas.



Para nós, o compartilhamento na rede, especificamente no Facebook, funcionalidade disponibilizada pelo próprio canal, incide significativamente na capacidade da página de alcançar novos usuários e de perfurar bolhas, legitimando o discurso da página e potencializando a propagação e divulgação de suas mensagens.

Nas palavras de Recuero (2014) sobre essa função do Facebook, temos:

(...) compartilhar algo que seja valorizado pela rede é um valor positivo. Compartilhar uma informação também é tomar parte na difusão da conversação, na medida em que permite que os usuários construam algo que pode ser passível de discussão, uma vez que é de seu interesse, para sua rede social. O compartilhamento também pode legitimar e reforçar a face, na medida em que contribui para a reputação do compartilhado e valoriza a informação que foi originalmente publicada. Embora tenhamos observado em alguns casos, o compartilhamento para crítica, de um modo geral, o compartilhamento parece ser positivo, no sentido de apoiar uma determinada ideia, um manifesto ou uma mensagem. Assim, portanto, é também uma forma de legitimar a face e construir capital social através da cessão da informação para a rede. (RECUERO, 2014, p.120)

Figura 1: Post 1

**Coletivo Nuvem Negra**  
6 de junho de 2018 · 🌐

Estudantes de Direito da PUC-Rio arrancaram os cartazes de protesto contra o racismo dentro da Universidade colados na Casa do [Cael Eduardo Lustosa](#), Centro Acadêmico de Direito. A ação ocorreu ontem à noite, dia 05/06, às 21:15, durante uma reunião do Coletivo Nuvem Negra com representantes da campanha Jogos Sem Racismo, o Movimento Negro Unificado, os coletivos Enegrecer, Patrice Lumumba, Anastácia, Quilombo, CENUFF, Caó - representantes da UFF, UERJ, UFRJ e Cefet.

Os cart... [Ver mais](#)



The image is a composite of two photographs. The top photograph shows a group of approximately ten young people, mostly Black, standing in front of a building. They are holding up black signs with white text. The signs read: 'O SEU RACISMO NÃO VAI PASSAR EM BRANCO', 'EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PARA', and 'JOGOS SEM RACISMO'. The bottom photograph shows a blue plastic trash bin filled with crumpled black and white paper. A large sign is being thrown into the bin, with the text 'RACISMO NÃO VAI PASSAR EM BRANCO' visible on it. The background of the trash bin photo is a stone wall.

👍👎👤 2,7 mil      545 comentários 1,6 mil compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/posts/2071121913147952>

Figura 2: Post 2

**Coletivo Nuvem Negra**  
27 de fevereiro de 2019 · 🌐

A ciência é negra! A astrofísica capixaba Marcelle Soares-Santos venceu um dos mais importantes prêmios para jovens cientistas. Marcelle se formou em física na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e fez mestrado e doutorado em astronomia na Universidade de São Paulo (USP).



SONOTICIABOA.COM.BR

**Brasileira vence um dos maiores prêmios da ciência mundial - Só Notícia Boa**  
Ela é brasileira e agora uma das melhores cientistas do mundo, aos 37 anos. A astrofísica c...

👍❤️ Você, Paula Trubat e outras 367 pessoas      5 comentários 876 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/posts/2257886784471463>

Figura 3: Post 3



**Coletivo Nuvem Negra**  
12 de janeiro de 2019 · 🌐

A estola com tecido africano celebra o quilombo dentro da universidade branca, o início do processo de descolonização do pensamento, o descobrir-se negro, celebra a construção individual da identidade e a construção coletiva do pertencimento.

Esse é só o começo. Pretas e pretos estão se formando na PUC-Rio. O perfil dos estudantes universitários vem se transformando, por conta da própria formação histórica das universidades brasileiras, que as elites frequentavam como um ha... Ver mais

👍❤️ 177 comentários 475 compartilhamentos

👍 Curtir    💬 Comentar    ➦ Compartilhar

Mais relevantes ▾

**Aniluci Prado**  
Lindo demais de se ver!!!!  
Nós merecemos!!! 🥰🥰🥰  
Curtir Responder · 2 a

**Jacqueline Natividade**  
Que lindo! Muito sucesso e garra pra continuar conquistando sonhos e espaços! P.S.: Final do ano será a minha vez. 🥰🥰  
Curtir Responder · 2 a

**Coletivo Nuvem Negra**  
Certamente! Estamos conectadas 🥰  
Curtir Responder · 2 a

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/photos/a.159147197779617/2229336013993207/>

Figura 4: Post 4

 **Coletivo Nuvem Negra**  
8 de novembro de 2018 · 🌐

A produção acadêmica da vereadora Marielle Franco (PSOL), executada no Rio de Janeiro em março deste ano, deu origem ao livro “UPP - A redução da favela a três letras”, que foi lançado nesta quarta-feira (7) no espaço cultural Aparelha Luzia, na região central de São Paulo, com a presença de Anielle Franco, irmã da ex-vereadora.



BRASILDEFATO.COM.BR 

**Mestrado de Marielle sobre violência do Estado será lançado como livro nesta quarta | Brasil de Fato**

  294 7 comentários 385 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/posts/2189703521289790>

A seguir, apontaremos a análise que nos foi possível captar dos posts supracitados a partir da CMDA.

Conforme mencionado no capítulo da metodologia, as publicações selecionadas serão analisadas, separadamente, a partir dos eixos de estrutura, significado e interação. Após essa análise individual, falaremos de forma integrada sobre os posts selecionados sob os aspectos de Comportamento Social.

Para endossar a trajetória escolhida para análise, recorreremos novamente a Recuero (2013). Em estudo recente sobre melhor abordagem metodológica, a autora e Soares (2013) apontam a necessidade de um método que consiga considerar a dinâmica do espaço nas redes, as particularidades do público e o modelo de apropriação e de representatividade:

Essa nova dinâmica altera o espaço onde o discurso é publicado, reproduzido e significado. Essas alterações seriam: a) a presença de audiências invisíveis, ou seja,

o fato de que o discurso não está restrito a audiência percebida do mesmo, mas é reproduzido e repassado na rede; b) colapso dos contextos, que se refere ao fato de que o discurso não tem necessariamente um contexto dividido pelos participantes do processo, e, muitas vezes, é difícil de compreender pela ausência do contexto; c) borrimento das fronteiras entre público e privado, que se refere ao fato de que não há fronteira entre os discursos expostos às várias redes sociais, justamente porque essas redes estão mais interconectadas nesses sites. Essas mudanças são importantes porque são decorrentes da hiperconexão entre as redes sociais. Em ferramentas como o Facebook e outros sites de rede social, as práticas sociais que influenciam as conexões (como, por exemplo, a necessidade de ter mais conexões ou a flexibilidade do conceito de «amigo») influenciam também os modos de espalhamento dos discursos entre os grupos sociais. (RECUERO, SOARES, 2013 p. 242)

Entendemos que a conjugação da metodologia cartográfica com a ferramenta de análise CMDA nos levou a uma trajetória de pesquisa interessante e complementar. Sem a cartografia e sem os territórios que se abriram para nós nos primeiros contatos com o campo, não teríamos chegado até aqui. E apesar das análises serem feitas sob os preceitos da CMDA, na nossa concepção, o encontro com o corpus da pesquisa e até mesmo com os posts escolhidos se deu a partir do posicionamento aberto do mapeamento cartográfico.

Ressaltamos que a amostra de conteúdos selecionados, embora limitada, é adequada para as considerações da análise que desejamos construir, embora suas observações não sejam generalizáveis pela sua arbitrariedade. Nosso objetivo é estudar esse discurso de forma exemplificativa e não generalizável.

Vale dizer, ainda, que não é nosso objetivo aqui fazer juízo de valor sobre os discursos usados pelo grupo no compartilhamento de publicações na página. A ideia é mapeá-los a partir de nossa perspectiva imbricada, trazendo sempre à tona algumas contribuições teóricas importantes.

#### **4.3.1 Publicação sobre o racismo nos jogos jurídicos no Rio de Janeiro<sup>27</sup>**

Estudantes de Direito da PUC-Rio arrancaram os cartazes de protesto contra o racismo dentro da Universidade colados na Casa do Cael Eduardo Lustosa, Centro Acadêmico de Direito. A ação ocorreu ontem à noite, dia 05/06, às 21:15, durante uma reunião do Coletivo Nuvem Negra com representantes da campanha Jogos Sem Racismo, o Movimento Negro Unificado, os coletivos Enegrecer, Patrice Lumumba, Anastácia, Quilombo, CENUFF, Caó - representantes da UFF, UERJ, UFRJ e Cefet. Os cartazes foram postos durante o início do dia em um ato de protesto organizado pelo Coletivo Nuvem Negra. Depois da colocação dos mesmos, alguns estudantes de Direito abordaram integrantes do coletivo para cobrar a retirada dos cartazes e questionar a intervenção, já outros concordaram com a ação do coletivo. A Vice-Reitoria Comunitária, em contato com o coletivo, informou que nenhum dos funcionários da PUC-Rio estariam autorizados a tocar nos cartazes ou removê-los, já

<sup>27</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/posts/2071121913147952>. Acessado 20 de maio de 2021.

que o espaço físico da Vila dos Diretórios é de caráter público e que, portanto, prevalecia o direito à liberdade de expressão de todo o alunato. No momento, o representante da Vice-Reitoria perguntou quando tiraríamos os cartazes e informamos que a retirada não estava prevista até aquele momento. Reclamações foram apresentadas sobre a intervenção por alguns estudantes de Direito que sentiram-se ofendidos pelo conteúdo dos cartazes e pelo fato de termos colado naquele local. O conteúdo dos cartazes tinha um caráter pedagógico e de conscientização da comunidade PUC-Rio, mas com o foco nos estudantes da Atlética De Direito Puc-Rio que participaram dos Jogos Jurídicos e que são suspeitos dos crimes de racismo ocorridos e certamente passariam pelo local. "O seu racismo não vai passar em branco", "Racistas não passarão" e "Jogos sem racismo" e "Educação antirracista para uma universidade sem racismo" foram as frases contidas nos cartazes. Não houve qualquer ofensa a ninguém. O ato foi feito de maneira legítima. Exercemos nosso direito de manifestar, assim como todos os outros estudantes possuem no espaço da Vila dos Diretórios. Cabe ressaltar que a Atlética, junto à Liga Universitária, se comprometeu com a campanha Jogos Sem Racismo em fazer com que o ano de suspensão seja um período de intenso trabalho de didática antirracista para as atléticas e torcidas. No entanto, durante à noite, a atitude dos estudantes brancos de arrancar os cartazes, rasgá-los e jogá-los em uma lixeira, prevaleceu. Os estudantes não esperavam que bem ao lado da casa de direito, na casa do DCE, cerca de 40 estudantes negros de diversas universidades do Rio de Janeiro estavam reunidos. Quando um estudante avisou do que estava acontecendo, saímos da casa e apenas filmamos o ato questionando-os porque os cartazes estavam sendo retirados. Tudo foi amplamente filmado e, caso haja uma narrativa contrária do que de fato aconteceu, tomaremos as devidas providências. Além do CAEL não se manifestar publicamente sobre as denúncias de racismo perpetrado por membros da Atlética de Direito durante os Jogos Jurídicos, os alunos em questão impediram que a manifestação do Coletivo Nuvem Negra em um espaço de convívio mútuo dos estudantes durasse o tempo que havíamos planejado, ferindo assim um dos pontos-chave assegurados pela Constituição Federal: o direito à liberdade de expressão. O Centro Acadêmico de Direito e os alunos envolvidos no ocorrido, respectivamente, enquanto órgão representante dos alunos de Direito e futuros profissionais de Justiça e parte da comunidade estudantil, revelaram uma postura descompromissada e avessa à luta contra o racismo, que já vem sendo observada e denunciada fortemente dentro e fora da Universidade. Omitir-se ante a uma situação de racismo é ser conivente com a mesma. No sistema racista estabelecido, precisamos que todos, independentemente de qualquer situação ou condição, mobilizem-se para combater o racismo. O Coletivo Nuvem Negra, junto aos demais coletivos e frentes negras universitárias, repudia os casos de racismo ocorridos e alerta que racismo é crime e que os últimos acontecimentos estão em apuração junto à Polícia e na comissão de investigação da Universidade. Além disso, cobramos um posicionamento das instituições cabíveis para que a Atlética de Direito da PUC-Rio tenha de fato um trabalho antirracista efetivo durante o período de afastamento, como a mesma já se comprometeu em nota, para que os Jogos Estudantis sejam cada vez menos racistas. Foto 1: Fernanda Dias / Agência O Dia Foto 2: Coletivo Nuvem Negra

O post que lidera o ranking data de 06/06/2018 e trata de um assunto que foi bastante comentado nas redes e na mídia. Trata-se do caso de racismo ocorrido durante os Jogos Jurídicos de 2018 (em Petrópolis/RJ) envolvendo alunos de direito da PUC-Rio. Segundo a Liga Jurídica Estadual do Rio de Janeiro<sup>28</sup>, houve três episódios de racismo ao longo do evento.

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/equipe-da-puc-e-punida-apos-denuncias-de-racismo-em-jogos-juridicos.ghtml>. Acessado em 20 de maio de 2021.

No sábado (2), logo na sequência de uma partida futebol entre PUC-Rio e UCP, uma integrante da torcida da PUC teria jogado uma casca de banana contra um atleta negro da PUC.

Já no domingo, após a final do basquete masculino entre PUC-Rio e UERJ, gestos semelhantes aos produzidos por macacos foram praticados por integrantes da torcida da PUC-Rio diante dos torcedores negros da UERJ. Além desses dois acontecimentos, torcedores da primeira universidade teriam chamado uma atleta de handebol da UFF de macaca.

A publicação da fanpage do Nuvem Negra que vamos analisar é a terceira sobre o tema. Anterior a ela, houve duas publicações mencionando o acontecimento durante os jogos jurídicos, sendo uma publicada no dia 4/06/2018 e outra no dia 05/2018.

Na manifestação do dia 04/06 - a primeira sobre o tema - a página publicou uma nota repudiando o acontecimento, usando, como imagem do post, uma foto enquadrando o uniforme da competição sendo segurado por uma pessoa negra. A pessoa — que só tem os braços e dedos exibidos na foto — também segurava cascas de bananas na mão. O post recebeu 472 reações, entre curtidas e outras interações; teve 55 comentários; e gerou 173 compartilhamentos.

Na sequência, no dia 05/06, a página compartilhou - através de carregamento de link clicável - a matéria do jornal O Dia que destaca o manifesto realizado na PUC pelo grupo sobre o incidente. O post teve 371 reações; 7 comentários; e rendeu 241 compartilhamentos - mais compartilhamentos que a postagem anterior.

Abaixo apresentamos as análises das top quatro publicações ranqueadas pelo critério interação, começando pela postagem sobre os jogos jurídicos e, na sequência, apresentando as demais.

#### 4. 3.1.1 Estrutura

O post é dividido entre sete parágrafos, e o texto se constrói de maneira descritiva, detalhada e informativa. Entre todos os posts selecionados para a análise, trata-se do texto mais longo. O conteúdo tem 4.531 caracteres. A escolha por um texto longo parece ter lugar na necessidade de abordar o tema em toda sua complexidade, contexto e repercussão.

Logo de início, a divulgação deixa clara a sua atenção de denunciar o ato de censura e de vandalismo realizado por alunos brancos do curso de direito da PUC contra a manifestação realizada pelo Coletivo sobre os episódios de racismo durante os Jogos Jurídicos Estaduais de 2018.

Para isso, de maneira descritiva, anuncia em detalhes o ato de censura, os acontecimentos que o antecedem e eventos relacionados, de forma a trazer contexto e legitimidade para a publicação. Nota-se que, em certo momento, o discurso é desenvolvido de maneira impessoal - tratando o coletivo Nuvem Negra em terceira pessoa - e em outras partes a narrativa é desenvolvida na primeira pessoa do plural. Os trechos com verbos conjugados na primeira pessoa do plural podem ter sido usados de forma a trazer senso de união e de comunidade para a narrativa, de forma até a dialogar com os espectadores e seguidores da página.

As duas imagens usadas na publicação também objetivam ilustrar e complementar o texto, tendo em vista que demonstram (foto 1) a intervenção realizada pelo coletivo e (foto 2) a retirada de cartazes promovida pelos estudantes de direitos brancos, demonstrando e provando a partir de fotos os acontecimentos e seu desenrolar. Há o cuidado ainda de legendar as duas imagens usadas na publicação.

#### 4.3.1.2 Significado

O início do post chama a atenção para o ato contra-protesto realizado por estudantes brancos de direito da PUC e contextualiza o caso com os episódios antecedentes à ação e eventos relacionados, partindo da denúncia do ato até os desdobramentos que levaram a ele, sem perder de vista nenhum elemento importante para a compreensão do todo do acontecimento.

Trata-se notoriamente de um texto-denúncia, cuja intenção é evidenciar a violação do direito à liberdade de expressão e à liberdade de manifestação praticada por alunos brancos de direito, inclusive chamando a atenção para esse direito protegido pela Constituição Federal.

O texto, ao lembrar a abordagem da intervenção realizada pelo Coletivo, pontuando o motivo e detalhando as frases dos cartazes usados na manifestação, também intenta reforçar a legitimidade do manifesto e endossar seu caráter pedagógico e de conscientização antirracista da comunidade PUC-Rio.

Da mesma forma, ao manifestar o posicionamento da vice-reitoria comunitária sobre a intervenção do coletivo, também tenciona validar o ato através do discurso, conforme vemos no trecho abaixo:

A Vice-Reitoria Comunitária, em contato com o coletivo, informou que nenhum dos funcionários da PUC-Rio estariam autorizados a tocar nos cartazes ou removê-los, já que o espaço físico da Vila dos Diretórios é de caráter público e que, portanto,



prevalecia o direito à liberdade de expressão de todo o alunato. No momento, o representante da Vice-Reitoria perguntou quando tiraríamos os cartazes e informamos que a retirada não estava prevista até aquele momento.

Além disso, visa a cobrar resposta e posicionamento do Centro Acadêmico de Direito sobre os atos de racismo praticados durante os jogos e seus desdobramentos, e pretende reafirmar que a omissão a uma situação de racismo é também "conivente com a mesma".

Dessa forma, notamos que o texto, ao explorar e retomar todos os acontecimentos e seus respectivos desdobramentos, elencando direitos protegidos pela Constituição e citando provas dos atos praticados pelos alunos brancos, além de denunciar com fundamento as violações, intenta não deixar espaço para dúvidas sobre os ocorridos. E tem um caráter, além de informativo e denunciatório, principalmente educativo, anunciando direitos de protesto e de expressão que deveriam ser resguardados e ressaltando a importância do posicionamento e da resposta sobre os casos.

Ao tratar desse tema a partir de vários aspectos, o Nuvem se compromete com a pauta antirracista do coletivo, detalhada e expressa em seu manifesto. E ao responder sobre um caso que ganhou muita repercussão à época, permite que essa luta alcance um potencial maior de pessoas na rede.

#### 4.3.1.3 Interação

A publicação recebeu quase três mil reações ao post (sendo 1,5 mil curtidas, 824 'grr', 415 'triste', 12 'amei', 12 'uau' e 3 'haha'); cerca de 540 comentários; e aproximadamente 1,6 mil compartilhamentos. O número de compartilhamentos corresponde a quase 16% do número de fãs e seguidores da página, evidenciando o potencial do canal e a autoridade do grupo em falar sobre esse tema, assim como o suporte da rede sobre a denúncia.

Vale destacar o potencial deste tema para o engajamento na rede, uma vez que corresponde a um caso que ganhou a imprensa e as mídias, sendo bastante falado e compartilhado à época. Só no Twitter, encontramos diversas menções ao acontecimento realizado por usuários da rede.

Além disso, sendo um coletivo antirracista fundado na PUC, o Nuvem Negra tem autoridade para falar acerca do assunto e intervir sobre. E o timing com que escolhe se posicionar sobre a situação - seja através da primeira nota de repúdio, seja pela intervenção física na universidade ou seja pela denúncia subsequente referente ao silenciamento praticado pela retirada dos cartazes — e por toda manifestação e cobertura que faz na página no Facebook —, amplia essa autoridade e favorece o alcance e envolvimento desta publicação.

Os efeitos do engajamento e do suporte à página também ficam evidentes na análise dos comentários. Dos cerca de 540 comentários que a publicação recebeu, foram analisados 100 comentários únicos, onde predominaram as manifestações de apoio à publicação. Há, inclusive, usuários que fazem questão de responder aos críticos da manifestação em defesa do Nuvem.

Ao olharmos os comentários, observamos um destaque para mensagens de repúdio ao ato de retirada de cartazes e de apoio à denúncia do Nuvem, considerando a ação de caráter racista. Colocamos alguns exemplos abaixo, como alguns usuários indagando ainda sobre o tipo de profissional que a Universidade vai colocar no mercado.

Futuros promotores, procuradores, juízes, delegados, advogados, desembargadores. Tá osso, parente.

Isabella Cavalcante olha os profissionais que essa faculdade está colocando no mercado. Olha os filhos que esses pais colocam no mundo. Olha como faculdade e colégios caros cara não formam caráter.

É com essa ideologia que eles depois serão juízes, mantendo o caráter conservador da magistratura fluminense.

Eu, como ex-puquiana e jornalista, me coloco a disposição para ajudar no que for preciso. Contem comigo e persistam na luta.

Houve também várias respostas e conversas provocadas pelos próprios comentários publicados pelos usuários, mostrando o potencial do post em engajar e provocar novos diálogos e conversas entre os comentaristas. Um exemplo é esta publicação abaixo da usuária A. C. F, que além de receber 13 respostas, demonstra interesse em participar das reuniões do coletivo.

Não acredito que arrancaram um ato de protesto que não ofendia ninguém! Mas confesso que não estou surpresa com essa atitude. Coletivo Nuvem Negra se foram se reunir novamente (acredito que vão) contem comigo. Avisa aqui o dia e horário.

V.A, um homem negro, faz coro à denúncia do grupo e endossa a posição de luta antirracista:

Estamos tomando a casa grande com nosso intelecto, esse que foi menosprezado por muitos anos. Fomos Humilhados, espancados, esartejados, mortos, mesmo assim nossa força não para de crescer, cresce tanto que o seu racismo não irá mias prevalecer. Somos mais fortes e estamos chegando aí no seu lugar de privilegiado (não se esconda).

C. V. e A.X. também somam sua indignação e reforçam um posicionamento de resistência:

Resistencia e a palavra de ordem para superarmos o racismo dos racistas entenderem que o povo negro tem o Direito de estar onde quiser. Universidade e o nosso lugar tbm.

Parabéns ao Coletivo, passou da hora do enfrentamento desse ciclo histórico de whites racistas em todos os poderes do país  
 RACISTAS NÃO PASSARÃO!!!

Na mesma linha, outros comentários indignados usam o recurso do tagging para marcar páginas e colegas (aumentando o alcance e conhecimento do post) com objetivo de não só compartilhar o acontecimento como também de reivindicar posicionamento em relação ao caso. Um exemplo é o comentário da F. B., que marca a página “Pavarotti do Craa” e cobra uma posição.

Colem tudo denovo!! Colem mais!! Colem na Gavea toda. Ainda estou aguardando os alunos de design se prontificarem a ajudar Pavarotti Do Craa vamos fazer algo concreto amores? Essa passividade aí n vai mudar as estruturas, o design é centrado em resolver problemas, o racismo dentro da PUC n parece um problema para vcs?

Manifestação similar é a resposta do usuário Q. T. ao comentário acima, que urge uma posição da “biologia da PUC”.

Aguardo ansiosamente pelo manifesto de vcs e da Biologia da PUC, as quais eu conheço de perto e realmente espero que se posicionem contra essa atitude alarmante da turma de direito.

Outros comentários ainda trazem à tona exemplos de racismo semelhantes ocorridos em instituições parecidas, dimensionando o tamanho do problema estrutural no Brasil e a urgência de denunciar esses atos e de combater o racismo. Q. T. e L. M. compartilham, respectivamente:

A PUC é só uma amostra do que está havendo nas faculdades de forma geral. O preconceito não é apenas racista, mas vem de todos os ângulos. Não foquem que isso é apenas reservado a PUC, há casos de pixações e cartazes racistas dentro de faculdades de forma geral. Podia ser aproveitado esse gancho e também ser feito uma conscientização em TODAS as universidades, um conscientização não so contra o racista, mas contra todo e qualquer tipo de preconceito. Quanto ao ocorrido, colem tudo de novo, pela PUC inteira e se reclamarem, colem no meio da testa do indivíduo. Colem cartazes no Rio de Janeiro todo! Eu ajudo! Quero cartaz pra colar la nas faculdades que eu frequento. Colem perto de escolas, pra que as crianças também saibam e questionem isso, pq na escola tbm tem racismo. Isso PRECISA ser detido pra ontem!

Se dentro de uma universidade entre discentes do área do direito está acontecendo atos de racismo, imaginem dentro das instituições privadas, lojas, nas grandes corporações em condomínios casas de famílias, nas creches, escolas etc..

Por outro lado, identificamos comentários que insinuam que o problema pode ser isolado, acusando o coletivo de estar “generalizando”, e parecendo não entender as raízes do racismo estrutural no Brasil. Há ainda comentários negativos e contrários à posição do Nuvem

que, inclusive, alguns recebem respostas de defensores da manifestação do grupo. Sobre generalização, L.F. comenta:

Lembrar que os integrantes do próprio coletivo nuvem negra são alunos da PUC. Generalizar é mt simplista e acaba "dissipando" a atenção/culpa individual das pessoas que de fato são nojentas.

Algumas mensagens, como a do M.V. A., uma pessoa branca, insinuam um possível ‘racismo contra brancos’. Ele diz:

Racismo é foda! Tem que ser combatido Mas não com esse narrativa de racismo contra brancos....  
Devemos lutar por igualdade....  
Os responsáveis por essa barbárie devem ser punidos! Na minha singela opinião, no mínimo deveriam ser expulsos e responderem processos por esse crime! Mas também acredito que os humilhados, esquarterados, espacandos e etc foram há muitos anos atrás. Em outra época! Essa narrativa eu não gosto tb! A narrativa de apderar-se de algo que não ocorre na atualidade!!! Vamos respeitar os que de fato sofreram com essa divisão racial e lutar hj por igualdade e contra o racismo de todas as formas seja de cor, religião, orientação sexual e etc

Cuja mensagem é respondida por B.C., que chama a atenção para o privilégio da população branca:

Coitados de nós brancos tendo que ler que os negros tão ocupando a casa grande em. Tudo isso que você diz ter acontecido "a muito tempo" formou o sistema que vivemos hoje, que é racista em todas as suas estruturas e isso traz privilégios a todos os brancos.

No caso de comentários negativos, vimos alguns exemplos compartilhados por pessoas brancas. O comentarista A. M. chama o ato e sua repercussão de “mimimi”.

Mimimi e mais mimimi se estudassem mais e ficassem menos perdendo tempo com esse tipo de coisa não teríamos o judiciário arruinado que temos!!!! Parece brigra de criança....ou será que é de fato? Vai lá um e cola...vai outro descola. vão crescer universitários.... Pois com essas atitudes, de ambos os lados, mais parecem universiotários.

M. B. e S. A., também em tom explícito, deslegitimam a manifestação do Nuvem por julgarem o ato generalizante.

Não ofendia ninguém? Um monte de cartaz ilegalmente colocados que generalizavam chamando toda a sala de racista.

Boa noite!!! Não vamos generalizar, até pq em todo e qualquer lugar há gente sem caráter. Não é pq uma aluno errou e errou feio, que todos têm q pagar. Vamos ter mais coerência. Se eu tivesse estudado na PUC, com certeza tb arrancaria os cartazes. Jamais permitiria que me fizessem acusações de coisas que n fiz.

Ambas as críticas supracitadas recebem respostas de usuários defensores do ato do coletivo. Abaixo, respectivamente, colocamos dois exemplos de réplicas dos internautas Y.R e L.P. em favor do grupo.

Eu como não acho melhor, vou explicar porque isso é um problema e como é um sintoma de um Brasil cada vez mais pensando no próprio umbigo ao invés de no mínimo se colocar no lugar dos outros para entender os problemas do nosso país, merece um aprofundamento. Do ponto de vista de representatividade, você ficou incomodado com o fato de injustamente alguém ser taxado de racista por estar na mesma instituição de ensino desse pequeno grupo que não deveria representar a PUC. Do ponto de empatia, a possibilidade ínfima de que esse tipo de material poderia chamar você ou outro alguém injustamente de racista foi uma preocupação que ganhou prioridade em cima de qualquer pessoa humilhada ou ofendida por estas pessoas que faltaram com respeito humano e esportivo com os adversários da sua faculdade. A preocupação da própria imagem ou da imagem da faculdade deveria estar preocupada com essas pessoas que sujam a reputação da PUC ao invés das pessoas que foram ofendidas pelas ações deploráveis dessas pessoas. Não ser racista é ótimo, mas ficar indignado com a manifestação das pessoas contra o racismo da PUC mais do que o racismo é triste. Você pode e deve ser melhor que isso, Marcelo. Tenho certeza que não falta carinho no seu coração. Apenas o abra para entender a dor dos outros.

Sandrinha Araujo A Liberdade de expressão ainda é uma garantia constitucional e o ato de manifestar-se, não é um movimento generalista, tanto que os não racistas deixaram tranquilamente a manifestação da comunidade acadêmica acontecer. Agora os racistas, os incomodados foram lá e arrancaram os cartaz e por qual motivo??? Respondo, são racistas!!!

Também observamos com frequência entre os comentários posicionamentos a respeito da responsabilidade da PUC diante do caso, com alguns usuários defendendo e isentando a universidade do problema, e outros apontando o problema estrutural e cobrando resposta por parte da instituição. Exemplos:

Nao se pode generalizar, a puc não e isso, eu estudo na puc e vejo que a maioria dos alunos estão do lado deles e querem que o caso seja averiguado e os estudantes punidos, a puc e uma das melhores faculdades da América latina, ela não se resume a meia dúzia de alunos racistas

Eu vi, Carol. Mas felizmente, não são todos na facu q não compactuam com essa meia dúzia de babacas filhos da puta e isso não tira a importância da Universidade q tão bem me acolheu!  
Essa meia dúzia de escrotos não representam a PUC!

A Puc foi a pioneira na incursão de movimentos sociais dentro de universidades, é muita injustiça ela ser totalmente responsabilizada pelo erro de alunos todos maiores de idade e que sabem muito bem tomar suas próprias decisões. Frei Beto foi o cara que começou a levar os pobres e negros pra dentro das universidades, com tanta informação na Internet, não tem sentido usá-la apenas pra falar merda.

Alex Lopes Sinto muito, rapaz, mas se a universidade nada faz para conter a onda racista que existe dentro da instituição, é sinal que ela compactua com esse tipo de ação. Representa sim!

Já era esperado, uma universidade pautada por religião, cujo no passado, a mesma religião dizia que o homem negro não tinha alma, aliada a elite branca, colonizadora, exploradora e racista, não poderia dar em outra coisa né.... Não tem jeito está na raiz....no radical...

(...) Puc é um ninho de senhores e sinhás e quem bate de frente diretamente merece meu máximo respeito.

Todos os comentários aqui apresentados e as mais de 500 mensagens que a postagem recebeu, entre elas manifestações de usuários que foram marcados por outros seguidores, apontam para um cenário de grande alcance da publicação em questão e da performance do post como oportunidade para o maior reconhecimento do coletivo e de sua atuação.

Embora não tenhamos acesso aos dados e métricas da página do grupo (permissão dada somente aos administradores e editores da fanpage), nos parece que esse conteúdo aqui analisado pode ter tido um impacto grande na conscientização da existência do grupo, bem como possivelmente ter contribuído para a entrada de novos apoiantes, a julgar pelos comentários questionando os próximos encontros do Nuvem e demonstrando interesse em participar das reuniões.

#### **4.3.2 Publicação premiação na ciência<sup>29</sup>**

A ciência é negra! A astrofísica capixaba Marcelle Soares-Santos venceu um dos mais importantes prêmios para jovens cientistas. Marcelle se formou em física na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e fez mestrado e doutorado em astronomia na Universidade de São Paulo (USP).

##### 4.3.2.1 Estrutura

A publicação em questão, divulgada no dia 27 de fevereiro de 2019, é composta pelo carregamento de link de uma matéria do site Só Notícia Boa. O artigo compartilhado é intitulado: “Brasileira vence um dos maiores prêmios da ciência mundial”.

O link é compartilhado juntamente com um texto de apoio supracitado. O conteúdo deste texto é resumido (apenas um parágrafo e 281 caracteres), brevemente informativo e tem um tom afirmativo e igualmente comemorativo. A construção positivista do texto é marcada por sentenças como “um dos mais importantes prêmios para jovens cientistas” e “a ciência é negra”.

A publicação objetiva direcionar o leitor para a matéria em questão, de modo que ele possa encontrar mais informações sobre a notícia no site de origem. Dessa forma, ao clicar

<sup>29</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/posts/2257886784471463>. Acessado em 30 de maio de 2021.

sobre a imagem ou sobre o título carregado da matéria, o usuário impactado com o post é redirecionado à página da web, saindo então da rede social Facebook.

É possível notar também recursos de legitimação do enunciado na frase “um dos mais importantes prêmios para jovens cientistas”, e na apresentação do currículo da pesquisadora: “Marcelle se formou em física na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e fez mestrado e doutorado em astronomia na Universidade de São Paulo (USP)” - universidades públicas brasileiras reconhecidas nacionalmente pela excelência do ensino e da pesquisa.

A imagem que é carregada através do link apresenta a pesquisadora vencedora do prêmio diante de um instrumento de sua pesquisa – “uma câmera de 570 megapixels que ajudou a construir e que está instalada em um telescópio no Chile para mapear 300 milhões de galáxias no projeto Dark Energy Survey (DES)”, trazendo mais contexto e legitimidade ao enunciado. Na foto, que remete à rotina de uma cientista, ela parece vestir roupas ou uniforme propícios para a pesquisa.

#### 4.3.2.2 Significado

O post tem como objetivo compartilhar a boa notícia sobre a vitória de um dos principais prêmios da ciência por uma estudiosa negra, mas sem dar muitos detalhes da premiação – talvez por pretender despertar a curiosidade por parte dos seguidores e espectadores da página e, dessa forma, estimulá-los a ler a matéria no site Só Notícia Boa, bem como a compartilhá-la.

Como é desenvolvido em apenas cinco linhas e se caracteriza por um discurso objetivo, se resume a anunciar a boa notícia e a brevemente resumir o currículo da pesquisadora premiada.

A escolha dos trechos da reportagem para a criação do texto da publicação em questão demonstra o recorte escolhido para a narrativa. Primeiramente, já de cara, há a afirmação de que “a ciência é negra”. Em seguida, depois de anunciar a vitória do prêmio, mas sem nomeá-lo, são apresentadas as certificações da pesquisadora, legitimando sua qualificação.

Mais que compartilhar a boa notícia e incentivar a rede com uma trajetória de sucesso de uma mulher negra pesquisadora, parece-nos que o propósito da publicação é dimensionar a importância e ampliar a imagem da representatividade e da participação de negros e negras na educação e na ciência, além de trazer uma ideia de pertencimento e de motivação para a comunidade. Há, na escolha por esse conteúdo e compartilhamento, uma intenção, na nossa concepção, de posicionar o espaço acadêmico e a ciência de maneira geral como espaços que

precisam ser cada vez mais ocupados por pessoas negras, reforçando o combate ao racismo nas instituições, uma das principais pautas do Nuvem.

Uma reflexão de Gomes (2017) a respeito da importância e o impacto da imprensa negra sobre a população negra cabe bem aqui. Ela nos lembra:

Várias matérias vinculavam a ideia da ascensão social do negro via educação. Nesse sentido, é possível discutir o papel da imprensa negra enquanto instrumento de luta dos negros frente à sociedade estabelecida (GOMES, 2017, l. 358)

E a intenção do discurso do post de promover a representatividade negra na educação fica latente, no nosso entendimento, com a frase que inicia o post "a ciência é negra".

Trata-se, portanto, de uma publicação-chave para o posicionamento do coletivo, uma vez que o grupo, principalmente, reivindica uma educação mais inclusiva e com mais representatividade nas universidades.

Em seu manifesto, o grupo reitera: "A formação do Coletivo nasceu pela necessidade de representatividade dentro do espaço acadêmico. (...) Uma das principais causas do Coletivo é a construção de um espaço de fortalecimento dos estudantes negros da PUC-Rio e a disseminação da escrita de intelectuais negros - que sempre representaram uma importante ferramenta de luta e resistência, mas que cotidianamente nos é negada dentro do espaço acadêmico."

E com publicações desse tipo, o Nuvem reforça e celebra essa manifestação e posicionamento.

#### 4.3.2.3 Interação

O post recebeu 220 curtidas; 142 reações de 'amei'; sete 'uau'; cinco comentários; e 877 compartilhamentos. É importante destacar que todas as reações recebidas foram positivas. Os cinco comentários, por sua vez, são todos positivos, e alguns inclusive usam o recurso do tagging para envolver outras pessoas e apresentá-la à publicação.

Por ser um conteúdo positivo, representativo e inspirador – uma notícia motivadora e compartilhada de um site chamado "Só Notícia Boa" —, tem um potencial muito grande para a interação, principalmente para a interação via compartilhamento.

Como falamos acima, a seleção desse tipo de conteúdo para divulgação na página — conteúdo que discute a participação de pessoas negras nas universidades a partir de uma ótica positiva (afinal, trata-se de "um dos maiores prêmios da ciência no mundo") - reforça a mobilização do grupo, suas pautas e seu posicionamento, e naturalmente impulsiona o engajamento.



### 4.3.3 Post sobre estola com tecido africano<sup>30</sup>

A estola com tecido africano celebra o quilombo dentro da universidade branca, o início do processo de descolonização do pensamento, o descobrir-se negro, celebra a construção individual da identidade e a construção coletiva do pertencimento. Esse é só o começo. Pretas e pretos estão se formando na PUC-Rio. O perfil dos estudantes universitários vem se transformando, por conta da própria formação histórica das universidades brasileiras, que as elites frequentavam como um habitat natural. A maior entrada de estudantes negros e negras nas universidades causou um aquilombamento. Esteban Cipriano lançou a ideia e nós fomos! compramos o tecido e o nosso designer Henrique Almeida fez a concepção. O tecido africano representa o grande passo dado até aqui: a Nuvem Negra está formada e pronta para alcançar todos os espaços. O @ColetivoNuvemNegra da PUC-RIO lançou a estola africana com as formandas de Comunicação Social de 2018.2 Mariana Bispo Juliana Nascimento Gabriele Roza Foto Leonne Gabriel / Coleivo Nuvem Negra [#BlackPower #ColetivoNuvemNegra #PUCRIO](#)

#### 4.3.3.1 Estrutura

A publicação foi postada no dia 12 de janeiro de 2019, sendo a segunda postagem desse ano analisada neste trabalho. As demais datam de 2018. O conteúdo da publicação está distribuído em cinco parágrafos, totalizando 1.066 caracteres.

Nota-se, desde o primeiro trecho, uma linguagem com tom informativo, acolhedor e emotivo, que visa promover uma ideia – o uso da estola com o tecido africano por parte de formandos negros da PUC — a partir do compartilhamento de informações que endossam sua importância e as representações e construções que evocam.

Para isso, o enunciado faz uso de frases afirmativas, trazendo à tona todas as características que o tecido incorpora e sua importância para a descolonização do pensamento.

Em relação à linguagem, chama a atenção também os trechos com verbos conjugados na primeira pessoa do plural. Também nesta publicação, eles podem ter sido usados de forma a trazer senso de união e de comunidade para a narrativa, de forma até a dialogar com os espectadores e a comunidade de seguidores da página.

Chamamos a atenção para a foto que, mais que complementar e ilustrar nitidamente o conteúdo textual da publicação, se destaca pela qualidade e pela sensibilidade e emoções que evoca. A imagem exhibe três jovens mulheres negras sorrindo, em cerimônia de formatura, e usando os tecidos que se destacam e que contrastam com o entorno. Além do apelo emocional

<sup>30</sup> Disponível em

<https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/photos/a.1591471977779617/2229336013993207/> Acessado em 20 de maio 2021.

que a temática do texto proporciona, deve-se levar em consideração o potencial e o poder da foto em questão.

Por a publicação ter sido realizada através de carregamento de imagem e inclusão de texto, a imagem ganha um destaque maior no post. Ao clicar sobre ela, a foto se expande e, conseqüentemente, chama mais atenção do usuário espectador.

#### 4.3.3.2 Significado

A partir da construção do texto, parece-nos que a intenção da postagem, mais que compartilhar a experiência das formandas da PUC que fazem uso da estola com tecido africano, é trazer e legitimar a importância que esse gesto e posicionamento representam em muitos aspectos. Segundo o discurso, usar a estola dentro da universidade durante cerimônia de graduação celebra: “(...) o quilombo dentro da universidade branca, o início do processo de descolonização do pensamento, o descobrir-se negro, celebra a construção individual da identidade e a construção coletiva do pertencimento.”

Então, ao começar a narrativa ilustrando o que representa esse posicionamento, intencionalmente mas indiretamente, parece-nos, que o texto convida o espectador a acolher essa ideia e enxergá-la também como um ato de luta e resistência. Afinal, como o conteúdo coloca, "isso é só o começo".

Após reforçar a simbologia que a vestimenta evoca e representa, o texto segue trazendo uma perspectiva do cenário das universidades brasileiras no momento, e traz isso, na nossa concepção, justamente para justificar tal posicionamento.

O texto ganha, nesse sentido, um viés educativo. Tenciona servir de exemplo para comunidade e tem uma natureza também de mobilização. É um texto convidativo, que parte de um exemplo e de um posicionamento para, ainda que indiretamente, clamar à comunidade do Nuvem para não só acolher a ideia como também praticá-la. E a resposta vem nos comentários.

E, ao nomear e taggear Esteban Cipriano como o idealizador da ideia, traz uma perspectiva também de legitimação do enunciado e da prática, uma vez que Esteban é um dos fundadores do Nuvem e tem muita credibilidade na comunidade e dentro do coletivo.

Com toda essa construção da narrativa que humaniza o post, não só pelo texto que enuncia o idealizador, mas também pela foto que exhibe mulheres negras e estudantes em posição de colação de grau e fazendo uso da estola, para nós, todo o conteúdo torna-se também muito envolvente e emotivo, a ponto de mobilizar o espectador e tendo um grande

potencial de engajamento. Não é à toa que a publicação, além de atrair muitos compartilhamentos, figura como o segundo conteúdo da página no ranking das postagens com mais interação por comentário.

Castells (2013) ressalta a importância de emoções como raiva, entusiasmo e medo relacionadas à busca por justiça, engajamento e superação.

Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional. Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado (Castells, 2013, l. 158).

Com essa publicação, ao reivindicar uma educação mais inclusiva e com mais representatividade nas universidades, novamente vemos o coletivo Nuvem Negra reforçando seu posicionamento e sua mobilização, resgatando a história, memória e cultura da população negra, bem como reforçando uma identidade coletiva.

#### 4.3.3.3 Interação

O conteúdo atraiu mil reações de ‘amei’; 886 curtidas; 22 ‘uau’; e um ‘haha’. Também identificamos 177 comentários e 476 compartilhamentos.

Em termos de interação, é importante destacar, especificamente nesta publicação, o tagueamento dos usuários envolvidos e o uso de hashtags. Tais recursos contribuem para o maior alcance e envolvimento da publicação. São usadas as hashtags #BlackPower #ColetivoNuvemNegra #PUCRIO e os usuários tagueados são Esteban Cipriano, Henrique Almeida, Mariana Bispo, Juliana Nascimento, Gabriele Roza e Leonne Gabriel.

As hashtags são compreendidas por Zappavigna e Martin (2017) como ferramenta usada para convocar comunidades de sentimento em torno de valores percebidos, capazes de forjar alianças e negociar significados através de tagging: o ato de marcar pessoas em certas publicações ou utilizar hashtag para associar a postagem a certos conceitos e práticas.

Em relação aos comentários, observamos uma grande maioria de mensagens positivas. Vimos muitas mensagens de apoio à iniciativa e ao posicionamento das meninas, e comentários com bastante emojis de coração e textos como “lindo”; “maravilhoso”, bem

como comentários de pessoas querendo repetir a prática. Abaixo, destacamos alguns exemplos de comentários positivos.

já quero uma dessas pra minha formatura tb!! Onde será que eu arrumo?

Esse ano me formo no primeiro semestre, depois de ver o post de vcs pretendo usar tbm uma estola com tecido africano, e ã irei sozinho uma colega de curso fará tbm, comecaremos a disseminar a ideia no campus. Os alunos negros estadunidenses já são adeptos né?!

Parabéns pelo belo trabalho de fortalecimento E reconhecimento de nossa própria cultura.

Muito boa iniciativa que deveria ser expandida em outras universidades.

Parabéns. Somos lindos somos negros nossa Melanina e saúde. Somos a maioria e temos que ocupar todos os lugares nesta sociedade. No Planalto, nos estados e municípios, nas entidades Públicas e Privadas, por sermos a maioria, somos nós o que mais produzimos e consumimos neste País, assim sendo temos o direito e o dever de escolher o que é melhor para Nós. Parabéns mais uma vez pela iniciativa. #NegrasPoderosas

Isso é empoderamento! O povo preto conquistando o seu espaço!!! Lindo de ver!!

Entre as mensagens de elogios e de apoio à ação - muitas das quais inclusive recebem respostas das pessoas marcadas e estímulo do próprio coletivo -, notamos um único comentário destoante, que correlaciona a entrada de negros nas universidades à implementação de políticas de governos específicos e cobra agradecimento por partes dos alunos. M. L. P. S. diz:

E ninguém vai agradecer aos governos que proporcionaram este acesso de negras e negros às universidades pela primeira vez no Brasil?

Ao que o usuário E. B. D. S responde, reforçando o lugar de políticas públicas como políticas afirmativas de reparação e defendendo o posicionamento do Nuvem sobre esse tema.

Não temos que agradecer Nada. Tudo que for conquistado é o pagamento devido. Aos descendentes daqueles que foram Ultrajados, Humilhados e Mortos. Neste Brasil a fora. Obrigado por que?

#### 4.3.4 Post sobre o livro da dissertação de Marielle Franco<sup>31</sup>

A produção acadêmica da vereadora Marielle Franco (PSOL), executada no Rio de Janeiro em março deste ano, deu origem ao livro “UPP - A redução da favela a três letras”, que foi lançado nesta quarta-feira (7) no espaço cultural Aparelha Luzia, na região central de São Paulo, com a presença de Anielle Franco, irmã da ex-vereadora.

##### 4.3.4.1 Estrutura

A publicação, que data do dia oito de novembro de 2018, é estruturada através de carregamento de link, direcionando, dessa forma, o usuário que clica sobre a foto ou sobre o título para a página carregada – uma matéria do portal de notícias Brasil de Fato.

Na imagem carregada, vemos a vereadora e defensora de direitos humanos Marielle Franco, executada no Rio de Janeiro em março de 2018. A foto em questão é uma das mais divulgadas em sites de notícias e redes sociais desde sua execução, e mostra Marielle em destaque dentro de uma das vielas da Favela da Maré. O texto compartilhado diz:

A produção acadêmica da vereadora Marielle Franco (PSOL), executada no Rio de Janeiro em março deste ano, deu origem ao livro “UPP - A redução da favela a três letras”, da editora n-1 Edições, sobre a militarização da segurança pública e a violência estrutural do Estado nas favelas cariocas. O livro será lançado nesta quarta-feira (7) no espaço cultural Aparelha Luzia, na região central de São Paulo, com a presença de Anielle Franco, irmã da ex-vereadora.

O trecho acima, ainda que não seja compartilhado com aspas, é retirado na íntegra do primeiro parágrafo da matéria compartilhada do Brasil de fato. Como é possível notar, trata-se de um texto informativo e objetivo, que, em poucas linhas (tem 460 caracteres), visa a comunicar as principais informações que se pretende enunciar, sendo, portanto, um lead jornalístico. De acordo com BELTRÃO (1969), o lead objetiva também chamar e prender a atenção do espectador:

O lead se originou da dinâmica dos nossos tempos, em que o leitor comum dispõe de uns poucos minutos para informar-se de tudo quanto lhe interessa no jornal. (...) Se esta maneira de dizer é eficiente, o leitor sentirá aumentado o seu apetite para ler mais. Assim, a cabeça tem uma dupla finalidade: resumir o fato a estimular o leitor a continuar informando-se de todos os seus detalhes. (BELTRÃO, 1969, p.109)

---

<sup>31</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/coletivonuvemnegra/posts/2189703521289790>. Acessado em 20 de maio de 2021

#### 4.3.4.2 Significado

Desde a escolha do tema até a seleção do veículo de comunicação do qual o conteúdo é compartilhado, no nosso entendimento, é possível observar a construção e legitimação de um posicionamento a respeito do caso Marielle Franco e de seu legado.

Marielle foi a quinta vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro e era socióloga, ativista no movimento negro e feminista. Também militava por movimentos periféricos e de favela, e atuava na comunidade da Maré, onde morava.

Mais que compartilhar o lançamento do livro sobre a dissertação de Marielle, a publicação, na nossa concepção, intenta igualmente resgatar a militância e memória da atuação da defensora de direitos humanos, reforçar a mobilização por justiça e respostas a respeito do caso e, de certa forma, se posicionar sobre.

E faz isso também ao selecionar o portal que compartilha a notícia. O site em questão é o portal de conteúdo Brasil de Fato, veículo de notícias alternativo e pró direitos humanos criado por movimentos populares para "para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país".

Criado a partir do esforço coletivo de movimentos sociais e intelectuais de esquerda, sob a liderança do MST, o Brasil de fato nasce com o objetivo de servir de ferramenta para alavancar um processo de reascenso dos movimentos sociais, divulgando e estimulando as lutas sociais e promovendo a militância com análises e informações. Esta missão aparece não só nos documentos anteriores à sua criação e nas falas de seus dirigentes, mas o próprio jornal se apresenta assim, recorrentemente. (CASSOL, 2010, p.108)

Ao compartilhar um conteúdo veiculado pelo Brasil de fato, notamos, ainda que de maneira indireta, o alinhamento da página com o discurso e com a linha editorial do portal Brasil de Fato, que, como vimos acima, é um veículo alternativo criado por movimentos populares. Encontramos no portal Brasil de Fato 61 páginas contendo artigos relacionados à Marielle Franco.

Outra perspectiva interessante para entendermos o significado embutido dessa publicação diz respeito à tentativa, ao nosso ver, de dimensionar e legitimar a produção intelectual de Marielle Franco enquanto mulher negra, disseminando, dessa forma, "a escrita de intelectuais negros que sempre representaram uma importante ferramenta de luta e resistência, mas que cotidianamente nos é negada dentro do espaço acadêmico", como o coletivo coloca em sua descrição no Facebook.

É importante observar, também, a mobilização que o Nuvem faz através da fanpage em relação ao caso Marielle. Ao todo, identificamos, usando o campo de pesquisa por conteúdos do Facebook, oito publicações compartilhadas na fanpages que citam de alguma forma o nome “Marielle Franco”, incluindo esta postagem aqui analisada. E a atual imagem da capa da fanpage é uma foto de Marielle com a frase “não vão nos calar. #mariellepresente”, tendo sido atualizada no dia 15/03/2018, um dia após a execução da vereadora.

#### 4.3.4.3 Interação

A publicação recebeu 205 curtidas e 89 reações de ‘amei’. Além disso, registrou 7 comentários e 386 compartilhamentos, posicionando-se como o quarto conteúdo no ranking destas análises. Todas as reações são positivas, e aqui também há comentários de usuários taguando outros perfis, referenciando a página e a publicação em si para outras pessoas.

Alguns aspectos referentes à publicação reforçam seu potencial de engajamento. Além de ser um conteúdo sobre Marielle Franco — cuja investigação sobre o assassinato estava à época em destaque na mídia e nas redes sociais e recebeu pressão de vários ativistas, personalidades, movimentos sociais e organizações de direitos humanos por justiça e por respostas — é ainda uma sugestão de conteúdo sobre o livro da dissertação da defensora de direitos humanos e ainda tem o caráter inédito a respeito do lançamento do material.

## 4.4 COMPORTAMENTO SOCIAL

Os quatro posts analisados somam mais de três mil compartilhamentos - aproximadamente 36% dos fãs da página. O volume, na nossa concepção positiva sobre este comportamento online específico (Recuero, 2014), representa o número de usuários que atribuiu valor às publicações a fim de adotá-las para si e compartilhá-las com a sua rede, legitimando e somando voz à autoridade da página sobre os temas apresentados nas publicações.

No primeiro post do ranking, a ação de compartilhar faz coro com a denúncia feita pelo grupo, elevando o reconhecimento da autoridade da página e da própria publicação. Atribuindo também seriedade ao vandalismo praticado pelos estudantes brancos que, ao contrário da divulgação dos próprios atos de racismo nos jogos, não recebeu atenção da mídia.

No que diz respeito aos comentários dessa postagem, a publicação em questão foi a que atraiu mais interação desse tipo em todo o histórico de publicação da página e em sua maioria positivo, evidenciando a importância desse tipo de publicação para o maior engajamento com a rede. Aqui, nossa ideia sobre comentário é fundamentada na concepção de Recuero:

Os comentários, por sua vez, são as práticas mais evidentemente conversacionais. Trata-se de uma mensagem que é agregada através do botão da postagem original, é visível tanto para o autor da postagem quanto para os demais comentaristas, atores que “curtam” e compartilhem a mensagem e suas redes sociais. É uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação (Figura 3). O comentário compreenderia assim uma participação mais efetiva, demandando um maior esforço e acontecendo quando os usuários têm algo a dizer sobre o assunto (84%, N= 252). (RECUERO, 2014, p. 120)

Nos demais casos discutidos pelas outras publicações - em especial no post com dicas de livro (publicação sobre livro da dissertação de Marielle) -, o engajamento por compartilhamento parece não só reforçar a credibilidade da página ao indicar referências e dicas dessa natureza como também a abertura e receptividade dos espectadores para receberem esses estímulos e promovê-los.

O post sobre a estola com tecido africano, por sua vez, provoca, na nossa concepção, um outro fenômeno social nos espectadores, motivando-os a tomarem postura e posicionamentos parecidos em um esforço coletivo de resistência. E isso é percebido no tom das mensagens enviadas como comentários da publicação. A grande maioria dos comentários vão não só no sentido de apoiar a ação como também em reforçar a prática, com exemplos de pessoas comentando que pretendem seguir com o ritual e praticá-lo nas cerimônias de colação.

O volume de compartilhamento somado ao número de reações demonstra também o apoio da rede aos conteúdos publicados e ao emissor deste discurso, bem como interesse em promover o capital social.

#### 4.5 SOBRE TODAS AS PUBLICAÇÕES

É interessante observar a variedade de temáticas e de formatos dessas quatro publicações analisadas, evidenciando a diversidade de assuntos e de conteúdos trabalhados pelo grupo na fanpage, bem como o potencial que esses discursos escolhidos tem em provocar reações na comunidade de seguidores.



No primeiro post temos uma pauta sobre denúncia de casos de racismo e seus desdobramentos. Na segunda publicação na lista do ranking de interação, observamos um conteúdo com perspectiva positiva sobre a presença de negros na ciência e sobre representatividade. Já no terceiro e quarto post, identificamos, respectivamente, uma publicação sobre resistência, posicionamento e representatividade e um post com dica de livro e produção acadêmica de uma mulher negra – Marielle Franco.

Em relação ao formato, notamos que as publicações diferem quanto à estrutura, sendo a primeira e a terceira postagem produzidas a partir de conteúdos longos (pelo menos quatro parágrafos) e através de imagens carregadas. Já a segunda e quarta publicação, por outro lado, são desenvolvidas por meio de textos curtos e links carregáveis.

Outro ponto de análise diz respeito à produção de conteúdo. Entre as quatro publicações analisadas, observamos que duas delas são conteúdos pautados, produzidos e promovidos pelo próprio grupo — sendo o post sobre a denúncia sobre o vandalismo contra a intervenção do Nuvem e o conteúdo sobre a estola com tecido africano usado por alunas Negras da PUC — e as outras são publicações selecionadas de veículos de notícias e portais de conteúdo, mostrando a característica da página em se posicionar também como um espaço de autoridade e de referência para fornecer dicas para os espectadores e seguidores, bem como selecionar conteúdos.

As publicações analisadas, também, dialogam com o posicionamento do grupo, pautando temáticas-chave para o coletivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitos momentos deste trabalho, feito a partir de uma metodologia e motivação cartográfica, tivemos a oportunidade de abrir nosso "caderno" de diário de campo e compartilhar um pouco do acompanhamento de percursos que empreendemos nesse estudo, desde a apresentação no início desta dissertação, passando pelo tópico "Diário de campo: primeiras impressões com o campo e caminhos a seguir" até essas considerações finais.

Como falamos antes e reiteramos agora, os desafios foram muitos, e o cenário imposto pela pandemia da Covid-19, que atravessou praticamente toda a produção desse estudo, trouxe ainda novos obstáculos, medos, recuos, inércias, atrasos e questionamentos.

Começamos este percurso com uma ideia de pesquisa e, ao final, o estudo desdobrou em outra perspectiva, reforçando o quanto precisamos estar atentos e fortes e abertos enquanto investigadores para, quando for preciso e necessário, fazer mudanças, readaptações e identificar coletivos de forças importantes e novas linhas investigativas que nos são reveladas e apercebidas.

Para nós, cartográficos, pesquisar é isso – não significa traçar rotas e o destino a se seguir, mas se imbricar no caminho, nos encontros e acasos gerados para descobrir voos e pousos possíveis, sem perder de vista o compromisso com as pistas, o rastreamento atento e com a produção e com a pesquisa acadêmica relevante e possível.

Em meio a esse giro e a partir das mudanças que o trabalho incorporou, conseguimos não só levantar nova hipótese como também se aproximar dela, entendendo a importância crucial que o uso das TICs e a incorporação das redes sociais trazem aos movimentos sociais, coletivos e articulações novas, colaborativas e autônomas, particularmente neste momento de pandemia que limita nossas vidas, nossos encontros e ativismo presencial.

No caso do Nuvem, especificamente falando sobre sua atuação e performance na rede social Facebook, notamos, a partir da imersão feita no perfil do grupo e, principalmente, nos posts contemplados e nos comentários analisados, o quanto o uso da rede, o discurso escolhido e o alcance que as publicações tomaram foram relevantes para o coletivo se fortalecer e ganhar notoriedade além-PUC.

A publicação sobre os episódios de racismo nos jogos jurídicos, que gerou, como vimos no capítulo anterior, mais de três mil registros em interação entre reações, comentários e compartilhamento, foi só um dos muitos exemplos de uso do discurso na rede não só comprometido com a pauta educadora e antirracista do grupo, como também comprometido

com uma denúncia estratégica e com um timing de resposta e posicionamento certos que repercussões dessa ordem e notoriedade demandam.

Embora não possamos constatar, ousamos imaginar aqui, a julgar pelo número de interações geradas e pelo teor dos comentários identificados, que essa publicação analisada trouxe, além de novos seguidores para o perfil do Nuvem na rede, muitos novos conhecedores do grupo e quem sabe até novos integrantes ao coletivo à época e posteriormente.

Sem falar nas diversas outras publicações postadas pelo perfil que, embora não tenham sido analisadas aqui ou registrado número significativo de interação, certamente alcançaram centenas de seguidores do Nuvem e ajudaram na identificação com o grupo por parte dos usuários da rede e no reconhecimento e entendimento de temas e pautas antirracistas importantes e urgentes.

Encarar o racismo estrutural no Brasil e a lógica colonial e capitalista que mantém grupos privilegiados e no poder é urgente. Fortalecer, igualmente, a demanda por políticas públicas afirmativas direcionadas às populações subalternizadas e por uma educação e universidade inclusivas é urgente. Estudar o racismo estrutural no Brasil e acompanhar e contribuir com o movimento negro é urgente. Questionar e abrir mão de nossos privilégios e participar ativamente da disputa de novos projetos para o país é e sempre foi urgente. E agora mais do que nunca.

Assumimos que o combate ao racismo estrutural é fundamental para a afirmação dos direitos humanos e da democracia no nosso país. Como já falamos aqui neste trabalho e endossamos de novo, para nós, a garantia da democracia não pode ser alcançada sem que se coloque em questão os desafios da participação social e da conquista e da concretização de direitos de todos e todas e, principalmente, daqueles que por muitos anos tiveram seus direitos negligenciados e que por séculos lutaram por esses direitos.

E é preciso assumir e fazer isso ao lado e de mão dadas ao movimento negro, aprendendo com ele, e atentos e dispostos para agir sempre que possível, como também nos ensina o Nuvem Negra.

Ainda sobre esse trabalho, é importante dizer, também, que enxergamos esta pesquisa, após toda a imersão feita na metodologia cartográfica, como um projeto acadêmico aberto, coletivo e com possibilidade de transmutar e de dialogar com outros trabalhos de distintos campos de estudo que visem não só dissertar sobre as TICs e teoria dos movimentos sociais mas, também, se aprofundar em perspectivas que aqui não nos aproximamos. Por exemplo, nas investidas e consequências dessa mobilização contra o racismo estrutural; nos impactos dos coletivos na vida dos integrantes; entre muitos outros possíveis coletivos de força.

Vale ressaltar, sobretudo, que o nosso objetivo com esse trabalho não foi se aproximar do discurso do coletivo no Facebook em todos seus aspectos, muito menos fechar um conceito/padronização sobre a maneira como o grupo usou a rede para promover seu ativismo, se promover e criar um senso de comunidade. Igualmente não nos interessou limitar suas características complexas e em constante adaptações e transmutações aos aspectos aqui vislumbradas. Ao contrário, nossa intenção foi cartografar, a partir da CMDA os posts que se destacaram pelo volume de envolvimento, sem a intenção de julgá-los como melhores publicações ou fazer juízo de valor do processo editorial do Nuvem na página do Facebook. Foi isso que tentamos, e esperamos ter conseguido.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

\_\_\_\_\_. RODA Viva - Silvio Almeida. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>. Acesso em: 22 set. 2020.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Community: Seeking safety in an insecure world**. Cambridge: Polity, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

BETIM, Felipe. Sentia que não fazia parte desse ambiente”: os desafios de ser negro e da periferia em uma universidade. **El País Brasil**, p.1. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/03/politica/1530632060\\_600428.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/03/politica/1530632060_600428.html). Acesso em: 12 set. 2018.

CABRAL, Ana Julia Cury de Brito. **O contra-espetáculo da era neoliberal: estratégias artísticas e midiáticas da resistência jovem no Brasil**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade de São Paulo.

CARNEIRO, S. **Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios**. Caderno crh, v. 15, n. 36, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR**, v.15 n.28, p. 127-137, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. v. 1. 34ª ed. Rio de Janeiro: Letras, 2011.

DE SÁ MOREIRA, Fernando. **Estudos Filosóficos sobre o negro no Brasil: um levantamento de teses e dissertações em temáticas negras nos programas de pós-graduação da área de filosofia (1987-2018)**. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v. 10, p. 313-345, 2019.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2012.

GABBAY, Marcello; PAIVA, Raquel. A Comunidade do Afeto: comunicação alternativa e comunidade no contexto atual. **Parágrafo**, v.5, n.1, p. 159-169, 2017.

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais.** São Paulo: Cortez, 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Editora Vozes Limitada, 2017.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **Movimento Negro e Educação.** *Revista Brasileira de Educação.* n. 15, p. 154-138, set./dez. 2000.

GONÇALVES, L. M. A. **Ações coletivas no espaço urbano: as articulações de uma rede cultural da zona norte do Rio de Janeiro.** *In: 41 Encontro Anual da Anpocs, 2017, Caxambu. Trabalhos apresentados no 41 Encontro Anual da Anpocs, 2017.*

GONÇALVES, L.A.O. & SILVA, P.B. **Movimento Negro e educação.** *Revista Brasileira de Educação,* n. 15, set.-dez./2000, p. 134-158.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado.** v.31, n.1, 2016.

HERRING, S. C. Computer-mediated discourse analysis: an approach to researching online communities. *In: BARAB, S. A.; KLING, R.; GRAY, J. H. (Eds.). Designing for Virtual Communities in the Service of Learning.* New York: Cambridge University Press, 2004. p. 338-376.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2012.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). Pistas do método da cartografia: experiência da pesquisa e o plano comum.* Porto Alegre: Sulina, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2012.

MATIAS, Alexandre. Núcleos de produção sem hierarquia fundem ativismo e diversão. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, p. 1, 1 dez. 2003.

MAZETTI, Henrique. **Ativismo de mídia: arte, política e tecnologias digitais**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. O expressivismo como contestação midiática. **Revista Interin**, nº 5, 2008. Disponível em: [http://www.utp.br/interin/edicao\\_05/art\\_livre\\_henrique.htm](http://www.utp.br/interin/edicao_05/art_livre_henrique.htm). Acesso em: 12 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ativismo midiático, redes sociais e novas tecnologias de informação e comunicação. Trabalho apresentado no II Congresso da Comunicação na Região Sudeste, Juiz de Fora, 2007.

MIRANDA, Claudia. Pesquisadoras negras na docência do ensino superior: uma análise a partir da perspectiva (auto)biográfica. **Práxis Educacional (online)**, v. 14, p. 393-414, 2018.

MIRANDA, Claudia; RIASCOS, F. M. Q.; OLIVEIRA, J. M. . Pedagogias decoloniais e interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista. **Revista Educação em foco**, v. 21, p. 65-85, 2016.

MIRANDA, Claudia. Das insurgências e deslocamentos intelectuais negros e negras: movimentos sociais, universidade e pensamento social brasileiro, século XX e XXI. **Revista ABPN**, v. 10, p. 329-345, 2018.

MIRANDA, Claudia; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memórias contra-hegemônicas e educação para as relações étnico-raciais: práticas decoloniais em contextos periféricos. **Perspectiva (UFSC)**, v. 37, p. 378-397, 2019.

MIRANDA, Claudia; SILVA, A. B. ; SILVA, C. A. ; BARBOSA, E. . Presença de mulheres negras na pesquisa em educação. **Práxis Educacional (online)**, v. 15, p. 132-154, 2019.

OLIVEIRA, G. S. Políticas racializadas e o surgimento de coletivos de estudantes negros no Ensino Superior. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, n. 31, 2018. Brasília, Anais da 31ª RBA – Direitos humanos e antropologia em ação. Brasília: UnB, 2018.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 1-14, 3 fev. 2020. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/desigualdades\\_raciais\\_e\\_a\\_morte\\_como\\_horizonte\\_-\\_consideracoes\\_sobre\\_a\\_covid-19\\_e\\_o\\_racismo\\_estrutural\\_.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/desigualdades_raciais_e_a_morte_como_horizonte_-_consideracoes_sobre_a_covid-19_e_o_racismo_estrutural_.pdf). Acesso em: 19 out. 2020.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). **Pistas do método da cartografia: experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RECUERO, R. **A Conversação em Rede**. Porto Alegre, Sulina, 2012.

\_\_\_\_\_. **Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook**. Verso e Reverso, vol. XXVIII, n. 68, maio-agosto 2014

\_\_\_\_\_. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSAS, Ricardo. Notas sobre o coletivismo artístico no Brasil. **Trópico**. S/d. Disponível em: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2578,1.sh>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Hibridismo coletivo no Brasil: transversalidade ou cooptação? 2005. Disponível em: <http://www.canalcontemporaneo.art.br/forum/viewtopic.php?t=57esid=e01e3ab717d1fd1659495ab6dda381659495ab6dda38>. Acesso em: 23 set. 2018.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: Notas para o método comunicacional**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

VASQUE, Verônica. Coletivos são novo modelo de mobilização entre os jovens. **Nações Unidas Brasil**, p.1, 7 mar. 2017.